

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Carla Beatriz Raulino Marques

NOVOS ATORES, VELHAS ATITUDES?:

**análise do efeito geracional no apoio à democracia e na participação política dos
brasileiros**

Belo Horizonte

2024

Carla Beatriz Raulino Marques

**NOVOS ATORES, VELHAS ATITUDES?:
análise do efeito geracional no apoio à democracia e na participação política dos
brasileiros**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor(a) em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Isabele Batista Mitozo

Belo Horizonte

2024

320	Marques, Carla Beatriz Raulino.
M357n	Novos atores, velhas atitudes? [manuscrito] : análise do
2024	efeito geracional no apoio à democracia e na participação política dos brasileiros / Carla Beatriz Raulino Marques. - 2024. 125 f. Orientadora: Isabele Batista Mitozo. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia. 1.Ciência política - Teses. 2.Democracia - Teses. 3.Participação política - Teses. I.Mitozo, Isabele Batista. II.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ATA

FAFICH - COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - SECRETARIA

ATA 24ª/2024 DA DEFESA DA TESE DA ALUNA CARLA BEATRIZ RAULINO MARQUES

Realizou-se, no dia 18 de dezembro de 2024, às 09:00 horas, por Videoconferência, a defesa da tese, intitulada "Novos atores, velhas atitudes? Análise do efeito geracional no apoio à democracia e na participação política dos brasileiros", elaborada e apresentada por CARLA BEATRIZ RAULINO MARQUES - número de registro 2020679170, graduada no curso de CIÊNCIAS SOCIAIS. A defesa é requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em CIÊNCIA POLÍTICA, e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Profa. Isabele Batista Mitozo - Orientadora, Profa. Naiara Sandi de Almeida Alcântara (UFPA), Profa. Michele Goulart Massuchin (UFPR), Prof. Jakson Alves de Aquino (UFC), Prof. Gabriel Ávila Casalecchi (UFSCar). A Comissão considerou a tese APROVADA. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 18 de dezembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Michele Goulart Massuchin, Usuária Externa**, em 18/12/2024, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jakson Alves de Aquino, Usuário Externo**, em 18/12/2024, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabele Batista Mitozo, Professora do Magistério Superior**, em 18/12/2024, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Ávila Casalecchi, Usuário Externo**, em 18/12/2024, às 13:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Naiara Sandi de Almeida Alcântara, Usuário Externo**, em 19/12/2024, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3798044** e o código CRC **98EF8F23**.

Dedico com amor, aos meus pais, Carlos
Pereira Marques (*in memoriam*) e Francisca
Maria Raulino, e ao meu grande amigo Renan
Almeida de Oliveira (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à Deus, em primeiro lugar, por essa conquista e pela realização desse sonho tão desejado.

Agradeço imensamente à minha família, aos amigos, ao meu amor, aos colegas de profissão e todas às pessoas que me apoiaram nessa trajetória desafiadora e difícil de trilhar um Doutorado durante uma pandemia, em outro estado do país, longe de casa e conciliar com o trabalho.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Profa. Isabele Mitozo, pelos ensinamentos e compreensão nesse processo árduo de pesquisa e escrita.

Agradeço imensamente ao Prof. Jakson Aquino, que foi meu orientador na graduação e no Mestrado. Sem o seu apoio e generosidade, eu não teria chegado até aqui.

Agradeço também aos professores que aceitaram compor minha banca de avaliação, Naiara Alcântara, Michele Massuchin e Gabriel Casalecchi, pela dedicação à leitura de meu trabalho.

Agradeço às agências de fomento - FAPEMIG e CAPES - que financiaram meus estudos por aproximadamente dois anos.

“Quando a sociedade olha para uma nova geração de muitas maneiras, o que vê é um reflexo de si mesma, não como gostaria de ser, mas como realmente é” (CARPINI, 1989, p.48).

RESUMO

O objetivo desta tese é analisar como o efeito geracional se expressa em duas atitudes políticas dos brasileiros - apoio à democracia e participação política - no período de 2000 a 2020, compreendendo os indivíduos socializados desde a Era Vargas até a Nova República. Numerosos estudos na área da Ciência Política analisaram o papel da idade e das gerações na formação de atitudes políticas dos indivíduos. O argumento central destaca o papel da socialização e do contexto. Isto é, pessoas que foram socializadas em períodos histórico-sociais específicos e que, logo, constituem uma coorte, podem assimilar e reproduzir comportamentos políticos particulares. Contudo, não são numerosos os trabalhos que buscam analisar os efeitos da mudança geracional especificamente na realidade brasileira, considerando a história política, econômica e cultural existente no país. Ademais, algumas questões teóricas não foram avaliadas nos trabalhos anteriores, tais como o efeito geracional sobre: (i) o apoio à democracia procedimental; e (ii) a disposição em participar politicamente de forma convencional e não-convencional, nos últimos vinte anos. Logo, esta tese visa contribuir com esta agenda de pesquisa e analisar as lacunas existentes. Para alcançar o objetivo geral serão analisados os bancos de dados do Latinobarômetro e do *World Values Survey* nos anos de 2000 a 2020. Os dados indicam a existência de efeito geracional, de ciclo de vida e de período nas atitudes políticas investigadas. Os resultados demonstraram que há efeito geracional no apoio ao regime democrático: uma das gerações políticas mais velhas, que viveram seus anos formativos na República Populista (1946 a 1964) manifestaram maior apoio à democracia do que às gerações políticas mais jovens (coorte Ditadura Militar com tendência negativa e coorte Nova República com ausência de significância). Foi encontrado efeito de ciclo de vida por meio da tendência de desengajamento dos jovens na maioria das modalidades de participação política e a menor propensão destes em apoiarem à democracia. Além disso, verificou-se efeito de período que atuou de forma positiva e negativa a depender da atitude política testada (apoio à democracia, participação convencional e ativismo não-convencional).

Palavras-chave: Geração; Apoio à democracia; Participação política.

ABSTRACT

The objective of this thesis is to analyze how the generational effect manifests in two political attitudes of Brazilians—support for democracy and political participation—between 2000 and 2020, encompassing individuals socialized from the Vargas Era to the New Republic. Numerous studies in Political Science have examined the role of age and generations in shaping individuals' political attitudes. The central argument highlights the role of socialization and context. That is, people socialized in specific historical-social periods, and who therefore constitute a cohort, may assimilate and reproduce particular political behaviors. However, there are not many studies that specifically analyze the effects of generational change in the Brazilian context, considering the country's political, economic, and cultural history. Furthermore, some theoretical issues have not been assessed in previous studies, such as the generational effect on: (i) support for procedural democracy; and (ii) willingness to participate politically, both conventionally and unconventionally, over the past twenty years. Thus, this thesis aims to contribute to this research agenda and address existing gaps. To achieve the general objective, data from the Latinobarómetro and the World Values Survey from 2000 to 2020 will be analyzed. The data indicate the existence of generational, life cycle, and period effects on the investigated political attitudes. The results showed that there is a generational effect on support for the democratic regime: one of the older political generations, who lived their formative years during the Populist Republic (1946 to 1964), expressed greater support for democracy than the younger political generations (the Military Dictatorship cohort with a negative trend and the New Republic cohort with no significance). A life-cycle effect was found through the tendency of disengagement among young people in most forms of political participation and their lower inclination to support democracy. Additionally, a period effect was observed, which acted positively and negatively depending on the political attitude tested (support for democracy, conventional participation, and non-conventional activism).

Keywords: Generation; Support for democracy; Political participation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Idade e Gerações políticas.....	76
Gráfico 2 - Apoio à Democracia e gerações políticas.....	77
Gráfico 3 - Ano de nascimento suavizado e Apoio à Democracia (GAM).....	79
Gráfico 4 - Tipos de Participação e Gerações Políticas.....	84
Gráfico 5 - Ano de Nascimento Suavizado e índice de PC(GAM).....	87
Gráfico 6 - Participação não convencional e Ano de Nascimento Suavizado.....	90
Gráfico 7 - Voto e Ano de Nascimento Suavizado.....	117
Gráfico 8 - Ano de Nascimento Suavizado e Ativismo digital.....	117

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Informações sobre as variáveis dependentes.....	68
Tabela 2 - Gerações políticas e anos formativos.....	69
Tabela 3 - Dados exploratórios.....	75
Tabela 4 - Apoio à Democracia.....	78
Tabela 5 - Banco Latino + WVS - Informações gerais.....	82
Tabela 6 - Participação Convencional (PC).....	85
Tabela 7 - Participação não convencional (PNC).....	89
Tabela 8 - Variável Dependente: Voto.....	91
Tabela 9 - Regressão - Modalidades de Participação Isoladas.....	93
Tabela 10 - Ativismo Digital (WVS - 2018)	97
Quadro 1 - Síntese dos resultados.....	99
Tabela 11 - Enunciados das perguntas e construção das variáveis.....	118

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APC - Age-Period-Cohort

ESEB - Estudo Eleitoral Brasileiro

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LAPOP - Latin American Public Opinion Project

HAPC - Hierarquical Age-Period-Cohort Model

GAM - Generilized Adictive Model

PIB - Produto Interno Bruto

WVS - World Values Survey

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. GERAÇÃO E APOIO À DEMOCRACIA	20
2.1 - As Gerações importam?.....	20
2.1.1 - Socialização política: o processo de aprendizado social.....	21
2.1.2 - Geração, substituição geracional e mudança social	25
2.1.3 - Efeitos de ciclo de vida e de período	32
2.2 - Geração e apoio à democracia	35
2.2.1 - Por que as gerações importam na discussão sobre o apoio à democracia?	35
2.3 - Geração e o apoio à democracia: debate teórico e hipóteses	38
3. GERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	49
3.1 - Por que as gerações importam na discussão sobre a participação política?	49
3.2 - Geração e participação política: debate teórico e hipóteses.....	52
4. METODOLOGIA	63
4.1 - Efeitos APC, problema de identificação e construção de variáveis.....	63
4.2 - Delimitando as gerações políticas brasileiras	70
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	75
5.1 - Há efeito geracional no apoio à democracia entre os brasileiros?	75
5.2 - Há efeito geracional na participação política entre os brasileiros?.....	82
6. CONCLUSÕES.....	105
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICE A – GRÁFICOS COMPLEMENTARES	118
APÊNDICE B – PERGUNTAS E CONSTRUÇÃO DE VARIÁVEIS	119
APÊNDICE C – ELABORAÇÃO DA ANÁLISE - SCRIPT	123

1. INTRODUÇÃO

Numerosos estudos têm explorado o papel da idade na formação das atitudes políticas¹, investigando aspectos como a adesão à democracia e a disposição para participar de eleições e associações políticas. No entanto, os trabalhos que buscam compreender os efeitos da mudança geracional sobre essas atitudes ainda são relativamente escassos.

Desde a década de 1960, pesquisas pioneiras já se dedicavam a examinar se as atitudes políticas eram influenciadas por efeitos geracionais ou de ciclo de vida². Essas investigações abordaram questões como o apoio ao regime, o ativismo político, diferentes formas de engajamento, e a identificação partidária e ideológica, ampliando a compreensão sobre como as gerações moldam e são moldadas pelo contexto político em que se inserem (Campbell *et al.*, 1980; Converse, 1969; Almond e Verba, 1963).

O argumento central dos trabalhos que investigam o efeito geracional indica o papel da socialização e do contexto na formação das atitudes políticas de uma determinada geração. Isto é, pertencem a uma mesma geração as pessoas que foram socializadas em períodos histórico-sociais específicos e estas assimilam e reproduzem atitudes e comportamentos políticos particulares.

Há, portanto, o contínuo processo de transmissão cultural entre uma geração e outra. Embora as gerações mais velhas coexistam, até certo período, com grupos etários distintos, elas seguem o curso natural da vida e vão, progressivamente, dando lugar às gerações mais jovens. Deste modo, a herança cultural é constantemente acumulada e transmitida entre os indivíduos na sociedade (Mannheim, 1982), e esses valores e práticas acumulados e compartilhados, refletem-se também nas atitudes políticas.

Nesse contexto, o apoio à democracia e a participação política, variáveis centrais desta pesquisa, integram o conceito multidimensional de adesão democrática. O apoio engloba atitudes favoráveis ao regime, suficientes para resistir a desafios e crises, advindos de um (ou mais) governo(s) e manifesta-se em dimensões como o apoio às eleições livres e ao voto (adesão à participação política eleitoral e não-eleitoral); ao princípio da representação política

¹ A predisposição em avaliar determinadas categorias como favoráveis ou desfavoráveis é classificada pelos psicólogos como atitude. Há um embate na teoria quanto a elas possuírem um caráter variante ou rígido. As primeiras pesquisas desenvolvidas, nos anos 1950, já demonstravam que a mudança de atitudes pode modificar o comportamento, que há algumas atitudes que são estáveis e outras, flexíveis, podendo, portanto, ser mais facilmente alteradas (Krosnick; Petty, 1995).

² Os efeitos de geração e de ciclo de vida serão apresentados em detalhes mais adiante no texto.

(reconhecimento da importância dos partidos) e da tolerância política (Easton, 1965; Fuks *et al.*, 2016). No entanto, é possível que indivíduos apoiem algumas dessas dimensões enquanto refutam outras, como por exemplo, defender a existência de eleições livres, mas ser contrário à independência dos Três Poderes da República e ser favorável à concentração de poder nas mãos de um líder autoritário, o que é chamado de apoio democrático ambivalente (Moisés, 2005).

A participação política, por sua vez, é a manifestação de comportamentos com o objetivo de afetar/influenciar as ações do governo (Milbrath, 1965). As diversas formas de participação política foram classificadas como convencionais ou eleitorais (votar, participar de partidos, sindicatos e associações) e não-convencionais ou não-eleitorais (participar de protestos, boicotes, abaixo-assinado e ativismo online) (Borba, 2012). A disposição em engajar-se politicamente ocorreria por meio do processo de socialização transmitido, sobretudo, pela família e pelo ambiente escolar (Fuks *et al.*, 2012). Diversas pesquisas mencionam também que os jovens preferem as modalidades não-convencionais de participação e os adultos tenderiam a buscar engajamento nas formas tradicionais. Ademais, a participação política tenderia a aumentar ao longo da vida, com o aumento da idade (ciclo de vida) e reduziria com a chegada da velhice, devido às limitações das enfermidades (Kinder, 2006).

O que há em comum nestas dimensões é que a escolaridade e a renda geralmente atuam como condicionantes positivos (Magalhães, 2017; Ribeiro; Borba, 2016), mas estas atitudes não são imutáveis e podem ser modificadas ao se vivenciar novos processos socializadores e devido a fatores contextuais (Jennings; Markus, 1984).

A maioria dos trabalhos publicados que avaliaram o apoio à democracia e a participação política analisaram, em grande parte, democracias consolidadas como Estados Unidos e Europa Ocidental e um número menor se deteve a investigar democracias recentes (América Latina e Leste Europeu). Ademais, a variável idade é inserida majoritariamente como uma variável de controle, sem investigação, portanto, do potencial explicativo da variável geração.

O debate teórico destaca o efeito geracional nas atitudes políticas de duas formas. Em primeiro lugar, a tese dos valores pós-materialistas, que defende que os jovens seriam os mais democráticos, os mais tolerantes e dariam maior privilégio ao ativismo de protesto como modalidade de participação (Inglehart; Welzel, 2009; Norris, 2002). Isto ocorreria pois estas coortes, socializadas em regimes democráticos, dispõem de mais recursos materiais e tecnológicos, que vão além do básico para a sobrevivência, cresceram, portanto, em um ambiente favorável à formação de valores de autoexpressão e, portanto, seriam mais preocupadas com o bem-estar coletivo e com questões políticas. Em segundo lugar, há o

argumento da mudança geracional, que enfatiza o papel do contexto e da socialização política na formação/alteração de valores e atitudes dos indivíduos (Mannheim, 1982; Grasso *et al.*, 2019). Na ótica desta segunda teoria, a depender do contexto de socialização (cultura, valores, regime político etc.) e das transformações sociais, as gerações podem adotar um comportamento político diferente entre si, o que possibilita que novos (ou antigos) modos de agir e pensar sejam incorporados na sociedade por meio do processo biológico e social da substituição geracional.

No Brasil, o impacto da idade e de seus correlatos - *APC (age, period and cohort / ciclo de vida, efeito de período e geração)* foram observados considerando as implicações da socialização política³ na formação de atitudes políticas entre os jovens (Fuks, 2012; Okado; Ribeiro, 2015), no aprendizado de atitudes participativas na juventude (Paulino, 2016; Del Porto, 2012), nos efeitos dos anos de convivência com o regime democrático e com dois regimes (autoritário e democrático), entre as coortes etárias latino-americanas (Fuks *et al.* 2018) e na formação do interesse por política (Melo, 2022).

Em suma, a despeito da qualidade das investigações já realizadas, os trabalhos que já abordaram o contexto brasileiro ora concentraram-se na observância das atitudes políticas dos jovens, ora consideraram a idade como variável de controle, e não uma variável explicativa, ou priorizaram investigar os países latino-americanos, sem um exame específico das gerações políticas do país.

A pertinência e o diferencial dessa pesquisa, considerando os trabalhos já produzidos que investigaram a relação entre gerações e atitudes políticas, encontram-se na especificidade do contexto político brasileiro e porque visa responder algumas lacunas teóricas.

Após 35 anos de instituição formal da democracia, a sociedade brasileira é composta por gerações que foram socializadas parcialmente ou integralmente no regime democrático (adultos e jovens), e pelos indivíduos que experienciaram os governos autoritário e democrático (atuais idosos). Esta peculiaridade histórica favorece a realização de análises comparativas entre os diferentes grupos etários com o intuito de verificar quais atitudes políticas estão sendo assimiladas e reproduzidas por estes grupos, bem como avaliar como a geração e outros fatores relativos à idade - ciclo de vida e efeito de período - podem impactar na formação dessas atitudes.

Quanto à contribuição teórica ou metodológica desta pesquisa, deve-se observar que, primeiro, ao se verificar o efeito geracional sobre o apoio à democracia, será analisado o

³ O conceito de socialização política será esclarecido no capítulo 2.

comportamento da variável democracia procedimental (empírica). As pesquisas existentes avaliaram somente a dimensão normativa (abstrata) no Brasil. Segundo, considerando a relação participação política e geração, apresentarei a análise do efeito geracional sobre todas as modalidades de participação, de forma individual e agregada na forma de índices. Foram construídos dois índices, participação convencional (PC) e participação não-convencional (PNC), respectivamente. Por fim, outra contribuição desta tese será o exame do efeito geracional sobre as atitudes políticas escolhidas mediante a análise detalhada das gerações políticas existentes no país. Por exemplo, é consenso na literatura que as pessoas mais velhas tendem a preferir mecanismos convencionais de participação política, como o voto. Indivíduos com maior idade, mas de que forma? Socializados em qual período? Com 60 anos, que ainda podem fazer alguma diferença nas escolhas eleitorais, ou 80 anos, quando não se tem mais a obrigatoriedade da participação eleitoral? Socializados na Ditadura Vargas, na Ditadura Militar ou na Nova Democracia, pós-1989? Por isso, avaliar o possível efeito das gerações políticas brasileiras sobre o ativismo político e o apoio à democracia é relevante.

Vale mencionar também a pertinência desta pesquisa. Atualmente, o país está inserido num cenário de polarização política com o consequente acirramento de conflitos sociais e familiares por causa das divergências políticas. Verifica-se a tendência de redução da tolerância política entre os brasileiros (Ribeiro; Borba, 2016) e a emergência de grupos que manifestam publicamente demandas autoritárias ou manifestaram as atitudes que já existiam na nossa sociedade, mas estavam camufladas (González *et al.* 2021). Ademais, estudar o efeito geracional nestas duas dimensões do comportamento político (apoio à democracia e participação política) que são, grosso modo, as bases atitudinais da adesão à democracia, é relevante pois permite entender quais caminhos a sociedade brasileira está trilhando (“onde” e “como”) em termos de atitudes e sistema de crenças, sejam eles democráticos, ambivalentes ou autoritários.

Além disso, é importante destacar as mudanças que estão ocorrendo na estrutura da sociedade brasileira. Os últimos censos demográficos têm demonstrado que está ocorrendo o fenômeno de envelhecimento da população em um ritmo acelerado, semelhante ao encontrado em países europeus. O Censo Demográfico⁴ de 2022 indicou que a população idosa quase duplicou em duas décadas - era 8,65% em 2000 e passou a ser 15,8% em 2022, o que

⁴Dados disponíveis em:

[https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/36065#:~:text=Portanto%2C%20quanto%20maior%20o%20valor,%2C8%20\(Gr%C3%A1fico%203\).etext=Fonte%3A%20IBGE%2C%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%202010%2F2022](https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/36065#:~:text=Portanto%2C%20quanto%20maior%20o%20valor,%2C8%20(Gr%C3%A1fico%203).etext=Fonte%3A%20IBGE%2C%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%202010%2F2022). Acesso em: 04 set. 2024.

corresponde a aproximadamente 32 milhões de pessoas. Esse fato é impulsionado, entre outros fatores, pela redução do número de filhos gerados por mulher e pelo aumento da expectativa de vida dos brasileiros. Diante deste cenário, conforme as projeções do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-, a estimativa é que a população pare de crescer em 2041⁵ e que em 2030 haverá mais pessoas idosas do que crianças no país.

Diante deste cenário, torna-se relevante também compreender as atitudes políticas das gerações brasileiras - as antigas e as novas - e entender quais caminhos estão sendo trilhados quanto às preferências por regimes políticos (suporte ou redução do apoio à democracia) e pelas formas de participação política.

Em suma, compreender as atitudes políticas das gerações é entender o presente e traçar um possível futuro da sociedade. Em que medida, pertencer a uma geração específica pode modificar a forma como os brasileiros apoiam o regime democrático e decidem participar politicamente? As gerações importam? Se sim, qual o impacto na formação das atitudes políticas elencadas acima? Há efeito geracional no apoio à democracia e na participação política dos brasileiros? Logo, esta tese visa contribuir com esta agenda de pesquisa e avaliar a aproximação ou o distanciamento dos achados teóricos da literatura internacional com a sociedade brasileira nas últimas duas décadas.

Para alcançar o objetivo geral desta tese e responder à pergunta “Há efeito geracional no apoio à democracia e na participação política dos brasileiros?”, empiricamente, serão analisados o banco de dados do Latinobarômetro e *World Values Survey* (WVS) nos anos de 2000 a 2020, período que engloba os cidadãos socializados na Era Vargas até a Nova República.

A técnica escolhida para os modelos estatísticos foi a GAM (Modelos Aditivos Generalizados), pois, conforme a literatura recente, ela é a mais indicada para identificar efeitos geracionais e diferenciá-los de outros efeitos relacionados à idade, como o ciclo de vida e o efeito de período (Grasso, 2014; Grasso *et al.*, 2019).

O capítulo teórico discorre acerca dos conceitos de geração, efeitos relativos à idade (ciclo de vida e efeito de período), e a relação entre geração e apoio à democracia. No terceiro capítulo é apresentada a discussão sobre idade e participação política e são expostas as hipóteses desta pesquisa. No quarto capítulo, são detalhados os procedimentos metodológicos e, por fim,

⁵ Fonte: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202408/populacao-do-pais-vai-para-de-crescer-em-2041>. Acesso em: 04 set. 2024.

nos capítulos subsequentes, são indicados os resultados da pesquisa, à luz do referencial teórico, e as conclusões da tese.

Após serem testadas as gerações políticas Ditadura Vargas, República Populista, Ditadura Militar e Nova República, os resultados indicaram a existência de efeito geracional, de ciclo de vida e de período. Destaca-se a geração República Populista que demonstrou maior apoio à democracia do que as demais coortes. E constatou-se também a menor tendência de engajamento político dos jovens, na maioria das modalidades de participação política, tendo em vista o efeito negativo do ciclo de vida.

2. GERAÇÃO E APOIO À DEMOCRACIA

2.1 - As Gerações importam?

O conceito de geração trata da junção do tempo histórico-social com o fator biológico. Os indivíduos inseridos em um grupo geracional ocupam a mesma situação social e recebem um processo socializador semelhante (Mannheim, 1982). Assim, pessoas que foram socializadas em períodos histórico-sociais específicos podem assimilar e reproduzir atitudes e comportamentos políticos particulares (Kinder, 2006; Okado; Ribeiro, 2015).

Uma geração é uma coorte etária que foi moldada pelos acontecimentos históricos e sociais e produziu valores, opiniões e comportamentos únicos e relativamente estáveis. As gerações respondem aos eventos históricos de maneiras específicas, porque cada grupo etário tende a experimentar e interpretar os acontecimentos históricos de maneira distinta, dada a sua posição no ciclo de vida. Este consiste no processo biológico das fases da vida dos indivíduos (infância, fase adulta e velhice). Conforme os indivíduos envelhecem, eles assumem novos papéis sociais que correspondem ao estágio biológico e social em que se encontram, e isso influencia na forma como determinadas atitudes sociais e políticas são internalizadas e reproduzidas por estes sujeitos (Carpini, 1989).

A contribuição do conceito de geração para o entendimento dos fenômenos políticos reside em compreender o processo de transferência de poder e de cultura para as gerações futuras, bem como as dinâmicas da mudança e continuidade na sociedade, em diversos aspectos (Carpini, 1989).

Todavia, não é possível adentrar a discussão sobre o conceito de geração sem entender o papel do processo socializador e o impacto que ele pode exercer na origem e mudança das atitudes políticas e sociais. Além disso, outros efeitos podem interagir com as gerações, tais como o ciclo de vida e o efeito de período.

Por isso, na primeira seção deste capítulo será tratada a relação entre os conceitos de socialização e geração e os principais argumentos da literatura acerca da socialização política. Em seguida, será discutido o conceito de geração, suas particularidades e as abordagens utilizadas nas produções contemporâneas. Por fim, serão discutidos os efeitos de ciclo de vida e de período, que também são mecanismos relativos à idade/tempo, mas necessitam ser devidamente identificados e diferenciados dos efeitos geracionais.

2.1.1 - Socialização política: o processo de aprendizado social

Profundamente interligado ao conceito de geração, a socialização é o principal mecanismo responsável pela formação das características daquela. Pode ser definida como o processo de aprendizagem das normas sociais pelos sujeitos nos quais são assimilados os valores, atitudes e comportamentos socialmente aceitos conforme a categoria social em que os indivíduos estão inseridos - sexo, religião, etnia e classe social. Em outras palavras, a socialização é o processo no qual os cidadãos aprendem as normas e crenças de uma sociedade, mas também em quais ocasiões e de que maneira elas devem ser expressas (Hyman, 1959; Kagan; Mussen; 1968).

As primeiras investigações sobre socialização política surgiram no século XX, por volta dos anos 1950 e 1960, assim como ocorreu no estudo de outras áreas do comportamento político. Destacam-se como pioneiros desse campo de pesquisa Hyman (1959), Almond e Verba (1963), Ryder (1968) e Kagan e Mussen (1968). Nessa primeira fase, eles deram mais ênfase às discussões sobre a permanência das atitudes, cultura política e os mecanismos que engendram a formação e continuidade de uma cultura democrática (Fernandes, 2021).

A socialização política é a assimilação de representações culturais, valores, atitudes e comportamentos políticos nas primeiras décadas de vida, iniciando-se, então, na infância, por meio da família e da escola. Os padrões comportamentais adquiridos neste período tenderiam a permanecer estáveis, com poucas variações, no decorrer da vida (Fuks, 2012). Esse conceito também possui uma abordagem psicocultural que se baseia, a princípio, em três premissas. Primeiro, as atitudes e comportamentos políticos apreendidos nas décadas iniciais da vida tendem a permanecer no restante da vida do indivíduo. Segundo, mesmo que as experiências vivenciadas no processo de socialização não sejam eminentemente políticas, elas podem produzir orientações políticas latentes. Por fim, a socialização atuaria de forma unidirecional, isto é, as experiências de socialização mais significativas ocorreriam no âmbito da família e estas tendem a afetar outras arenas comportamentais, tais como a política (Fernandes, 2021; Almond; Verba, 1963).

Outras definições de socialização política foram elaboradas por Almond e Powell (1966) e Easton (1965) que são similares: a socialização política seria o mecanismo de transmissão das orientações políticas e padrões de comportamento às crianças e aos jovens. Greenstein (1968), por sua vez, aprofunda esta noção ao mencionar que este aprendizado

envolve aspectos formais e informais, características políticas e não-políticas, ao longo do ciclo de vida dos indivíduos, quer seja de forma planejada ou espontânea (Fernandes, 2021).

Pensar em socialização política nos leva a pensar em “onde” e “quando” ela ocorre, isto é, em qual período e em quais instâncias sociais ela agiria com maior força e vigor. Neste sentido, a família e a escola são reiteradamente citadas pela literatura como sendo as principais agências socializadoras, principalmente nos estudos que avaliam a cultura política, participação política, partidarismo, mudança geracional, entre outros. O trabalho e os meios de comunicação também são indicados como instâncias socializadoras, porém com importância secundária (Fernandes, 2021).

Entretanto, por meio dos estudos de Almond e Verba (1963), houve uma reformulação destas premissas iniciais. Na visão destes autores, o processo de socialização política seria dinâmico e não obrigatoriamente unidirecional. Ou seja, os padrões comportamentais políticos também poderiam impactar o aprendizado social recebido em outras instâncias, tais como a escola e a família (Almond; Verba, 1963; Fernandes, 2021).

Na contemporaneidade, verifica-se que a literatura sobre socialização apresenta majoritariamente um consenso considerando-a um processo de internalização das regras, valores, cultura e comportamentos desejáveis socialmente quer seja na esfera macro - estudo da relação entre sistemas políticas e indivíduos -, ou na dimensão micro - com foco no desenvolvimento de comportamentos políticos e no contexto político em que os sujeitos estão situados (Maccoby, 2015; Sapiro, 2004).

O final da infância/juventude e o início da vida adulta seriam os chamados “anos impressionáveis” de Mannheim (1982), o período formativo, quando o processo de socialização política ocorreria de maneira mais forte e as atitudes, comportamento e cultura política assimiladas tenderiam a ser duráveis. Assim, os primeiros estudos indicavam a importância da socialização primária (infância e juventude) para a assimilação de atitudes políticas e o aprendizado político tenderia a diminuir conforme os cidadãos envelhecem (Easton; Dennis, 1969). Alguns autores defendem com mais intensidade o papel socializador da infância e outros da adolescência, mas é consensual o entendimento de que o processo de internalização e aprendizagem social ocorre com maior vigor nas duas primeiras décadas de vida (Fernandes, 2021; Sapiro, 2004; Fuks, 2014).

Nos anos seguintes, outras pesquisas postularam que apesar de a socialização primária ser mais forte, este processo não finda após a juventude, e os indivíduos podem alterar ou mudar suas atitudes políticas com o passar dos anos, ao atravessarem novos processos socializadores

(Jennings; Markus, 1984). A socialização “tardia”, isto é, após o início da vida adulta também produziria efeitos nas atitudes políticas podendo gerar, inclusive, impactos mais fortes nestas condutas, do que somente a socialização primária (Almond; Verba, 1963).

Neste trabalho, comunga-se com a noção de que a socialização tardia também produz efeitos relevantes capazes de alterar algumas atitudes políticas já existentes. Todavia, essa socialização não produz o mesmo impacto da socialização primária, que carrega em si o maior potencial socializador na dinâmica de assimilação de atitudes políticas majoritariamente duráveis na vida dos indivíduos.

Considerando os diferentes arranjos familiares e os tipos de escolas existentes, a socialização pode ser diferente a depender das condições socioeconômicas e o consequente acesso à educação e à informação política. Ambientes com alto fluxo informacional propiciam a mudança das atitudes políticas, inclusive na fase posterior à juventude (Fuks, 2014; Fernandes, 2021).

Os fatores exógenos também podem impactar o processo de socialização política, tais como os eventos políticos (Sears, 2002). Este argumento traz um elemento inovador comparado à abordagem tradicional do conceito de socialização política, focada na assimilação de regras e comportamentos na infância e na juventude. Nesta ótica, os eventos políticos exercem função socializadora pois favorecem o contato dos cidadãos com temas políticos, uma vez que estes são expostos à circulação de informações e opiniões que ocorrem em campanhas políticas, guerras, escândalos, comunicação política etc. Apesar de serem relevantes, os impactos dos eventos no processo de socialização política dependem das experiências anteriores dos indivíduos e, portanto, exercem uma influência secundária na dinâmica socializadora (Sears; Valentino, 1997).

Os jovens, como não tiveram muitas experiências políticas, tais como presenciar e participar de eleições, são os que adquirem maior aprendizado com a socialização política comparado à adultos e idosos. Deste modo, a experiência política cresce com o aumento da idade, mas é importante destacar que as experiências prévias influenciam a forma como os cidadãos vivenciam os eventos políticos futuros (Sears; Valentino, 1997).

Os agentes do processo de socialização - família, escola, trabalho, meios de comunicação, entre outros - atuam como repositórios e transmissores dos valores e opiniões sociais uma vez que transmitem as regras e os comportamentos das gerações anteriores para as futuras (Carpini, 1989; Jennings; Niemi, 1974). Tendo em vista que as sociedades modernas são

plurais e bastante heterogêneas, logo os agentes socializadores podem enviar orientações não somente diferentes, como também rivais entre si (Carpini, 1989).

Os agentes socializadores realizam a transmissão dessa “bagagem social e política” para as novas gerações de modo parcial. Isto é, não há uma replicação perfeita tendo em vista que a própria dinâmica social é afetada por diversos fatores econômicos, históricos, políticos, que engendram diferenciações e contextos únicos de socialização. Deste modo, a influência das categorias sociais (gênero, classe social, raça etc.) não podem ser controladas pelas instâncias socializadoras, o que promove uma assimilação parcial das orientações sociais na geração mais nova (Mannheim, 1982; Grasso *et al.*, 2019).

É neste cenário de incapacidade de controle do ambiente de socialização e transmissão incompleta dos valores sociais pré-existentes em que a mudança geracional se desenvolve. Em outras palavras, quando o processo de socialização política falha, possibilita a formação de novas gerações políticas e, com isto, o potencial da mudança geracional se revela (Carpini, 1989).

Dito isso, pode-se inferir que cultura, comportamento e valores desenvolvidos na geração mais jovem serão uma combinação dos elementos aprendidos com a geração anterior, por meio do processo de socialização, somado às atitudes internalizadas de acordo com o contexto sociopolítico da geração mais jovem. Portanto, compreender a formação das gerações e como se dá a mudança geracional é entender as vias de mudança da sociedade, mesmo que esta alteração seja mínima ou incremental (Carpini, 1989).

Percebe-se, em suma, que os conceitos de socialização e geração estão interligados, pois o primeiro impacta no desenvolvimento do segundo. Entretanto, os conceitos priorizam na análise aspectos diferentes. As pesquisas sobre socialização, de início, preocuparam-se especialmente com os processos e agentes da continuidade da cultura e do comportamento político. Por outro lado, os estudos sobre as gerações enfatizaram a mudança/descontinuidade destes comportamentos (Carpini, 1989; Fernandes, 2021). Nos últimos anos, os estudos sobre socialização política incorporaram em sua análise a investigação dos processos de mudanças de atitudes, especialmente entre os jovens (Fuks, 2014; 2012; Fernandes, 2021).

Em suma, o desenvolvimento das gerações é um processo de socialização mais abrangente que o aprendizado individual e menor comparado ao processo de aprendizado da cultura política de um país (Carpini, 1989).

Após essa breve revisão do conceito de socialização, é possível fazer alguns questionamentos: De que maneira a socialização pode impactar na formação das gerações?

Como as gerações são criadas? Quais são as suas características, unidades e desafios teórico-metodológicos? Na próxima seção, será apresentado a resposta da literatura para estes temas.

2.1.2 - Geração, substituição geracional e mudança social

As primeiras menções sobre o conceito de geração datam de quatro mil anos quando se referiam nos escritos acerca de conflitos geracionais. Somente no final do século XIX e início do século XX, o conceito tal qual é conhecido academicamente foi desenvolvido teoricamente e testado empiricamente (Braungart; Braungart, 1984; Carpini, 1989).

Nem todos os indivíduos que compõem uma faixa etária caracterizam uma “geração social” (Dilthey, 1989). Por isso, vale destacar a diferença entre coorte etária e geração. Situam-se em uma coorte etária os indivíduos que apresentam a mesma faixa etária em um período histórico específico, isto é, possuem em comum somente a idade. A geração social ou somente geração exige que estes indivíduos possuam experiências compartilhadas na esfera histórica, política, social, econômica, isto é, um vínculo comum (Mannheim, 1982).

Assim, toda geração é composta por uma coorte etária, mas nem toda coorte etária constitui uma geração ou coorte geracional. Ou seja, a coorte etária é uma geração potencial, dado que esta é uma construção social (Mannheim, 1982; Braungart; Braungart 1984).

O que transforma as coortes etárias em gerações (coortes geracionais) é o processo de socialização no qual os sujeitos assimilam experiências únicas conforme o contexto social, econômico e histórico em que estão envolvidos. A geração, portanto, seria a soma e interação entre a idade (fator biológico) com as experiências sociais adquiridas no processo de socialização (Mannheim, 1982) ou a combinação entre idade e a influência dos acontecimentos históricos (Carpini, 1989).

Em trabalho seminal, Karl Mannheim (1982) define geração como uma “situação social particular”. A geração é a articulação entre fatores biológicos, históricos e sociais, em que os sujeitos com aproximadamente a mesma idade, vivem uma situação social comum dentro do cenário histórico, cultural e social em que se encontram. Indivíduos integrantes da mesma geração e classe social, tendem a possuir modos de agir e de pensar equivalentes.

A combinação dessas experiências semelhantes formaria um “espírito histórico” que une os indivíduos (Mannheim, 1982). Entretanto, as coortes geracionais lidam e reagem a essas vivências de modos diversos devido ao diferente estágio do desenvolvimento pessoal e social

que possuíam naquele período. Por isso, algumas gerações podem ter experimentado eventos históricos semelhantes, mas a forma como respondem aos mesmos eventos pode ser diferente a depender do contexto existente em termos culturais, políticos etc. (Carpini, 1989).

As primeiras pesquisas não diferenciavam as noções biológicas e sociológicas do conceito de geração cujas características foram melhor detalhadas por meio de duas escolas de pensamento: os positivistas franceses e o movimento histórico-romântico alemão.

A abordagem positivista enfatizou os elementos biológicos e psicológicos, pois enxergava no processo de envelhecimento do corpo físico uma forte relação com o processo de substituição geracional no corpo sociopolítico. Os positivistas acreditavam que assim como o processo de substituição geracional (vida e morte) é regular, da mesma forma ocorreria as alterações na estrutura política e social, mediante o efeito geracional, também de modo regular e cíclico. O ponto de consenso desta escola era a visão mecanicista ou instrumentalizada do processo de substituição geracional. Isto é, defendia-se a importância de analisar os estágios do ciclo de vida no processo de mudança geracional (Carpini, 1989; Braungart; Braungart 1984). A influência da abordagem positivista ainda pode ser vista nas pesquisas contemporâneas que relacionam o desenvolvimento biológico, geracional e psicológico dos indivíduos (Jennings e Niemi, 1974; Inglehart, 1977).

Se a primeira abordagem enfatizou os estágios biológicos e psicológicos, a segunda escola, por sua vez, priorizou os fatores sociológicos e históricos. Originada em meados do século XIX, na Alemanha, essa abordagem distinguiu os conceitos de coorte biológica-etária e de geração no sentido sociopolítico ou “geração social” (Carpini, 1989; Braungart; Braungart 1984). Usando as lentes da escola historicista-romântica, portanto, o processo biológico e inevitável de substituição geracional (coorte etária), nem sempre irá produzir uma coorte ou geração social distinta. As diferenças dependem do ambiente externo, dos fatores sociológicos e históricos presentes no processo de socialização (Carpini, 1989).

Os estudos contemporâneos sobre as gerações utilizam uma combinação dos argumentos das duas escolas, compreendendo as coortes geracionais como somatório das influências sociais e das fases do ciclo de vida dos indivíduos. Ou seja, a geração seria uma interação entre vivências e idade (Carpini, 1989).

Os anos formativos, também chamados de “anos impressionáveis”, correspondem às duas primeiras décadas de vida, principalmente no final da adolescência e início da vida adulta. Nessa fase, o processo de socialização ocorre de forma mais intensa e as gerações assimilam as suas características principais. As atitudes políticas dos adolescentes e jovens adultos, por

exemplo, ainda são instáveis, sendo fácil, portanto, a assimilação de comportamentos e atitudes específicas (Mannheim, 1984).

As gerações são categorizadas no debate teórico por linhagem, demográficas ou políticas. Geração de linhagem possui um sentido genealógico e representa a linha natural de descendência oriunda das relações hereditárias e de parentesco (Stoker, 2014). Já as gerações demográficas possuem um sentido mais amplo de populações que nasceram em contextos de mudanças culturais e tecnológicas. Neste sentido, a literatura classifica as gerações demográficas da seguinte forma: *Baby Boomers* (nascidos no período da 2ª Guerra Mundial (anos 1940 a 1960), Geração X (nascidos entre 1961 e 1980), *Millennials* (nascidos entre 1981 e 1995) e Geração Z (os nascidos na virada do século até 2010) (Lackey, 2015). Logo, cada geração apresentaria valores e comportamentos próprios, acompanhando as transformações sociais e culturais da sociedade.

Porém, a noção mais específica, chamada de “geração política” são coortes que experienciaram relevantes fatos políticos, marcantes na história nacional, durante os anos impressionáveis, e, portanto, essa experiência tem o potencial de influenciar as atitudes políticas (Lackey, 2015). Logo, as gerações políticas nascem quando a socialização, especialmente a primária, ocorre em distintos contextos políticos. A experiência nesse cenário sociopolítico específico, as tornam diferenciadas em relação às atitudes políticas adotadas em outros grupos geracionais (Grasso *et al.*, 2019; Mannheim, 1984).

Nesta pesquisa, serão analisadas as gerações políticas do Brasil, pois acredita-se que esta forma de classificação tem mais a contribuir com o entendimento da formação de atitudes democráticas e participativas, porque prioriza o impacto do contexto e da socialização política na constituição do comportamento político dos indivíduos. As classificações demográficas e de linhagem não se referem aos eventos políticos importantes vivenciados na história brasileira e, portanto, não serão testadas neste trabalho.

As gerações são categorias fluidas e é um desafio demarcá-las teoricamente e empiricamente. Segmentar uma população em grupos etários uniformes, em um momento específico, não consiste em uma geração. Para se definir uma possível coorte, é de suma importância verificar não somente uma faixa etária específica, mas também avaliar os principais agentes socializadores que atuam de forma direta e indireta na construção das características únicas desta geração. Alternativamente, pode-se começar com um conjunto específico de eventos ou período e examinar como isso afeta diretamente ou indiretamente a formação da personalidade das diferentes gerações (Carpini, 1989).

O cerne do estudo das gerações reside em identificar e compreender quais variáveis tornam as gerações distintas e estas investigações podem ser qualitativas ou quantitativas, a depender do objeto de estudo. Pesquisas sobre “gerações ou coortes de linhagem” demandam que sejam realizadas entrevistas entre pais e filhos. Estudos interessados na mudança de atitude em nível agregado funcionam melhor com pesquisas transversais ou em painel, que são replicadas no decorrer dos anos (Inglehart, 1977; Carpini, 1986; Converse, 1976).

A literatura concorda que uma geração é formada e depende do somatório dos fatores sociais, políticos, culturais, psicológicos etc. Contudo, não há consenso sobre qual destes fatores exerceria uma força maior no processo geracional. Entretanto, as abordagens mais recentes mencionam que o mais pertinente é compreender como se dá o processo geracional, enxergando-os como dependente desta mescla de fatores, do que buscar um único fator dominante (Carpini, 1989).

Outro argumento que tem destaque na literatura é a necessidade de consciência ou autoconsciência entre os indivíduos para que haja existência de uma geração. Pesquisas com abordagem histórica evidenciam a importância da autoconsciência geracional - percepção da visão de mundo que possuem em comum - como veículo para geração de solidariedade, luta por direitos e mudança social (Braungart; Braungart 1984). Deste modo, os indivíduos teriam consciência de suas especificidades, podendo, inclusive, lutarem por pautas de interesse comum. Contudo, as pesquisas centradas em análises quantitativas e comportamentais, abordam menos essa temática e enfatizam as comparações e diferenças de atitudes como indicativos da existência de uma geração e seus efeitos (Converse 1976; Carpini 1986; Jennings; Niemi, 1974).

Um caminho possível é enxergar a autoconsciência não como um requisito obrigatório no desenvolvimento geracional, mas como uma característica que manifesta a distinção de determinada coorte, tais como verificar como determinadas gerações foram ativas politicamente. Por outro lado, uma consciência geracional pode nunca surgir em uma geração, mas é possível que existam outras “consciências” que diferenciam esta coorte, tais como a consciência acerca das categorias sociais sexo, classe e raça (Carpini, 1989).

Há também outras questões que não foram respondidas e geram discordâncias no debate teórico. Uma delas é em qual faixa etária é mais propícia a formação de um coorte geracional. A adolescência e o início da vida adulta são indicados como uma fase crucial para o desenvolvimento desse perfil geracional tanto por psicólogos e sociólogos. Porém, não há um consenso sobre qual faixa etária especificamente corresponde a este período: 16 a 25? 15 a 30?

18 a 26? Apesar da anuência geral da adolescência e início da vida adulta serem anos decisivos para a formação de um perfil geracional, é preciso ter cautela e entender que a idade específica que marca o rompimento da infância e o começo da fase adulta depende da cultura e da história da sociedade analisada. Além disso, o processo de socialização não finda na vida adulta e, portanto, o desenvolvimento geracional pode ocorrer em outros estágios da vida (Carpini, 1989; Kinder, 2006).

Como nas sociedades modernas, as mudanças sociais são mais rápidas, a população é mais heterogênea e isso favorece a formação das unidades geracionais. Deste modo, uma geração pode possuir unidades geracionais ou subgerações que consistem em distinções na “identidade” de cada unidade e na forma como os indivíduos as expressam (Carpini, 1989; Mannheim, 1972).

Na maioria das vezes, as unidades geracionais desenvolvem-se por meio das clivagens sociais como sexo, raça e classe social. A combinação dessas forças sociais gera um conjunto de características atitudinais (opiniões, cosmovisão e comportamentos) específicas que produz as diferenças entre as unidades geracionais no interior do mesmo coorte geracional (Fuks, 2014; Okado; Ribeiro, 2015; Mannheim, 1982).

Unidades geracionais ainda mais específicas podem ser geradas com a combinação das categorias sexo, raça, educação e classe social. Por exemplo, mulheres universitárias e mulheres trabalhadoras, podem estar na mesma geração, mas ter valores e opiniões diferentes, serem liberais ou conservadoras. Apesar da importância das clivagens sociais, algumas unidades geracionais podem resultar de fatores históricos específicos, tais como a geração pós-materialista de Inglehart, cuja identidade comum é ter alcançado a realização pessoal (Carpini, 1989; Mannheim, 1982).

Apesar das variações internas e das subdivisões dentro das gerações, cada uma delas apresenta um "perfil" ou características distintas e consistentes que as diferenciam umas das outras. Essas diferenças se refletem nas atitudes, comportamentos, valores e cultura de cada geração (Carpini, 1989).

Diversas vezes, as unidades geracionais manifestam as variáveis condicionantes que afetam toda a geração e estas unidades assimilam e externalizam essas variáveis de forma distinta (Carpini, 1989). O tipo de socialização recebida - direta ou indireta - impacta de diferentes maneiras na formação das gerações e das unidades geracionais, e isso se deve, novamente, à junção da idade (aspecto biológico) e da história (aspecto social) neste processo.

A socialização direta consiste no aprendizado social que ocorre na faixa etária centralmente envolvida nos eventos relevantes, tais como ser adulto, ser universitário, casar-se etc. Ela ocorre, não exclusivamente, mas principalmente nos anos impressionáveis. Já a socialização indireta consiste em uma assimilação social mais passiva, como, por exemplo, o indivíduo estar na infância durante um fato socializador importante (Carpini, 1989; Mannheim, 1982). Os dois tipos de socialização produzem ramificações e impactos diferentes no desenvolvimento de cada geração e de suas unidades. Ser criança ou adolescente durante a fase mais rígida da ditadura militar levará a experiências, percepções e formação de atitudes distintas, devido às diferenciações presentes também no desenvolvimento físico, psicológico e moral dos indivíduos, conforme cada faixa etária (Carpini, 1989; Mannheim, 1982).

A socialização política, frequentemente mencionada na área de comportamento político, diz respeito ao processo de assimilação passiva das atitudes e normas sociais, caracterizando-se como uma forma indireta de socialização (Carpini, 1989). Neste sentido, Jennings; Niemi (1981) descobriram diferenças marcantes nas posições políticas entre grupos etários nos Estados Unidos, nos anos 1960, que foram socializados diretamente (estavam no ensino médio) e aqueles que foram socializados indiretamente (eram crianças neste período). A geração mais jovem era mais conservadora e menos envolvida politicamente do que a primeira. Logo, possuir uma idade central (vida adulta) ou ser criança, receber uma socialização direta ou indireta, portanto, afeta a formação de gerações e subunidades com características próprias (Jennings e Niemi, 1981; Carpini, 1989).

Conforme já mencionado, o ambiente social é mutável e faz com que as instituições socializadoras sejam alteradas e, conseqüentemente, não ocorre uma replicação perfeita do “código de regras” cultural e social das gerações anteriores. Desta forma, o processo de mudança social favorece o desenvolvimento e a mudança geracional.

A mudança social pode ocorrer em velocidades diferentes e desenrolar-se em diferentes arenas (tecnológica, econômica, cultural e política). A possibilidade de mudança geracional aumenta quando eventos históricos ou mudanças sociopolíticas se desenrolam rapidamente. Quanto mais rápida for essa mudança, maiores são as chances de se desenvolver uma geração portadora de características distintas (Carpini, 1989).

Quando ocorrem mudanças rápidas no meio social, as gerações mais velhas acabam por conviver em um espaço onde as antigas regras não estão mais sendo aplicadas. Como as novas gerações estão em processo de desenvolvimento neste “novo” ambiente, elas não percebem a mudança ou a descontinuidade dele. Neste caso, as gerações mais velhas teriam maior potencial

de serem reacionárias uma vez que suas regras internalizadas estão em dissonância com as normas sociais vigentes (Carpini, 1989). Dito isso, a mudança geracional, em termos sintéticos, consiste em um mecanismo no qual as instituições se ajustam a um ambiente em mudança e preparam, conseqüentemente, a população para aderir às novas regras (Carpini, 1989).

A dinâmica da substituição geracional pode variar em intensidade, visibilidade e impacto, dependendo da socialização política recebida - direta ou indireta - e do contexto político, histórico e tecnológico, e se houve no período formativo dos indivíduos mudanças sociais ou eventos significativos (Carpini, 1989). O processo de substituição geracional também pode ser mais ou menos perceptível a depender do intervalo de tempo das variáveis históricas e do ciclo de vida que são analisadas (Inglehart, 1977).

No plano individual, os filhos alcançam a fase adulta e assumem o papel de seus pais em intervalos de trinta ou quarenta anos. Contudo, em termos agregados, essa transição é contínua, com nascimentos e óbitos, contratações e aposentadorias acontecendo de forma constante. Similarmente, muitos dos avanços sociais e tecnológicos que influenciam a mudança geracional ocorrem de maneira gradual. Em vista disso, a demarcação entre gerações não segue um padrão regular, ou seja, as gerações são assimétricas e apresentam personalidades únicas (Carpini, 1989).

Vale destacar que, a cada cem anos, populações inteiras de uma sociedade são substituídas. Em um intervalo menor, a cada 30 ou 40 anos, aproximadamente, os líderes sociais e políticos, ocupantes de posições de poder, também são permutados por novos atores. O processo de substituição geracional, portanto, atravessa todas as sociedades e todos os sistemas políticos, sejam eles democracias ou regimes autoritários. A inevitabilidade deste processo é decorrente do aspecto biológico de vida e morte dos indivíduos. Contudo, as mudanças sociais e políticas não obedecem a esta regra e as alterações, quando ocorrem, são dadas a passos pequenos e em menor número (Carpini, 1989).

A transição das gerações pode variar em intensidade, desde algo sutil até mudanças mais marcantes, dependendo das influências socializadoras, tanto diretas quanto indiretas. Ademais, mesmo que a mudança geracional seja gradual e sutil, ela não deixa de ser importante em suas conseqüências sociopolíticas.

Apesar do conceito de geração implicar em reações únicas a períodos históricos-sociais específicos, não significa necessariamente que as gerações devem ser diferentes das coortes antecedentes e das sucessoras. Encontrar diferentes atitudes e opiniões na sociedade podem resultar do processo de substituição geracional, entretanto este processo não é obrigatório. A

substituição geracional em termos biológicos é inevitável, mas no sentido de substituição de atitudes e comportamentos, não é uma consequência imposta.

As gerações podem diferir uma das outras, mas estas alterações podem ser temporárias ou duradouras. Para que a mudança comportamental seja duradoura, faz-se necessário que as gerações ajam e afetem, de alguma forma, as instituições, uma vez que elas são também veículos de transmissão das normas sociais. Sem a mudança institucional, as mudanças comportamentais das gerações são reprimidas e desaparecem (Carpini, 1989).

Por fim, estudar gerações é relevante pois significa entender o processo de mudança da sociedade, que pode ser radical ou a passos lentos. No caso desta Tese, estudar as gerações políticas brasileiras não trará todas as respostas acerca da direção para onde está caminhando, em termos de atitudes e comportamento político, a sociedade brasileira, porém trará ricos elementos interpretativos acerca de quais características podem continuar e quais podem se enfraquecer no comportamento político da população brasileira, considerando o atual contexto histórico e social.

2.1.3 - Efeitos de ciclo de vida e de período

Além do processo de mudança geracional, que por si só já é complexo, há também as mudanças individuais que precisam ser consideradas no escopo de análise. Muitas alterações ocorrem nos indivíduos com o envelhecimento e estas modificações, derivadas da idade, não possuem relação com os fatores histórico-sociais (Carpini, 1989).

À medida que os indivíduos envelhecem, é possível que as atitudes sejam alteradas por causa da repetição de comportamentos – devido ao desenvolvimento cognitivo e a internalização de novas atitudes –, somadas ao contato com o ambiente social e político que está em movimento (Jennings; Niemi 1981; Nie *et al.* 1974). O efeito de idade ou de ciclo de vida afeta todas as gerações e todas as faixas etárias de maneira uniforme no decorrer do tempo. Este efeito pode impactar as atitudes políticas de diferentes formas, a depender das atitudes envolvidas (Carpini, 1989). Os efeitos culturais, históricos, os derivados da classe social, entre outros – chamados por Jennings e Niemi (1981) de efeitos contextuais – podem ser analisados de forma independente, mas também como mecanismos que interagem com o ciclo de vida.

Considerando a participação política, por exemplo, as pessoas com maior idade tiveram mais experiências comparecendo às urnas, e também houve mais oportunidade de colher

informações e criar opiniões sobre o processo eleitoral e sobre a escolha de candidatos (Carpini, 1989).

Novamente, a área de desacordo na literatura situa-se em qual faixa etária os efeitos do ciclo de vida impactam a socialização política. Há argumentos de que o índice de aprendizado social-político cresce na adolescência e reduz com o avanço da idade – modelo curvilíneo –, outros defendem estágios principais de desenvolvimento – escalonado – e outros, ainda, acreditam que um modelo linear seria a explicação mais apropriada (Carpini, 1989).

Apesar das diversas argumentações existentes, Carpini (1989) acredita que as principais características do efeito de ciclo de vida são as seguintes: (i) o aprendizado social não é finalizado ao se atingir determinada idade; (ii) tendo como base a totalidade dos estágios do ciclo de vida - nascimento até a morte - a assimilação e mudança de atitudes políticas tende a desacelerar com o envelhecimento; (iii) os efeitos do ciclo de vida na fase adulta são lineares - isto é, considerando o desenvolvimento biológico, cognitivo e as experiências no meio social, não há evidência teórica ou empírica de que há menor percentual de mudanças e desenvolvimento de atitudes entre pessoas de 35 e 50 anos, por exemplo. Por fim, as mudanças atitudinais relacionadas ao efeito de ciclo de vida também são constantes em diferentes gerações, quando demais variáveis são controladas (Carpini, 1989).

Os efeitos de período são os eventos sociais, políticos, culturais e econômicos que ocorrem em um dado período histórico e impactam toda a população de modo similar. Escândalos políticos publicizados em meios de comunicação, programas sociopolíticos exitosos, crise econômica, guerras, crises ambientais, sanitárias e de saúde, entre outros, são exemplos de eventos que impactam a sociedade como um todo e podem gerar mudanças de opiniões e atitudes. O efeito de período pode ser curto ou prolongado, contudo, afetará de maneira uniforme todos os grupos etários e sociais (Carpini, 1989).

Pode haver interação entre efeitos geracionais, de ciclo de vida e efeito de período, mas é importante destacar que se trata de conceitos teóricos e metodológicos distintos. Em um dado comportamento ou atitude política, por exemplo, pode haver a interação de dois deles, embora não seja obrigatório que os três elementos afetem uma atitude ou comportamento político específico (Carpini, 1989).

Por exemplo, a atitude dos jovens “caras-pintadas” que ocuparam as ruas no Brasil reivindicando o *impeachment* do ex-Presidente Collor em 1992. Fruto da organização do movimento estudantil, estes jovens pintaram os rostos com as cores do Brasil e pediram a saída do presidente após escândalos de corrupção e crise econômica no país. O comportamento destes

jovens pode ser resultado da interação de dois efeitos: geracional e de período. Os jovens desta geração - final dos anos 1980 e início dos anos 1990 - período de abertura política e redemocratização do país, eram bastante organizados e ativos politicamente, e alcançaram diversas conquistas também para as demandas estudantis. O movimento caras-pintadas é uma consequência também do efeito do período, uma vez que as notícias de corrupção e desvio massivo de verbas públicas escandalizaram a opinião pública brasileira, o que incentivou as ações de protesto.

Portanto, considerando o processo biológico de nascimento, maturidade e morte, a literatura considera o efeito do ciclo de vida como linear. Todavia, a influência da geração em que nascemos e do período ao qual respondemos não é linear. Compreender as atitudes de uma geração não significa prever as opiniões e comportamentos das gerações anteriores ou subsequentes. Isto porque cada geração desenvolve a sua própria identidade baseada numa combinação única de aspectos históricos, culturais, econômicos, políticos e biológicos. De modo similar, não é possível prever as reações comportamentais dada a eventos (efeito de período) futuros. Por isso, o efeito geracional e o efeito de período são considerados aleatórios, sutis e não-lineares (Carpini, 1989).

Em suma, a geração é um dos efeitos que a idade pode proporcionar no comportamento, mas não é o único. O ciclo de vida, considera o processo natural de envelhecimento e alteração nos papéis sociais que podem afetar a relação do indivíduo com a política. Por exemplo, jovens e adultos possuem poucos recursos de tempo ou dinheiro, e buscam meios para garantir a sobrevivência própria e da família, o que pode desestimular a participação política. Pessoas mais velhas, por sua vez, possuem tempo e recursos, mas são limitadas por problemas de saúde ao comparecer a eventos políticos. Assim, o estágio biológico do ciclo de vida é passível de influenciar as atitudes políticas (Kinder, 2006; Okado; Ribeiro, 2015). Por fim, o efeito de período, aborda a importância do contexto político e de fatos relevantes sobre a mudança ou permanência das atitudes políticas. Deste modo, o efeito de período é nomeado como evento que afeta a todos os indivíduos, engendra comoção popular e pode alterar as preferências políticas (Grasso, 2014; Neundorff, 2013).

Assim como o conceito geração é heterogêneo, complexo e dinâmico tendo em vista a interação de uma geração com várias forças sociais, assim também é difícil avaliar as gerações em termos empíricos e distinguir se uma ou mais variáveis afetam determinadas atitudes políticas. Ademais, é preciso também considerar, tanto teoricamente quanto empiricamente, as interações entre gerações, idade (ciclo de vida) e história (efeito de período). Como delimitar e

distinguir os efeitos geracionais, de ciclo de vida e de período? Estas questões serão tratadas mais adiante, no capítulo metodológico.

Tendo sido apresentadas as bases teóricas dos conceitos de geração, socialização política e outros efeitos relativos à idade, é possível adentrar a discussão acerca do impacto que as gerações podem exercer nas atitudes políticas investigadas nesta tese: apoio à democracia e participação política. Na próxima seção, especificamente, será abordada a relação entre geração e apoio à democracia. Considerar o efeito geracional como variável explicativa pode trazer ganhos no entendimento do processo de desconsolidação democrática, o que tem sido indicado pela literatura em diversos países.

2.2 - Geração e apoio à democracia

2.2.1 - Por que as gerações importam na discussão sobre o apoio à democracia?

Estudos recentes têm indicado que a democracia estaria em processo de desconsolidação em países desenvolvidos (Estado Unidos e Europa), bem como em nações que experienciaram regimes autoritários no século XX e possuem jovens democracias. O perfil do cidadão insatisfeito e disposto a abdicar da democracia seriam pessoas jovens, com menor escolaridade e que desconfiam das instituições (Botelho *et al.* 2020; Foa; Mounk, 2016, 2017).

A literatura aponta explicações diferentes para este fenômeno. O aparente desinteresse das gerações mais jovens com questões ligadas à política e a participação em veículos tradicionais é visto pelos autores como consequência da formação de valores pós-materialistas, que elevaria a criticidade dos sujeitos com o desempenho das instituições (Inglehart; Welzel, 2009); já outros autores consideram estas atitudes como um sintoma de desconsolidação democrática, decorrente da diminuição da satisfação com o regime por este não atender, de modo eficiente, a demandas centrais da população, tais como o combate à pobreza e à corrupção (Foa; Mounk, 2016, 2017).

Nas discussões teóricas acerca da formação de atitudes, comportamento e cultura política que fortalecem ou enfraquecem um regime, bem como nas investigações sobre os condicionantes da participação política, o efeito da variável idade (geração e ciclo de vida) ocupou um lugar de destaque nos Estados Unidos, na Europa e na América Latina.

Apesar da inegável relevância dos trabalhos que avaliaram a adesão à democracia no Brasil (Moisés; Carneiro, 2008; Fuks *et al.*, 2016; 2019), o foco deles residiu em investigar a

América Latina, e os aspectos atitudinais brasileiros são abordados ligeiramente, de modo secundário. Algumas pesquisas também priorizaram o estudo de uma coorte específica, os jovens (Fuks, 2012; Del Porto, 2012) ou avaliaram o apoio à democracia utilizando somente a pergunta Churchilliana⁶ (pergunta direta de apoio à democracia) (Fuks *et al.*, 2016). Deste modo, até onde se tem conhecimento, há uma carência de um exame mais abrangente sobre o efeito geracional na formação de atitudes que apoiem o regime democrático no Brasil.

Em pesquisa divulgada pelo Barômetro das Américas⁷, em 2019, 60% dos brasileiros afirmaram que a democracia é a melhor forma de governo, porém, mais da metade (58%) está insatisfeita com o regime e parcela destes 58% “abriria mão do regime” em contexto grave de corrupção (37%). Este percentual sobe entre os adeptos da direita (43%) e evangélicos (47%), respectivamente. Em 2022, outra pesquisa, desta vez realizada pelo DataSenado, informou que o Brasil atingiu recorde de aceitação do regime democrático como “melhor forma de governo”, 73%, atingindo o maior percentual desde 1989⁸.

Apesar da divulgação de dados otimistas, este elevado índice de apoio ao regime pode ser somente nominal, devido à possibilidade de viés contida na pergunta dos *surveys*, pois a interpretação dos indivíduos sobre o que é democracia pode ser diversa e ambivalente (Magalhães, 2017). Assim, pode existir o apoio a um conceito “abstrato” de democracia, mas ao se verificar a adesão a elementos práticos do regime tais como credibilidade das eleições e independência dos poderes, isto é o suporte à democracia procedimental, o índice de apoio à democracia pode ser menor que o apresentado em algumas pesquisas (Moisés; Carneiro, 2008; Inglehart, 2003).

Os estudos também têm mostrado uma redução desse apoio “relativo” à democracia entre as gerações jovens (Claassen; Magalhães, 2023; Foa; Mounk, 2016). Já as gerações idosas, por sua vez, são tidas como mais conservadoras pela literatura e, direcionando o olhar para o contexto brasileiro, são uma parcela do eleitorado cujos políticos de extrema-direita como Jair Bolsonaro tentam conquistar a simpatia e capturar votos. O ex-presidente também continha

⁶ A hipótese de Churchill é um modelo de pergunta testado convencionalmente nos *surveys* internacionais para medir o apoio à democracia de forma direta. A pergunta contém o seguinte enunciado “Com qual das frases abaixo você concorda mais? A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo/ Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático/ Para pessoas como eu, tanto faz um regime democrático ou não democrático” (Fuks *et al.*, 2016).

⁷ Disponível em: <<https://www.vanderbilt.edu/lapop/news/061019-brazil-nossaciencia.pdf>>. Acesso em: 3 mai 2022.

⁸ Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/02/14/cresce-o-apoio-a-democracia-aponta-datasenado>. Acesso em 18 set 2023.

mais eleitores entre as pessoas mais velhas, e seu concorrente às eleições, o atual Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, possuía nas pesquisas maior apoio entre os eleitores mais jovens⁹.

Ademais, no final de 2022 e início de 2023, após a derrota nas eleições do ex-Presidente Jair Bolsonaro, o país presenciou numerosas manifestações de bolsonaristas extremistas, apoiadores do ex-presidente, que expressaram nas ruas atitudes antidemocráticas como apoio ao golpe militar, criticaram a atuação do Supremo Tribunal Federal, entre outros. Na verdade, essas manifestações ocorreram diversas vezes ao longo do mandato do ex-presidente, mas se agravaram após as eleições de 2022, culminando com a invasão e depredação do Congresso Nacional por antidemocráticos extremistas, ataque concreto e simbólico à democracia no Brasil, no fatídico dia 8 de janeiro de 2023¹⁰.

Considerando o contexto brasileiro de crescimento da extrema-direita (González *et al.* 2021), de polarização política e de ataque às instituições democráticas, torna-se relevante entender quem são os brasileiros que menos apoiam a democracia. São as coortes geracionais mais jovens, segundo a tendência de outros países ou seriam as mais velhas? Seria a geração socializada na ditadura militar ou a geração que nasceu e cresceu em uma sociedade democrática? Qual geração, pois, seria a mais democrática no Brasil atualmente?

Quais seriam os possíveis efeitos da variável geração sobre a formação/mudança do apoio ao regime democrático? Em que medida, pertencer a uma geração política específica altera a forma como os sujeitos avaliam a democracia? Ou será que o efeito da idade (ciclo de vida) ou dos acontecimentos políticos (efeito de período) produziria maior impacto sobre o suporte à democracia do que o fator geração? O processo de desconsolidação democrática, verificado na América Latina e em outros países, também estaria ocorrendo no Brasil? Por fim, há efeito geracional no apoio à democracia brasileira? Estas são questões que esta pesquisa visa responder.

Portanto, uma das finalidades deste trabalho é contribuir com o estudo da associação entre geração, socialização e a formação de comportamentos congruentes com a democracia no Brasil. Para se alcançar esse fim, analisa-se o impacto geracional no apoio à democracia no país entre os anos de 2000 e 2020, que abrange cidadãos socializados entre a Era Vargas e a Nova República.

⁹ Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/exclusivo-bolsonaro-so-ganha-de-lula-entre-evangelicos-e-eleitores-com-maior-renda/>>. Acesso em: 19 set. 2023.

¹⁰ Mais informações em: <https://www.poder360.com.br/brasil/bolsonaristas-radicaais-rompem-barreira-e-sobem-no-congresso/>. Acesso em 18 set 2023.

A contribuição teórica desta frente de investigação, além da observação das gerações políticas brasileiras e se há efeito geracional, é testar a variável apoio à democracia na dimensão procedimental. Como será apresentado com mais detalhes na seção seguinte, a pergunta normativa sobre o apoio à democracia, e presente na maioria dos *surveys*, é carregada de vieses e o mais aconselhado pelas pesquisas recentes é avaliar a adesão à democracia mediante a construção de um índice que capte os procedimentos ou princípios do sistema democrático (Booth; Seligson, 2009). Assim, o apoio à democracia, nesta tese, será testado na perspectiva procedimental-empírica.

A literatura indica também diversas variáveis que constituem os princípios democráticos. Sinteticamente, elas são: I) Institucional-normativo (adesão à democracia, legitimidade das eleições e dos três poderes, confiança nas instituições,); II) Participativo (adesão à participação política eleitoral e não-eleitoral); e III) Avaliação contextual (percepção da corrupção e violência generalizada, situação econômica do país) (Botelho *et al.*, 2020). Nesta tese, será investigado, duas dimensões da adesão à democracia: o apoio à democracia (aspecto institucional) e a participação política convencional e não-convencional (dimensão participativa).

Dito isso, em seguida, serão expostas as principais diretrizes da literatura acerca do apoio ao regime democrático e os possíveis impactos da variável geração nesta atitude.

2.3 - Geração e o apoio à democracia: debate teórico e hipóteses

É consenso na literatura que o apoio e a legitimidade do regime democrático entre os cidadãos fazem-se necessários para a manutenção de seus governos. Isto é, a congruência entre regime político e atitudes dos indivíduos torna-se um dos fatores cruciais para a qualidade e sobrevivência das democracias pelo mundo (Easton, 1965; Booth; Seligson, 2009).

Os primeiros trabalhos que estudaram as atitudes dos cidadãos em relação aos regimes políticos foram as obras de Almond e Verba (1963), “The Civic Culture” e de David Easton (1975), “A systems analysis of political life”. Neste trabalho seminal, Easton (1965) apresentou o conceito de apoio político que consiste num reservatório de atitudes positivas sobre o regime político (ou autoridade política) que permite ao indivíduo tolerar eventuais resultados ou performances governamentais ruins (Easton, 1965).

O apoio político teria duas variações: difuso ou específico. O apoio difuso é direcionado a mais de um elemento, tais como regime político, autoridades e a sociedade. Já o apoio

específico, como o próprio nome sugere, refere-se à avaliação de um objeto político (suporte a uma decisão ou a um político são exemplos). Assim, o apoio difuso diz respeito a elementos mais “gerais e afetivos” e seria mais duradouro que o apoio específico. Entretanto, o apoio difuso e o apoio específico podem flutuar conforme fatores contextuais. Mesmo tido como mais durável, o apoio difuso pode modificar-se caso o desempenho do regime seja avaliado como insatisfatório por um longo período no tempo (Easton, 1965; Borba; Cardoso, 2021).

A contribuição teórica de Easton (1965), definição e categorização do apoio político, foi adotada nas pesquisas nas décadas subsequentes e norteiam os estudos sobre o tema até os dias atuais (Borba; Cardoso, 2021). Nos anos 1990, houve o movimento de reformulação teórica e empírica do conceito de apoio político de Easton (1965), por meio principalmente dos trabalhos de Norris (2002), Dalton (2009) e Booth e Seligson (2009). Estes autores subdividiram os objetos do apoio político em cinco categorias, a saber: instituições do regime, performance, princípios do regime, comunidades políticas e autoridades políticas (Borba; Cardoso, 2021).

Verifica-se, portanto, que o apoio à democracia possui muitas camadas, é multidimensional. Houve pesquisas que avaliaram também outras dimensões como tolerância política, eleições livres, participação política, separação dos três poderes, aspectos processuais, variáveis contextuais, entre outros (Paulino, 2016; Fuks *et al*; 2019).

A partir de 1990, os trabalhos começaram a alertar que o elevado índice de apoio à democracia pode ser somente nominal em muitos países, e se a medição do apoio dos cidadãos for investigada com mais profundidade, os resultados se tornam mais negativos (Inglehart; Welzel, 2009). Deste modo, diversas pesquisas apontaram, em diferentes países, que os cidadãos manifestam esse apoio nominal, relativo ou ambivalente, onde estes apoiam a existência de eleições competitivas, por exemplo, mas poderiam ser contrários à separação dos três poderes ou ao direito de minorias sociais (Wuttke *et al.*, 2020; Norris, 2002).

Existe o desafio metodológico de como mensurar o apoio à democracia, quais dimensões escolher, como operacionalizar as variáveis e como os sujeitos interpretam o conceito de democracia. Então, nos anos 1980 e 1990, os debates teóricos giravam em torno do refinamento do conceito de apoio à democracia e a discussão metodológica residia em como medir esse apoio de forma confiável (Borba; Cardoso, 2021).

Um desafio metodológico é a existência de muitas dimensões, pois o apoio à democracia é multifacetado, e isso dificulta a comparabilidade dos resultados, sobretudo se for uma

pesquisa entre vários países. O que uma pergunta representa para um país pode ter sentido diverso em outro (Magalhães, 2017).

Deste modo, Inglehart e Welzel (2009) propôs o índice “Democracia/Autocracia”, uma nova mensuração do apoio ao regime por meio da criação de uma variável multi-item, em que seriam inseridos os níveis de suporte à democracia considerando as várias “camadas” existentes no conceito. As pesquisas seguintes testaram o modelo proposto por Inglehart e Welzel (2009) e indicaram uma redução no percentual do apoio, bem como sinalizaram que este seria mais forte nas democracias ricas e antigas (Inglehart; Welzel, 2009; Magalhães, 2018).

Ainda em relação às contribuições empíricas, os postulados de Booth e Seligson (2009) têm sido amplamente aceitos por focar em mensurar de modo mais concreto os princípios da democracia, e não somente averiguar as respostas ao termo “apoio à democracia” de forma abstrata. Os autores argumentam que há o viés de desejabilidade social em perguntas diretas acerca do apoio à democracia. Logo, as pesquisas mais recentes têm priorizado o uso de perguntas indiretas, que captem princípios do regime e que podem ser compreendidas com mais clareza, sem dúvida interpretação, pelos respondentes dos *surveys* (Booth; Seligson, 2009; Grasso, 2014).

Na virada do século, as pesquisas argumentaram que os cidadãos podem ser assertivos, quando manifestam apoio ao regime, todavia essa atitude pode ser fraca na prática (Dalton, 2004). Os cidadãos também podem ser críticos (Norris, 2002) onde acreditam que a democracia é a “melhor forma de governo”, porém, simultaneamente, estão insatisfeitos com o desempenho das instituições democráticas.

A quantidade de tempo e a qualidade da experiência com a democracia contribuem também para que os cidadãos reproduzam determinada atitude política, favorável ou não ao regime democrático. É o que a literatura chama de “legado democrático”. Se um país tem uma história longa e sólida, isto é, sem interrupções, com a democracia, os cidadãos desta nação tendem a apoiar o regime por terem sido socializados nele (Casalecchi, 2016).

Em síntese, são consideradas variáveis preditoras do apoio ao regime democrático, na esfera individual, a escolaridade, renda, interesse por política e confiança social. Já na esfera macro são citados o tempo de permanência da democracia (legado democrático) e desenvolvimento econômico do país. Assim, a avaliação da situação econômica do país também é citada como uma variável, pois a percepção individual de que a vida “progrediu”, que a situação econômica do país está melhor, é algo que fortaleceria a adesão ao regime democrático (Magalhães, 2018, Fuks *et al.*, 2018, Norris, 2011, Dalton, 2009).

No debate teórico acerca do possível efeito geracional sobre a adesão à democracia, há duas teorias concorrentes: teoria dos valores pós-materialistas de Inglehart e Welzel (2009), que é derivada da teoria da modernização, e a teoria da substituição geracional de Mannheim (1982).

Argumento teórico bastante defendido foi que os indivíduos mais jovens tenderiam a ser mais democráticos. Conforme a teoria dos valores pós-materialistas, as gerações mais jovens cresceram e foram socializadas tendo maior acesso à educação, meios de comunicação, e possuem suas necessidades materiais básicas atendidas, o que favorece o desenvolvimento de valores de pós-materialistas, nos quais os cidadãos tenderiam a ter mais interesse com a política e com demandas do bem-estar coletivo (Inglehart; Welzel, 2009). Logo, para Inglehart e Welzel (2009), às diferenças culturais entre as sociedades acontecem como consequência das diferenças econômicas de cada país. Países mais desenvolvidos economicamente, com maior distribuição de riqueza, tornam possíveis aos cidadãos experienciar condições materiais básicas, favorecendo que estes se sintam seguros em suas vidas e, dessa forma, buscarem objetivos para além da sobrevivência, tornando possível o surgimento de práticas e valores pós-materialistas, compatíveis com a democracia. Nessa ótica, as gerações mais jovens teriam o potencial de ser os “cidadãos críticos”, (Norris, 2002) que podem manifestar alguma insatisfação com o funcionamento das instituições democráticas, mas continuam a apoiar firmemente o regime.

A presença de valores emancipatórios em uma dada sociedade, portanto, são suportes essenciais para a estabilidade e a manutenção dos governos democráticos, mas esses valores podem ser ameaçados. As elites autocráticas difundem noções equivocadas de democracia, desqualificando os valores emancipatórios, e disseminam na sociedade valores condizentes com o regime autoritário. Seguindo este processo, o apoio à democracia pode transformar-se em apoio à autocracia (Welzel, 2018).

Entretanto, as sociedades que possuem recursos como a educação, a informação e a comunicação apresentam cidadãos com autonomia intelectual, e estes não são confundidos pelos discursos autocrático-doutrinadores. Logo, as diferenças socioeconômicas, de acesso à educação e à informação engendram oportunidades desiguais aos indivíduos e um consequente progresso desigual dos valores emancipatórios (Welzel, 2018).

Por outro lado, a teoria concorrente, a explicação da mudança geracional (Mannheim, 1982). Vimos que os fatores históricos, sociais e políticos, vigentes durante o processo de socialização, alteram a forma como as atitudes políticas são internalizadas pelos cidadãos e,

consequentemente, fomentam as características geracionais (Mannheim, 1982; Carpiní, 1989). Nesta ótica, mesmo que algumas gerações tenham nascido em regimes democráticos, há a possibilidade de, paulatinamente, elas assimilarem novas atitudes políticas e reduzirem sua preferência pelo regime, a depender das experiências tidas na infância e na juventude, bem como por fatores contextuais - desempenho do regime, presença de líderes populistas, crise econômica, violência, entre outros (Fuks *et al.*, 2016; Borba; Cardoso, 2021). Logo, a geração pode ter uma visão positiva ou negativa do regime democrático conforme o contexto e as vivências tidas. A mudança geracional pode ocorrer como resultado desse processo, bem como pela transmissão imperfeita da cultura política existente das gerações mais antigas para as gerações mais jovens (Carpini, 1989).

Conforme já mencionado, a literatura internacional tem enfatizado o fenômeno de “reversão autoritária” ou “fadiga democrática”, especialmente entre os cidadãos mais jovens. A democracia estaria em crise (ou em processo de desconsolidação) nas velhas democracias (Foa; Mounk, 2016, 2017) e os cidadãos estariam dispostos a abdicar do regime a fim de solucionar demandas sociais relevantes como combate à corrupção e crescimento econômico (Borba; Cardoso, 2021).

A ascensão de líderes populistas e autoritários têm feito os pesquisadores se questionarem se a sociedade vem assimilando ideias contrárias ao regime democrático, uma vez que o populismo e a polarização política são sintomas do processo de enfraquecimento das democracias (Wuttke *et al.*, 2020; Borba; Cardoso, 2021). Alguns trabalhos têm alertado que as atitudes autoritárias podem coexistir com atitudes democráticas (Fuks *et al.*, 2016). E a redução no apoio do regime democrático traria dois riscos: as elites políticas podem se articular e dar um golpe de Estado ou pode haver a ascensão de políticos autoritários ou “anti-sistema” (Claassen; Magalhães, 2023).

Um argumento utilizado para tentar explicar o porquê de as gerações jovens apoiarem menos a democracia deve-se ao fato de estes jovens terem crescido em uma sociedade tecnológica, que busca soluções ágeis, e estes cidadãos estariam habituados com a rapidez das respostas que estas tecnologias proporcionam. Essa geração, portanto, poderia ver o regime democrático com menos encanto devido à lentidão deste em atender às reivindicações sociais (Wuttke *et al.*, 2020; Foa; Mounk, 2017).

A tese da fadiga democrática entre os mais jovens favorece o argumento de “mudança geracional” (e com isso, mudança cultural e de valores) e contradiz a teoria dos valores pós-materialistas (Wuttke *et al.*, 2020). Nesta ótica, os mais jovens deveriam ser os mais

democráticos, ou mais participativos, pois com o avanço do desenvolvimento econômico e social, e superação da dificuldade de sobrevivência, os cidadãos voltariam sua atenção para a política e os interesses sociais (Perrett; Baldassarri, 2024). Esta geração mais jovem seria mais crítica em relação ao governo e às instituições, porém apresentaria princípios democráticos mais sólidos (Wuttke *et al.*, 2020).

Entretanto, a tese da “fadiga democrática” não é consensual e também é criticada por autores que alegam tratar-se somente de uma tendência passageira. Para estes, a redução no apoio/confiança na democracia seria oriunda de um efeito de período, e não de diferenças geracionais (Wuttke *et al.*, 2020; Magalhães, 2018; Norris, 2017).

Poucos estudos têm utilizado a geração como uma variável explicativa do apoio à democracia, não somente nas democracias centenárias, mas também na América Latina. E dentre as pesquisas realizadas, buscou-se captar as variáveis “preditoras” do apoio ao regime e a verificação da idade ocorreu como variável de controle, como informação secundária. Logo, poucos artigos analisaram a existência de efeitos geracionais e suas consequências nas atitudes políticas dos brasileiros (Fuks, *et al.*, 2018; 2019).

Há pesquisas que mostram a inexistência de efeito geracional significativo para explicar a adesão à democracia, como aquela realizada em 18 países europeus por Wuttke *et al.* (2020). Apesar desse resultado, em alguns destes países, o apoio enfraqueceu, se tornou "nominal", especialmente nas coortes geracionais mais jovens. A maioria dos trabalhos recentes que investigam se há efeito geracional na adesão à democracia, entretanto, têm indicado maior apoio entre as gerações mais velhas e menor adesão nas gerações mais jovens (Grasso, 2014; Fuks *et al.*, 2018; Grasso *et al.*, 2019; Claassen; Magalhães, 2023).

Grasso e coautores (2019) investigaram as gerações políticas na Inglaterra com o objetivo de verificar se a geração “neta” de Thatcher¹¹, isto é, as novas gerações, possuíam mais valores autoritários, de cunho ideológico de direita, comparado às gerações mais velhas. Foram encontrados efeitos de coorte uma vez que a geração mais jovem era mais “thatcherista” no aspecto político (direita), econômico (liberal) e nos valores sociais (mais avessos aos direitos de minorias e políticas de redistribuição de renda). Houve, portanto, um movimento de substituição geracional e de mudança de valores, onde as gerações subsequentes assimilaram de seus pais e avós as preferências políticas da direita (conforme a experiência recebida no

¹¹ Margaret Thatcher foi a primeira-ministra no Reino Unido no período de 1979 a 1990 (Grasso *et al.*, 2019).

mandato de Margaret Thatcher) e não somente assimilaram, mas reproduziram com ainda mais intensidade do que seus avós (Grasso *et al.*, 2019).

Portanto, os valores e as atitudes políticas podem ser mantidos ou alterados ao longo das gerações. O contexto britânico em questão favoreceu a permanência e o fortalecimento das preferências políticas liberais. Além disso, o tempo de convivência com um regime/ forma de governo impactam na experiência formativa das gerações (Grasso *et al.*, 2019).

Em pesquisa realizada nos Estados Unidos, Claassen e Magalhães (2023) analisaram dados de 12 pesquisas nacionais, nos anos de 1995 a 2019, e constataram que o apoio à democracia tem diminuído em cada geração subsequente. As coortes mais jovens manifestaram menor adesão ao regime do que as gerações mais velhas. A análise de dados descartou a possibilidade de efeito de ciclo de vida e confirmou que a redução do apoio tem sido por efeito geracional (Claassen; Magalhães, 2023). Entre os estadunidenses, o perfil dos cidadãos menos democráticos seriam pessoas de baixa escolaridade, jovens e que estão insatisfeitos com o regime (Foa; Mounk, 2016; Botelho *et al.*, 2020).

Essas renomadas pesquisas sobre o suporte à democracia foram realizadas empiricamente sobretudo em países portadores de velhas democracias, tais como Estados Unidos e Europa Ocidental. Ao direcionar a análise para países como a América Latina e o Brasil, percebe-se que o contexto histórico e político destas nações é diferente. A América Latina presenciou nos últimos cem anos governos autoritários e democráticos, sobretudo no pós-Segunda Guerra Mundial. A experiência ainda recente com formas autoritárias de governar podem ter deixado marcas na cultura política destes países que ainda não foram deletadas com a vivência das últimas décadas democráticas (Fuks *et al.*, 2019; 2016).

Em pesquisas realizadas em jovens democracias - América Latina, Ásia e África -, foram encontrados resultados negativos: uma adesão fraca à democracia, ambivalente ou somente instrumental, no sentido de apoiar a realização de eleições livres e regulares, mas não se verificou forte apoio na dimensão cultural, no sistema de valores e crenças. Houve, ainda, a confirmação de variáveis preditoras do apoio à democracia como renda e escolaridade, conforme já mencionado nas análises feitas em antigas democracias (Fuks *et al.*, 2016; Magalhães, 2018).

Desta forma, na América Latina, a maioria das pessoas afirma que a democracia é a melhor forma de governo, mas um percentual reduzido apoia inteiramente todos os princípios do regime. Quanto maior o tempo de democracia, maior a probabilidade de as atitudes democráticas serem consolidadas na população. Os cidadãos mais velhos são citados como os

mais democráticos na região. O argumento explicativo seria que as gerações mais velhas viveram as repressões da ditadura e lutaram por direitos políticos e sociais. Possivelmente, seja este o motivo destes cidadãos serem os mais democráticos na América Latina (Fuks *et al.*, 2019).

Corroborando com este achado, ainda na América Latina, pesquisas demonstram que o apoio à democracia é maior entre gerações que vivenciaram os dois regimes, autoritário e democrático, ao passo que as gerações mais jovens, que só experienciaram governos democráticos, tenderiam a ter uma adesão menor à democracia do que as mais antigas. A hipótese explicativa deste fenômeno seria a “aversão ao regime autoritário”. Ou seja, as gerações mais antigas apoiam e valorizam mais a democracia por conhecerem os malefícios e as restrições de um regime autoritário (Fuks *et al.*, 2018).

Deste modo, o desafio das novas democracias latino-americanas consiste em manter a estabilidade do regime democrático em países que contém elementos autoritários na cultura dos cidadãos. Somado a este fator histórico, outro desafio seria dar continuidade ao suporte à democracia em um contexto de dificuldades econômicas e sociais e de não responsividade às demandas dos cidadãos (Fuks *et al.*, 2016).

Considerando a realidade brasileira e o grau de apoio à democracia, a tipologia elaborada por Moisés e Carneiro (2008) é aceita pela literatura e classifica os cidadãos como democratas, autoritários e ambivalentes. Ao investigar também os países latino-americanos, Moisés (2005) constatou que o Brasil seria o país com o maior quantitativo de cidadãos ambivalentes na região. Estes indivíduos seriam os mais suscetíveis de assimilar atitudes autoritárias, por não terem uma adesão consistente (Moisés; Carneiro, 2008).

As pesquisas feitas no Brasil afirmam que há no sistema de crenças dos brasileiros a ambivalência de atitudes democráticas. Isto é, o cidadão pode apoiar as eleições livres, mas pode ter baixa tolerância política, que é outro princípio do regime. Ou seja, o brasileiro pode aderir à democracia de modo “parcial”, apoiando algumas dimensões e rejeitando outras (Moisés; Carneiro, 2008; Fuks *et al.*, 2019).

Em pesquisa que investigou o nível de apoio dos democratas brasileiros sobre o regime, constatou-se que o apoio dos democratas é inconsistente quanto ao sistema de crenças, considerando os princípios democráticos. Estes cidadãos, portanto, aderem mais fortemente à dimensão da participação política e em menor nível às outras dimensões como a representação política (Fuks *et al.*, 2016, 2019).

Considerando o contexto da pandemia da Covid-19, estudos também avaliaram se houve redução no apoio à democracia no Brasil neste momento de crise sanitária e econômica, somado à presença de um Presidente populista, que manifestava um discurso antidemocrático. Analisando dados da opinião pública, Avritzer e Rennó (2021) verificaram que não houve no período pandêmico agravamento de uma crise democrática no país. Contudo, a insatisfação com a democracia e a desconfiança nas instituições democráticas continuam presentes na opinião pública brasileira (Avritzer; Rennó, 2021).

O Brasil, com sua rica história política, demanda uma análise acurada, pois experimentou mais de um regime autoritário no século XX e possui uma democracia relativamente jovem, que está em processo de consolidação. O Brasil, desde o período colonial, experimentou governos autoritários, e após proclamar a República experienciou a alternância de regimes democráticos e autoritários (Era Vargas e Ditadura Militar são exemplos). O contexto histórico e político brasileiro, portanto, favorece a execução de uma pesquisa sobre como se dá o apoio à democracia entre às gerações, regime este que pode ser avaliado diversamente por cada coorte, de acordo com a socialização política recebida.

Escassas também são as pesquisas que analisaram o efeito geracional no Brasil sobre as atitudes políticas. A maioria dos trabalhos existentes ora analisaram a variável adesão à democracia sem considerar o efeito geracional (Moisés; Carneiro, 2008; Avritzer; Rennó, 2020); ora se debruçaram em entender a América Latina como um todo, citando ligeiramente dados nacionais (Paulino, 2016; Botelho *et al.*, 2020); além disso, a variável idade é inserida, na maioria dos casos, como controle; ou as pesquisas averiguaram somente os jovens, enquanto coorte ou como ciclo de vida, não havendo pois, um exame aprofundado do efeito geracional considerando todas as coortes políticas existentes no Brasil (Fuks, 2012; Okado; Ribeiro, 2015; Del Porto, 2012).

Recentes trabalhos, tais como o de Moreno e Lagos (2016) e Fuks e coautores (2018), verificaram a existência do efeito geracional sobre o apoio à democracia na América Latina. Estas pesquisas produziram grandes contribuições teóricas e empíricas por indicarem a tendência de coortes mais velhas apoiarem mais à democracia na região.

A pesquisa de Fuks e coautores (2018) analisou os possíveis efeitos geracionais nos países latino-americanos, examinando dois grandes grupos geracionais: um que foi socializado nos regimes autoritário e democrático, e um segundo grupo com os cidadãos que viveram os anos formativos somente no contexto de um governo democrático. Os resultados mostraram que as coortes que vivenciaram os dois regimes (autoritário e democrático) manifestaram maior

apoio à democracia do que as gerações mais jovens que experimentaram apenas o regime democrático (Fuks, *et al.*, 2018).

Apesar do inegável esforço e qualidade desses trabalhos, algumas questões não foram examinadas. Primeiro, diferenciar os níveis de apoio à democracia na dimensão procedimental (elaborar a variável “adesão à democracia” com questões indiretas, que mensuram elementos empíricos do regime, tais como eleições, legitimidade dos Três Poderes etc.). Em segundo lugar, realizar uma análise detalhada das gerações políticas no Brasil para verificar a existência ou não de efeito geracional no apoio à democracia no país - ou seja, ir além do estudo de dois grandes grupos geracionais socializados em regimes diferentes.

Desta maneira, esta pesquisa visa dar continuidade e refinar a discussão proposta em Fuks e coautores (2018) ao verificar os seguintes aspectos: 1) analisar a existência de efeito geracional no apoio à democracia empírica; 2) verificar de forma aprofundada as gerações políticas existentes no Brasil, perpassando não somente a ditadura militar e a democracia pós-1989 (quem viveu em dois regimes ou somente um regime), mas também incluir na análise da Ditadura do Estado Novo, durante a Era Vargas - que foram acontecimentos relevantes da história nacional e foram experienciados pelos brasileiros mais idosos; 3) E, por fim, executar a pesquisa empírica em um recorte temporal mais robusto - vinte anos - a fim de comparar o comportamento geracional com maior confiabilidade.

É importante destacar que neste trabalho é adotada a perspectiva teórica de mudança geracional como mecanismo explicativo das diferenças comportamentais entre as gerações e da possível fadiga democrática entre jovens brasileiros (Foa; Mounk, 2016; Mannheim, 1982). Concorda-se também com a concepção mais ampla de socialização política, segundo a qual o processo de assimilação de atitudes políticas é contínuo ao longo da vida, (Grasso *et al.*, 2019) reforçando ou modificando as características aprendidas na socialização primária (na infância e juventude).

Considerando a tendência verificada em diversos países de que o apoio à democracia é maior entre as gerações mais velhas (Grasso, 2014; Fuks *et al.*, 2018; Grasso *et al.*, 2019; Claassen; Magalhães, 2023), e que este fenômeno ocorreria porque as gerações mais velhas possuem “horror ao regime autoritário” - devido às experiências negativas que vivenciaram nestes governos -, a hipótese é de que há efeito geracional no apoio à democracia no Brasil. A expectativa é que as gerações políticas mais antigas manifestem maior apoio à democracia do que as gerações mais jovens.

Todavia, a qual tipo de “democracia” este apoio faz referência? Conforme dito anteriormente, a pergunta direta que questiona a adesão à democracia, a hipótese de Churchill, possui vieses por utilizar uma noção abstrata do regime e abrir possibilidade para diversas interpretações (Booth; Seligson, 2009; Fuks *et al.*, 2016). Além disso, os estudos mais recentes têm sugerido que seja verificado o apoio à democracia considerando os princípios ou normas, por meio de perguntas indiretas que captam, de forma mais eficaz, a adesão à democracia empírica ou procedimental¹². Neste sentido, a hipótese relativa à investigação da atitude “apoio à democracia” nesta tese é:

H1 - As gerações políticas mais idosas manifestam maior apoio à democracia.

Após essa breve revisão sobre a relação geração e apoio à democracia e tendo em vista que o objetivo desta Tese é investigar a existência do efeito geracional em duas atitudes políticas (apoio à democracia e participação política), no próximo capítulo serão abordadas as discussões teóricas sobre a participação política e o impacto geracional na manifestação das diferentes formas de participação.

¹² O termo democracia procedimental foi cunhado por Joseph Schumpeter na obra seminal “Capitalismo, Socialismo e Democracia”. Para o autor, a democracia seria um conjunto de regras, de procedimentos, para a escolha das autoridades políticas. Ou seja, a democracia é procedimental uma vez que permite a escolha de sujeitos responsáveis pelas decisões políticas para o bem comum, ou não, da sociedade (Schumpeter, 1961).

3. GERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

3.1 - Por que as gerações importam na discussão sobre a participação política?

Investigações realizadas no âmbito da Ciência Política têm se preocupado em compreender o fenômeno da participação política, tanto em escala global, como individual. Os primeiros esforços de investigação ocorreram nos Estados Unidos, pelas robustas pesquisas empíricas de Paul Lazarsfeld e Angus Campbell, nos anos 1940 e 1950. As primeiras pesquisas buscavam entender as razões do comparecimento dos eleitores às urnas (Delfino; Zubieta, 2010; Campbell, 1971), assim como a influência dos meios de comunicação sobre as escolhas dos eleitores (Berelson, 1954).

Nas décadas seguintes, os estudos obtiveram avanços e buscava-se definir o conceito de participação política, bem como classificar suas modalidades de atuação. Milbrath (1965), preocupado em distinguir a participação social e a política, define esta última como sendo as ações dos indivíduos destinadas a influenciar ou apoiar o governo e as instituições políticas (Milbrath, 1981; 1985).

Assim, a participação política inicialmente foi analisada por meio de modalidades consideradas pela literatura como tradicionais. Convencionou-se considerar o ato de votar e o envolvimento em partidos políticos e associações como modalidade “convencional”. Já as atividades de protesto, sejam pacíficas ou violentas, participar de abaixo-assinado, aderir à boicotes e ao ativismo digital são classificadas como “não convencionais” (Norris, 2002; Borba, 2012; Ribeiro; Borba; Hansen, 2016).

Sinteticamente, os achados da literatura internacional e nacional apontam que os determinantes da participação política estão ligados à centralidade social dos indivíduos. Isto é, pessoas com maior escolaridade, do sexo masculino, adultos, de classe média, casados e membros de uma maioria étnica seriam os mais propensos a ter uma conduta participativa (Nie *et.al.*, 1974; Barnes *et al.*, 1979; Ribeiro; Borba, 2010; Ribeiro; Ayres, 2011; Ribeiro, Borba; Silva, 2015).

Considerando a associação entre idade e participação política, a maioria dos trabalhos investigou os efeitos do ciclo de vida e testou a idade como variável contínua ou agregada em faixas etárias que correspondessem aos estágios da vida: juventude, fase adulta e senioridade. A tendência verificada pela literatura é que a participação política inicia baixa na juventude, depois cresce na vida adulta e declina com a chegada da velhice (Kinder, 2006).

São escassos, pois, os trabalhos que se debruçaram sobre a investigação do efeito geracional sobre a participação política, sobretudo considerando as gerações políticas. Tendo em vista que a geração consiste em uma “situação social particular” na qual indivíduos que nasceram no mesmo contexto histórico e social tendem a reproduzir valores, atitudes e comportamentos semelhantes (Mannheim, 1982); qual seria a relação entre geração e participação política? A idade dos sujeitos e seus diferentes efeitos (geracionais e ciclo de vida) poderiam afetar a disposição em participar politicamente?

O consenso teórico é que pessoas mais velhas (ciclo de vida) tenderiam a participar mais e preferir formas de engajamento tradicionais (voto, associação a partidos, entre outros), ao passo que os jovens prefeririam modalidades não eleitorais de participação - ações de protesto e ativismo online (Borba, 2012; Norris; Inglehart, 2019).

Especificamente no Brasil, a maioria das pesquisas que investigaram a relação entre idade e participação política, investigaram o efeito do ciclo de vida, e não o efeito geracional. O foco desses trabalhos foi analisar a categoria juventude, enquanto ciclo de vida, nos quais observaram a influência da socialização familiar e da transmissão intergeracional - no sentido hereditário - na disposição participativa, bem como analisaram as modalidades de participação preferidas pelos jovens (Fuks, 2012; Del Porto, 2012; Okado; Ribeiro, 2015). Além disso, houve trabalhos que avaliaram a variável idade de forma contínua, também na ótica analítica do ciclo de vida, ao observarem os condicionantes da participação política nos países latino-americanos e no Brasil (Rennó, 2001; Ribeiro; Borba; Silva, 2015).

Pesquisas robustas também consideraram amostras populacionais ao investigarem a participação política (Ribeiro; Borba, 2010; Ribeiro; Borba; Silva, 2015; Okado; Ribeiro, 2015; Mitozo; Massuchin, 2020). Contudo, o recorte temporal elencou poucos anos de análise e/ou uma única fonte de dados.

Apesar da inegável contribuição e qualidade dos trabalhos já realizados tendo como foco, na maioria dos casos a América Latina e em menor número o Brasil, estas pesquisas não incluíram em seu escopo de análise as gerações políticas brasileiras. Verifica-se, portanto, que há poucos trabalhos que abordem os efeitos geracionais (e não somente o ciclo de vida) na participação política no Brasil de forma mais ampla, tendo como objetivo investigar as gerações políticas e os respectivos acontecimentos relevantes na história política brasileira (e não apenas uma coorte etária, os jovens); e a comparação do comportamento dessas gerações em uma série temporal mais longa, acima de uma década.

Atualmente, verifica-se o processo de mudança na estrutura demográfica da sociedade brasileira que deixou de ser o país composto majoritariamente por jovens e adultos e está atravessando um rápido processo de envelhecimento populacional. As projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base nos dados divulgado pelo Censo 2022¹³, é que até 2030 haja mais idosos (pessoas com 60 anos ou mais) do que crianças no Brasil. O número de idosos cresceu 56% no país nos últimos doze anos e hoje representa aproximadamente 15% da população. Esta mudança na estrutura demográfica é resultante, principalmente, da redução na taxa de natalidade no país.

Considerando as mudanças demográficas, é possível questionar, na esfera política, sobre os rumos culturais e atitudinais que estão sendo trilhados pela sociedade brasileira. A população hoje, composta por cidadãos pertencentes a diferentes gerações, socializados em contextos históricos e sociais distintos, estaria construindo (ou reproduzindo) qual cultura, comportamento e atitudes políticas? As novas gerações seriam mais participativas, ou as mais antigas apresentariam maior propensão ao ativismo? Quais modalidades de participação são as preferidas por cada geração política brasileira?

Algumas questões teóricas também não foram aprofundadas e demandam uma análise mais detalhada. Há efeito geracional em todas as modalidades de participação? Se sim, quais delas? Gerações políticas mais velhas tendem a comparecer mais às urnas do que as gerações socializadas no regime democrático (coortes mais jovens) no Brasil? As gerações políticas mais jovens seriam mais interessadas em modalidades não-convencionais de participação? Se sim, quais especificamente? Em suma, as tendências teóricas verificadas nos países desenvolvidos e as evidências encontradas quanto ao efeito do ciclo de vida na América Latina e no Brasil se aplicam às gerações políticas no país?

Longe de esgotar essa discussão, esta pesquisa se propõe a contribuir com o conhecimento já produzido na área e visa ampliar o debate teórico acerca da associação entre geração e participação política considerando, de modo aprofundado, o contexto político da sociedade brasileira.

Dito isso, na seção seguinte será aprofundado o que a Ciência política internacional e brasileira produziu acerca da participação política, em suas diferentes modalidades, bem como a relação entre efeitos geracionais e o ativismo político.

¹³Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em: 04 set. 2024.

3.2 - Geração e participação política: debate teórico e hipóteses

A associação das categorias analíticas participação política e a idade (ciclo de vida) esteve na agenda de pesquisas desde os primeiros trabalhos sobre o ativismo político. No cerne das investigações estava a busca por compreender o que motiva os cidadãos a participar, quais formas de engajamento são escolhidas e os impactos dessas ações.

No início do campo de estudos de participação política, anos 1950 e 1960, as pesquisas centraram-se nas eleições e buscava-se apreender os condicionantes do voto e demais fatores que influenciavam o comparecimento eleitoral. Neste período, os únicos canais de participação que integravam os cidadãos e a política eram as eleições, os partidos e as associações. Paulatinamente, as investigações abrangeram também o ato de fazer campanhas eleitorais, fazer doações para partidos políticos, participar de protestos, entre outros (Milbrath, 1965).

Inicialmente, Milbrath (1965), um dos pioneiros na investigação sobre participação política, defendia o caráter unidimensional do ativismo. Posteriormente, ele descartou este argumento quando pesquisas empíricas e transnacionais demonstraram a existência de diversos modos ou estilos de participação (Norris, 2002; Milbrath, 1965).

Na ótica de Milbrath (1965), a participação política seria cumulativa e os indivíduos que participam de uma ação, apresentam a tendência de engajar-se em outras. Estas ações, em ordem crescente, seriam: expor-se a estímulos políticos, votar, discutir sobre política, usar adesivos de um candidato/partido, entrar em contato com políticos, doar dinheiro a um partido, participar de uma reunião, engajar-se na campanha eleitoral, ser membro ativo de um partido político, solicitar doações para um candidato ou partido, e, por fim, se candidatar e assumir um cargo político (Milbrath, 1965).

Nos anos seguintes, as pesquisas internacionais identificaram novas formas de engajamento político, sobretudo a obra precursora de Barnes e Kaase (1979). A partir desse momento, houve o esforço de classificar as formas de participação política e elas foram categorizadas como convencionais e não-convencionais. Foram definidos como “convencionais” os tipos de ativismo ligados a mecanismos institucionais de participação - eleições e a filiação em partidos, sindicatos e associações. Por outro lado, foram classificadas como “não-convencionais” os novos repertórios de ativismo, tais como assinar uma petição/abaixo-assinado, participar de greves políticas, boicotes, manifestações, escrever para um jornal etc. Também estão incluídas nessa lista atividades violentas como agredir pessoas ou danificar bens (Barnes; Kaase, 1979; Borba, 2012).

A contribuição de Barnes e Kaase (1979) consistiu em citar a articulação entre o ativismo convencional e não-convencional, bem como na elaboração de uma escala de engajamento político que variava de inativos até manifestantes. Os autores mencionaram o surgimento das novas modalidades de participação, mas em Norris (2007) houve um refinamento conceitual com a definição das modalidades de participação não-convencionais (Norris, 2007; Borba, 2012).

A partir da década de 1970, quando se intensificaram as ondas de protesto em diversos países, os pesquisadores iniciaram as investigações nesta área. Em 1974, um grupo de aproximadamente dez pesquisadores aplicaram *surveys* em cinco países: Áustria, Grã-Bretanha, Países Baixos, Estados Unidos e Alemanha Ocidental. Deste modo, Barnes e colegas (1979), intencionando medir os preditores das ações de protesto, constataram que as variáveis idade, educação e sexo eram as mais relevantes. Isto é, homens, jovens e indivíduos com maior escolaridade tenderiam mais a participar do que pessoas menos instruídas, idosos e pessoas do sexo feminino (Barnes *et al.*, 1979).

É importante destacar que neste contexto, anos 1970, o ato de comparecer às urnas era a única modalidade que captava maior participação dos cidadãos. No entanto, o engajamento nas outras formas de modalidade convencional (associação em partidos e organizações, por exemplo), bem como às ações de protesto eram desempenhadas por uma minoria, pela elite, na maioria das democracias (Norris, 2007).

Após a classificação dos repertórios de participação como convencionais e não-convencionais, a literatura se dividiu entre os que apoiam a tese da divergência e da convergência. Ou seja, havia o argumento que defendia que as pessoas engajadas nas modalidades tradicionais, rejeitariam as formas de participação não-convencionais e vice-versa. Logo, haveria, portanto, uma divergência entre os repertórios, e públicos distintos iriam aderir a cada modalidade. Por outro lado, acreditava-se também que ocorreria a “convergência” destes repertórios, no qual os cidadãos, ao participarem de uma forma de ativismo político, quer seja tradicional ou ações de protesto, também apresentariam maior probabilidade de engajar-se em outras modalidades (Borba, 2012).

A tese da convergência dos repertórios foi anunciada inicialmente por Almond e Verba (1963) e Barnes e Kaase (1979) e defendia que os indivíduos, ao expressarem suas demandas políticas, poderiam mesclar e articular as diversas formas de ativismo político. Em suma, os repertórios convencionais e não-convencionais estariam positivamente associados (Barnes; Kaase, 1979).

Neste sentido, pesquisas realizadas nos países desenvolvidos e em alguns países latino-americanos, incluindo o Brasil, derrubaram os postulados da não-articulação entre as formas de participação e corroboram a tese da convergência (Borba, 2012; Barnes; Kaase, 1979; Verba; Schlozman; Brady, 1995).

Empiricamente, a participação política pode ser testada por meio de métodos qualitativos tais como grupos focais e estudos de casos, mas o que tem predominado no campo são modelos de pesquisa quantitativa (survey), principalmente nas investigações que avaliam a intensidade do engajamento e os repertórios de participação escolhidos dentro de um país, ou de forma comparada, ao serem analisados diversos países (Norris, 2007). Ademais, as pesquisas sobre participação política, majoritariamente, foram elaboradas em países desenvolvidos (Estados Unidos e Europa), havendo, pois, em menor número, trabalhos que analisaram a América Latina e África, por exemplo (Norris, 2007).

Os trabalhos seminais do campo da participação política - Almond e Verba (1963), Milbrath (1965), Verba e Nie (1972), Verba, Nie e Kim (1978) e Barnes e Kaase (1979) - receberam influência da psicologia social e defendiam que as variáveis socioeconômicas e as atitudes culturais seriam as variáveis preditoras do ativismo político (Norris, 2007).

Conforme o modelo da centralidade, pessoas que possuem maior escolaridade, renda e interesse por política seriam as mais propensas a engajar-se politicamente. O modelo da centralidade social foi testado em inúmeras pesquisas internacionais e, portanto, é o paradigma que, até o momento, tem melhor se adequado para explicar os preditores do ativismo político, convencional ou não convencional, em diversos países e no Brasil (Norris, 2007; Ribeiro; Borba, 2010).

Verifica-se, portanto, que a educação exerce um grande impacto sobre a participação política, sendo indicada como a principal variável preditora na maioria das pesquisas. E esta transmissão da escolaridade também pode ser encontrada nas famílias. Por meio do processo de socialização, os pais, com elevada instrução, tendem a prover filhos escolarizados e estes apresentariam potencial de atuação ativa na política (Fuks, 2012; Kinder, 2006).

Além da família, o papel da escola como instância socializadora é evidenciado, por incentivar e contribuir com as distinções no interesse por política e na participação efetiva dos jovens. A participação política dos jovens é influenciada igualmente em casa, através do estímulo de pais participativos (Fuks, 2011). A maioria das variáveis socializadoras (classe social, escolaridade dos pais, acesso à informação política, ativismo dos pais e tipo de escola) produzem efeitos indiretos no jovem e, posteriormente, na vida adulta. Em suma, a transmissão

de características do ativismo político entre as gerações hereditárias ocorreria de maneira indireta (Fuks, 2012).

As pesquisas realizadas na América Latina demonstraram que o paradigma da centralidade dos sujeitos, que resume os condicionantes da participação política convencional, também geraram efeitos na participação política não-convencional. Isto é, os condicionantes do ativismo não-convencional seriam praticamente os mesmos dos já citados na participação convencional (Cantoni, 2016).

Também é destacado na literatura o modelo do voluntarismo cívico desenvolvido por Verba, Schlozman e Brady (1995), segundo o qual o ativismo seria impactado por redes de recrutamento, motivações subjetivas e pelos recursos sociais - tempo, dinheiro e habilidades (Verba; Schlozman; Brady, 1995; Ribeiro; Borba; Hansen, 2016).

Deste modo, a participação política demanda custos (tempo e dinheiro), algumas habilidades e em alguns casos, oportunidades. Os indivíduos mais propensos a participar em todas as modalidades existentes seriam os que possuem principalmente maior escolaridade, renda e habilidades (Kinder, 2006). Ademais, a desigualdade social também produz desigualdade no acesso à educação e informação, e isso impacta negativamente no ativismo.

Todavia, ter os recursos educacionais e materiais pode não ser suficiente. Para os cidadãos participarem da política também se faz necessário ter a motivação individual, o interesse por política, além de outras variáveis subjetivas como conhecimento e informação política (Ribeiro; Borba; Hansen, 2016).

Uma parcela da literatura enfatizou a importância do contexto local e institucional como um dos preditores do ativismo político. Processos e regras impostas pelas instituições referentes ao voto obrigatório, a filiação em partidos e sindicatos, doação de dinheiro a partidos, são alguns exemplos de procedimentos que podem impactar a disposição em participar politicamente (Verba; Nie, 1972). Variações nos arranjos institucionais criam estruturas de oportunidades uma vez que podem promover ou dificultar a participação política de diversas maneiras (Inglehart; Welzel, 2009; Norris, 2002; Ribeiro; Borba; Hansen, 2016). Deste modo, as normas legais e institucionais impactam no tamanho do “custo” e “benefício” e, consequentemente, na decisão de participar. Em vista disso, os efeitos institucionais também são relevantes. Apesar de existir esta vertente explicativa, ela permaneceu em segundo plano, pois a maioria das pesquisas analisaram os atributos individuais, baseando-se em amostras representativas das nações estudadas (Norris, 2002, 2007).

Pesquisas seminais também buscaram entender a relação da participação política com a idade. O foco inicialmente foi avaliar os efeitos do ciclo de vida e não os geracionais. Assim, os autores indicaram um processo uniforme no qual a participação aumentaria gradualmente com a idade, se estabilizaria com quarenta ou cinquenta anos, e declinaria acima dos sessenta anos (Milbrath, 1965; Nie *et.al.*, 1974).

Tendo em vista os estudos sobre o ativismo em organizações sociais, os resultados encontrados foram semelhantes: a participação aumenta na juventude, se estabiliza na fase adulta e tenderia a diminuir na velhice. Ou seja, o aumento da idade favorece o acúmulo da experiência participativa, contudo, a partir de certa idade, os custos da participação seriam aumentados devido ao surgimento de empecilhos como enfermidades, no caso das pessoas idosas. Além disso, a participação política feminina nas associações é inferior comparada à dos homens (Rennó, 2011; Kinder, 2006; Okado; Ribeiro, 2015).

Ainda nos anos 1970, Nie, Verba e Kim (1974) investigaram em que medida a adesão em modalidades de participação política, entre os diferentes grupos etários, pode ser explicada pelos níveis de escolaridade. Os autores também propuseram uma metodologia sobre como avaliar a participação política em diversos países. Esta comparação transnacional só seria viável se os países escolhidos possuísem alguma uniformidade, isto é, aspectos históricos e sociais semelhantes. Destarte, os autores perceberam regularidades entre idade e participação política, mesmo analisando nações distintas: as taxas mais elevadas de participação estariam com os cidadãos de meia-idade e os jovens e os idosos apresentariam baixos índices de participação (Nie; Verba; Kim, 1974).

Contudo, se os grupos etários apresentassem as mesmas taxas de escolaridade, a reduzida participação dos idosos desapareceria e se igualaria à média geral de todos os cidadãos. Isto quer dizer que os baixos índices de ativismo dos idosos seriam reflexo da baixa instrução, e não de uma falta de disposição em participar politicamente nesta etapa da vida. Similarmente, Quintelier (2007) acredita que a variável escolaridade exerceria maior influência na participação política e o efeito da idade impactaria de forma menor (Nie *et.al.*, 1974).

Os efeitos do ciclo de vida sobre a participação política são decorrentes das mudanças de papéis sociais, que engendram novas prioridades e, conseqüentemente, podem comprometer o tempo dedicado à política. Situações como casar-se, mudar de residência, perder o emprego e ter filhos, por exemplo, são contextos que desestimulam a participação, pois os sujeitos migrariam tempo disponível para assuntos pessoais (Kinder, 2006).

Tendo em vista o efeito da idade enquanto ciclo de vida, estudos recentes demonstram que os jovens estão menos atuantes em esferas convencionais de participação (voto, engajamento em partidos e campanhas eleitorais) e mais ativos em ações de protesto. Adultos, contudo, tenderiam a engajar-se nas modalidades tradicionais de participação (Ribeiro; Borba; Hansen, 2016; Norris; Inglehart, 2019).

Ao analisar a baixa participação dos jovens nas esferas convencionais (representativas), Campbell (1971) afirma que os adultos detêm o poder político, e isso se deve, em partes, ao processo de inserção no meio político ser lento, gradual e porque alguns cargos públicos exigem uma idade mínima, havendo uma relutância social, portanto, em confiar altas responsabilidades a pessoas tidas como imaturas. Na ótica do autor, o que explicaria a baixa participação nesta fase da vida seria o fato de os jovens atravessarem crises pessoais, psicológicas e situações que os distanciariam da esfera política. A limitação dos idosos, contudo, seriam problemas de saúde que atrapalhariam o ativismo. Entretanto, considerando apenas o ato de votar, por exemplo, os aposentados participariam mais do que as pessoas com 20 anos (Campbell, 1971).

A queda do comparecimento eleitoral é um fenômeno que vem ocorrendo tanto em democracias consolidadas como nas mais recentes, a partir dos anos 1980 (Norris, 2002; Kostelka; Blais, 2021). Desde então, os cientistas políticos buscam elucidar os preditores do ato de votar e seus efeitos nas instituições democráticas. As pesquisas têm demonstrado que idade e escolaridade apresentam impacto positivo também na decisão de votar (Borowski, 2020).

Se, por um lado, houve forte redução nos níveis de participação política convencional, tais como a queda na participação eleitoral e no engajamento em partidos e associações, contudo, novos e diversos mecanismos de ativismo surgiram. O ativismo de protesto cresceu e tem se mostrado um meio consistente de participação política na sociedade contemporânea através de manifestações, boicotes, petições, que se popularizaram em diversos países (Norris, 2002).

Norris (2002) esclarece ainda que esta forma de ativismo tem sido comum em sociedades pós-industriais, entre os mais escolarizados, estudantes e membros de classes profissionais. Entretanto, o aumento das ações de protesto e a redução nos índices de participação convencional não devem ser vistos com preocupação, segundo a autora, pois a oferta de novos canais de participação seriam saudáveis para a democracia. Os mecanismos convencionais não estariam em risco, pois os novos manifestantes também estariam propensos a engajar-se nos repertórios tradicionais (Norris, 2002).

Acerca das pesquisas sobre o efeito geracional em outros regimes políticos, como antigos países comunistas, investigou-se se as gerações de russos pós-soviéticos, posterior a 1989, apresentavam maior propensão a votar. As análises mostraram que os russos das gerações mais velhas, que tiveram seus anos de formação em um governo autoritário, apresentaram maior disposição em comparecer às urnas. Considerando o contexto da Rússia, os autores acreditam haver a influência do voto habitual, uma vez que os cidadãos mais idosos tiveram repetidas vezes a experiência de participar de eleições “sem competitividade” durante o regime comunista. Esta modalidade de eleição continua sendo praticada atualmente e as gerações mais velhas parecem estar mais “habituadas” a este tipo de voto do que as gerações mais jovens. Logo, isto influencia a formação das diferenças geracionais quanto na disposição em participar politicamente (Northmore-ball; Tertychnaya, 2023).

Considerando a Ciência Política Brasileira, as pesquisas, em sua maioria, focaram na análise da participação política dos jovens (ciclo de vida) e os efeitos da socialização política na formação da cultura política desses (Fuks, 2012; 2011; Okado; Ribeiro, 2015). Os autores enfatizaram que o processo de socialização e aquisição de atitudes favoráveis à participação política não cessaria na adolescência, mas continuaria produzindo efeitos na vida dos indivíduos. Deste modo, à medida que envelhecem e ingressam em novas etapas do ciclo de vida, os indivíduos estão sujeitos a novos processos de socialização, o que gera impactos também no seu comportamento político e, por sua vez, na disposição em participar politicamente (Kinder, 2006; Okado; Ribeiro, 2015).

A pesquisa de Mitozo e Massuchin (2020) analisou a adesão dos moradores do estado de São Paulo nas modalidades convencionais e não-convencionais de participação política e o efeito das variáveis escolaridade e renda nesse engajamento. Os dados encontrados reforçam as tendências encontradas em outros países. Ter maior renda e escolaridade aumenta a probabilidade de atuarem nas formas institucionais e não-institucionais, sobretudo essa última. O impacto positivo da escolaridade sobre a participação seria ainda mais forte do que a renda. Ademais, os jovens, no ciclo de vida, não seriam mais atuantes no ativismo online e os idosos, por sua vez, apresentariam efeito negativo nessa modalidade (Mitozo; Massuchin, 2020).

Verifica-se, nesta breve revisão da literatura, a carência de investigações sobre as gerações políticas brasileiras, pois, conforme já exposto, os trabalhos geralmente priorizaram a análise dos efeitos do ciclo de vida sobre a participação política. Nessas pesquisas, também foram abordados os efeitos de período, uma vez que estes podem impulsionar ou enfraquecer o ativismo político, a depender do fato social ocorrido.

Em suma, a literatura internacional e nacional aponta os seguintes fatores que podem impactar na participação política: a) variáveis socioeconômicas (escolaridade e renda, sobretudo a escolaridade); b) a presença do interesse por política e conhecimento político; c) recursos materiais e oportunidades; d) contexto institucional do país; e) efeitos de período (eventos contextuais que afetam todos os segmentos da população) e f) efeitos relativos à idade (ciclo de vida e geração) - respectivamente, refere-se ao processo de envelhecimento; e aos valores e atitudes assimilados por um coorte social, que nasceu e vivenciou determinado período histórico) (Ribeiro; Borba, 2015; Norris, 2007).

Somado ao crescimento do ativismo de protesto no final do século XX e início do XXI, percebe-se também a emergência da participação política em meios virtuais. Neste sentido, Ribeiro, Borba e Hansen (2016) avaliaram os condicionantes do ativismo online no Brasil, isto é, as formas de participação que ocorrem no ciberespaço. Apresentaram impacto positivo as variáveis acesso à informação, escolaridade, eficácia subjetiva e o interesse por política, sendo este último com maior relevância significativa. Com exceção do sexo e da variável idade, que não apresentaram efeito, assim como no estudo de Mitozo e Massuchin (2020), as variáveis que tiveram significância são as mesmas indicadas pela literatura como preditoras do ativismo presencial. Isto é, quem possui escolaridade e interesse por política tende a buscar tanto o ciberespaço como as formas de participação tradicionais (Ribeiro; Borba; Hansen, 2016).

Entre as produções dos cientistas políticos brasileiros, trabalhos mais recentes investigaram o efeito de fatores psicológicos no ativismo político, tais como ter uma personalidade extrovertida, sociável, aberta a experiências e a maior propensão a engajar-se em ações de protesto (Ribeiro; Borba, 2016). Similarmente, pesquisas que envolvem o estudo da personalidade e das atitudes políticas na América Latina, identificaram que pessoas com traços psicológicos de abertura à experiência e extroversão seriam mais propensas a buscar informações sobre política e atuar em protestos. O tipo de personalidade que o indivíduo contém pode aumentar as chances de desenvolvimento de habilidades cognitivas direcionadas à política. Considerar, no entanto, as habilidades cognitivas não significa descartar a influência da estrutura social e das condições objetivas sobre os indivíduos, tais como a escolaridade (Ribeiro; Borba, 2016).

Apesar das inúmeras pesquisas realizadas até hoje, o campo de estudos da participação política ainda intriga os cientistas políticos, pois o desafio tem sido entender as atuais dinâmicas de motivação e funcionamento das formas de participação, somados às transformações sociais e culturais, a mudança de valores e aspectos psicológicos da população, e os possíveis efeitos

desse conjunto de fatores nas formas de engajamento político dos cidadãos e na qualidade das democracias contemporâneas.

Não é possível falar de mudança cultural sem pensar nos efeitos geracionais, na formação e distinção das gerações, uma vez que os indivíduos estão recebendo novos processos socializadores e estão assimilando um novo “código” de regras culturais e comportamentais, inclusive os relacionados à política. Conforme discutido no capítulo 1, nos últimos anos, as correntes teóricas de mudança cultural (e dos valores) e substituição geracional vem ganhando força no âmbito internacional, por considerar os diferentes processos de socialização política no qual os indivíduos estão submetidos e que alteram suas atitudes e disposição em participar da política (Norris; Inglehart, 2019; Kostelka; Blais, 2021).

Uma corrente teórica que adota um caminho explicativo diverso da noção de mudança geracional sobre a participação política é a teoria dos valores pós-materialistas de Inglehart (1999). Após a Segunda Guerra Mundial, nos países mais desenvolvidos, o aumento da prosperidade econômica estaria formando uma geração com valores pós-materialistas. Ou seja, os cidadãos não estariam preocupados somente com a dimensão material e da sobrevivência, mas com o envolvimento em questões de interesse público. Deste modo, as ações políticas não convencionais, tais como boicotes, manifestações, protestos e ocupações, estariam positivamente associados aos valores pós-materialistas e a presença destes tenderia a produzir cidadãos mais críticos. Logo, estes cidadãos, dotados de valores pós-materialistas, tenderiam a engajar-se mais nas atividades não-convencionais de participação (Inglehart, 1999; Barnes *et al.*, 1979; Norris; Inglehart, 2019).

Contudo, esta pesquisa adota como pressuposto a teoria da mudança cultural e da substituição geracional (Mannheim, 1984; Grasso *et al.*, 2019) que engendra diferenciações no modo como as gerações aderem a determinadas atitudes políticas. A expectativa é que os resultados desta Tese demonstrem a existência de efeitos geracionais na participação política e no apoio à democracia entre os brasileiros, em consonância com essa abordagem teórica.

O efeito geracional, de ciclo de vida e de período são, pois, diferentes dimensões que impactam a decisão de participar politicamente e por serem similares, ao lidarem com a idade e com um determinado período histórico, devem ser separados e analisados de forma cuidadosa. Vale salientar que este trabalho não desconsidera a influência que o ciclo de vida e o efeito de período podem exercer sobre a participação política, entretanto assume-se que a mudança geracional (substituição da geração antiga por uma mais jovem, que assimilou novas atitudes, valores e cultura) teria maior capacidade de explicar as possíveis distinções no ativismo político

hoje, afetando a disposição do eleitorado em comparecer às urnas, bem como no engajamento em outras modalidades de participação (Kostelka; Blais, 2021; Norris; Inglehart, 2019; Ribeiro; Ayres, 2011). Logo, os possíveis impactos dos efeitos de ciclo de vida e de período serão investigados na pesquisa empírica.

Conforme mencionado, são escassos os trabalhos que investigaram as gerações políticas como variável explicativa. A literatura internacional e nacional deu mais ênfase à análise do efeito do ciclo de vida e das gerações demográficas ao observarem os condicionantes da participação política. Entretanto, como tratam-se de pesquisas seminais, parte desses argumentos teóricos embasam também as hipóteses da presente pesquisa.

Hipoteticamente, espera-se a continuidade de algumas proposições teóricas somadas a novos achados. Estudos recentes têm demonstrado que pessoas mais velhas são mais propensas a votar e os jovens a ausentar-se, pois os primeiros, oriundos de uma geração demográfica distinta, tendem a votar mais, pois enxergam o ato como um “dever”, ao passo que os jovens se interessam mais por modalidades não convencionais de participação - ações de protesto e ativismo online (Norris, 2002; Norris; Inglehart, 2019; Borowski, 2020). Deste modo, é possível esperar, hipoteticamente, que:

H2 – Gerações políticas mais antigas apresentem efeito negativo sobre a participação não-convencional;

No capítulo 1, comentou-se o trabalho de Fuks e coautores (2018) que avaliaram duas gerações políticas na América Latina e encontraram que a geração política mais velha - socializada pelo regime autoritário e democrático - apresentaria maior tendência a apoiar a democracia. Dito isso, considerando a tendência de pessoas mais velhas - na geração e/ou no ciclo de vida - de valorizarem mais o ato de votar (Norris; Inglehart, 2019) e à democracia (Marques, 2018; Fuks *et al.*, 2018), especialmente aquelas que vivenciaram dois regimes, autoritário e democrático, e que sentem “aversão” às experiências vivenciadas no governo ditatorial, a expectativa é de que:

H3 - As gerações políticas brasileiras mais idosas apresentam maior engajamento no ato de votar e nas demais modalidades de participação convencional.

Em suma, os resultados desta tese contribuirão para o conhecimento acerca do apoio à democracia e a participação política entre as diversas gerações políticas no Brasil e favorecerão o entendimento de possíveis condicionantes das variáveis analisadas.

A seguir, será apresentado como serão construídas as gerações políticas e como serão mensurados e avaliados o apoio à democracia e a participação política, a fim de atingir os objetivos desta pesquisa.

4. METODOLOGIA

Para executar a pesquisa empírica, foram utilizados os dados do Latinobarômetro e do *World Values Surveys* (WVS) nas ondas de 2000 a 2020. O uso de uma fonte de dados extensa, além de ser recomendado pela literatura, favorece a verificação do “movimento geracional” dos brasileiros e da redução ou fortalecimento do suporte à democracia, bem como permite a observação de como se dá o engajamento das gerações políticas nas diversas formas de participação política neste intervalo de tempo.

Para as análises, optou-se por uma abordagem combinada que inclui Regressões Logísticas, utilizadas para calcular as razões de chance (*odds ratios*) de um fenômeno ocorrer, e Modelos Aditivos Generalizados (GAM). O GAM foi escolhido como modelo estatístico principal devido à sua ampla recomendação em pesquisas recentes (Grasso, 2014; Grasso *et al.*, 2019) para a avaliação de efeitos geracionais. Essa técnica se destaca por lidar eficazmente com o desafio metodológico de diferenciar os efeitos de idade, período e coorte, conhecidos como efeitos APC, cuja dinâmica será detalhada a seguir.

4.1 - Efeitos APC, problema de identificação e construção de variáveis

Como mensurar o impacto geracional e distingui-lo dos demais efeitos oriundos do tempo/idade? Este é um desafio que os cientistas políticos têm enfrentado, tendo em vista a linha tênue e complexa que diferencia os efeitos geracionais (ou de coorte), de ciclo de vida e efeitos de período.

Em síntese, conforme exposto no capítulo anterior, as pessoas que nasceram e foram socializadas em um determinado contexto histórico, social e político tendem a reproduzir valores, atitudes e comportamentos similares em relação à política e constituem, portanto, uma geração. Já a noção de ciclo de vida se refere às etapas da vida dos indivíduos (infância, juventude, fase adulta e velhice). À medida que os sujeitos envelhecem e migram para a fase adulta ou senil, assumem novos papéis sociais condizentes com o período biológico e social em que se encontram e isso interfere na sua forma de assimilar ou não as atitudes políticas. Por fim, é considerado efeito de período quando determinados eventos históricos impactam no comportamento político dos cidadãos (Grasso, 2014). O desafio metodológico reside, portanto, em separar os efeitos APC (*age, period and cohort*), para que não ocorra a colinearidade, pois

estas variáveis possuem forte influência entre si, já que são construídas a partir da mesma informação, a idade das pessoas (Neundorf; Niemi, 2014).

Para superar o dilema metodológico e analisar os efeitos APC, a literatura expõe as seguintes recomendações: a) manipular pesquisas transversais, que analisem dados em painel com a cobertura do máximo de décadas possíveis; b) o uso de dados agregados e individuais, para se captar o comportamento de uma maior diversidade de variáveis em relação à variável dependente; c) retirar a linearidade da relação geração-ciclo de vida-período transformando a variável do ano de nascimento em uma variável de coorte (geracional) com cinco ou dez elementos/categorias (Grasso, 2014; Neundorf, 2013; Neundorf; Niemi, 2014).

Tais medidas resolvem, em alguma medida, os problemas previstos pelo método. Um deles, no entanto, permanece sem solução: o *Problema da Identificação*. Ele reside na dificuldade de discernir ou identificar, com clareza, qual das três variáveis apontadas (geração, ciclo de vida e efeito de período) influencia a variável dependente (o comportamento a ser analisado, no caso desta pesquisa apoio à democracia e participação política), dado que elas produzem a si mesmas. No geral, as variáveis são construídas da seguinte forma:

$$Geração = Idade - AnoSurvey$$

O ciclo de vida é determinado pela idade atual do respondente e o período, pelo ano de aplicação da pesquisa. Quando se sabe a idade e a coorte, é possível conhecer o período e vice-versa. Duas das três variáveis são necessárias para a construção da outra, criando limitações técnicas e interpretativas (Bell; Jones, 2015; Tilley, 2002).

Uma das primeiras consequências práticas dessas limitações é a impossibilidade de criar modelagens lineares, pois os dados costumam seguir padrões distintos (Tilley, 2002). Deste modo, realizar este tipo de estudo, significa punir ou limitar de alguma forma o modelo estatístico.

Em vista desse desafio metodológico, uma série de técnicas foram desenvolvidas, visando driblar essas limitações e oferecer respostas ao problema da identificação. Uma primeira é partir do pressuposto que o efeito de um dos três elementos da APC é igual a 0, como é o caso dos Modelos Hierárquicos, também chamados de *HAPC (Hierarquic Age Period Cohort)* (Fosse; Winship, 2019). Neste tipo de análise, se parte do pressuposto que pelo menos um dos três elementos não têm efeito sobre a variável dependente, o que pode ser benéfico, caso se adotem pressupostos similares, como também pode gerar resultados incorretos e incoerentes quando não se está atento a esta limitação (Bell, 2020).

Outra via que vem ganhando bastantes adeptos é aplicar modelagens baseadas na não linearidade dos dados, tais como GAM (*Generalized Additive Model*) ou LOESS (*Locally Estimated Scatterplot Smoothing*) – e a primeira será utilizada neste trabalho. Ao invés de atribuir efeito nulo a um dos termos, essas técnicas costumam ter como pressuposto que a relação em pelo menos uma das três variáveis (geração, ciclo de vida ou período) é não linear, abrindo assim um leque de possibilidades e uma relação mais aberta e honesta com o problema da identificação (Tilley, 2002). Nestes casos, se faz uso de técnicas de suavização que permitem, apesar da não linearidade, analisar a relação entre as variáveis por meio de regressões.

Estas técnicas são um grande incremento dentro do universo das análises APC, uma vez que as variáveis utilizadas não costumam ser lineares (a idade, por exemplo, é sempre uma curva quadrática) e acabam sendo prejudicadas em regressões convencionais (Grasso, 2014; Grasso *et al.*, 2019, p. 125).

Os estudos mais recentes sobre o efeito geracional passaram a adotar amplamente os Modelos Aditivos Generalizados (GAM), especialmente após a pesquisa de Grasso (2014). Esse método se destaca por não subestimar os efeitos geracionais, ao contrário de outras abordagens, como o modelo APC hierárquico robusto (rHAPC), que apresenta limitações nesse aspecto (Bell e Jones, 2015; Wuttke, 2020).

Neste estudo, portanto, serão utilizados modelos aditivos generalizados (GAM) somado a modelos convencionais (regressão logística) para avaliar com mais clareza o impacto das gerações no apoio à democracia e na participação política. No intuito de lidar com o problema da identificação, será feita a suavização no ano de nascimento, permitindo assim o controle dos efeitos de corte e visualização de diferenças intergeracionais, de modo a validar os efeitos encontrados.

Deste modo, para testar as hipóteses deste trabalho, foram analisados dois bancos de dados - Latinobarômetro e WVS - nos anos de 2000 a 2020. Estas bases de dados foram escolhidas por conter vinte ondas coletadas no Brasil de forma ininterrupta (Latinobarômetro), e, em segundo lugar, por apresentar a maioria das questões que captam as variáveis de interesse desta pesquisa (Latinobarômetro e World Values Survey).

A intenção inicial era testar outros bancos de dados, como o Latin American Public Opinion Project (LAPOP) e o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), para ampliar a confiabilidade dos resultados. Contudo, esses bancos não abrangiam questões sobre apoio à democracia ou

participação política convencional e não convencional nos períodos analisados ou apresentavam ambivalências nas variáveis de interesse.

A variável independente da pesquisa são as gerações políticas brasileiras e a forma como elas foram definidas serão apresentadas na próxima seção. Quanto às variáveis dependentes, elas foram operacionalizadas da seguinte maneira.

A pergunta direta que mensura o apoio à democracia formal, conhecida como “hipótese de Churchill”, mensura a adesão ao regime de forma abstrata, contudo não é recomendada pela literatura pela grande possibilidade de conter viés de desejabilidade social (Booth; Seligson, 2009; Fuks *et al.* 2016). Tendo isso em vista, e para criar a variável de forma mais confiável, optou-se por mensurar o apoio à democracia por meio de perguntas que questionavam o apoio ao regime de forma indireta. Mensurar o apoio ao regime em questões indiretas, que captem os princípios ou ideias democráticas são indicadas fortemente pela literatura (Booth; Seligson, 2009), e é mais adequado no atual contexto brasileiro, em que o próprio conceito de democracia tem sido flexibilizado ou confundido pelos cidadãos (Fuks; Ribeiro; Borba, 2020).

Dito isso, seguiu-se a escolha das dimensões que comporiam a variável dependente “apoio à democracia”, tendo em vista que ela é fundamentada teoricamente como multidimensional. O debate internacional e nacional argumenta que as dimensões mais importantes são: o aspecto institucional-normativo (apoio ao regime democrático, legitimidade das eleições e dos Três poderes, confiança nas instituições, identificação partidária, entre outros), a participação política e a avaliação contextual (percepção da corrupção, violência, economia no país e dados do PIB - Produto Interno Bruto). Outros trabalhos também acrescentaram variáveis subjetivas tais como valores e tolerância política (Fuks, *et. al.* 2016; 2019; Botelho *et.al* 2020).

Embora o banco de dados utilizado, o Latinobarômetro, não tenha apresentado, nas vinte ondas selecionadas, informações completas para a análise de todas as dimensões do apoio à democracia, foi possível operacionalizar a dimensão de apoio ao regime democrático — um dos fatores institucionais e normativos — utilizando perguntas indiretas disponíveis no conjunto de dados.

A dimensão da participação política também foi estudada e consiste na segunda variável dependente desta tese. O banco WVS (*World Values Survey*) foi usado como base de dados para testar a variável participação política. Contudo, ele não foi utilizado nos modelos de regressão da variável apoio à democracia, pois não continha as perguntas de interesse da pesquisa, que capturassem de forma indireta a adesão ao regime.

Portanto, a primeira variável dependente foi nomeada de “apoio à democracia” e foi construída com a resposta positiva da pergunta Churchilliana, que mensura o apoio formal “a democracia é a melhor forma de governo”, somado a resposta negativa de duas questões referentes ao apoio ao golpe, -para solucionar problemas graves do país -, bem como a resposta negativa à presença de um líder forte/autoritário. Para a construção dessa variável, foram usadas 20 ondas do Latinobarômetro (2000 a 2020). A fórmula abaixo sintetiza a forma como a variável apoio à democracia foi elaborada.

$$\text{Apoio à Democracia} = \text{Hip. Churchill} + \text{AntiGolpe}$$

Já para a construção da segunda variável dependente, a participação política, foram utilizadas três ondas do Latinobarômetro (2005, 2006 e 2007) e três ondas do WVS (WV5 - 2005/2009, WV6 2010/2014 e WV7 2017/2022). Neste caso, não foi possível analisar as vinte ondas, pois somente as escolhidas continham todas as variáveis (modalidades de participação) de interesse.

Dito isso, foram avaliadas duas formas de participação política: convencional e não convencional. As variáveis foram construídas de forma somativa. A presença de um elemento contava um ponto e sua ausência equivalia a um zero na soma final.

Para a Participação Convencional (PC) utilizou-se a seguinte fórmula ¹⁴, a pontuação máxima era 3 e a mínima 0:

$$PC = \text{voto} + \text{partidos} + \text{sindicatos}$$

A Participação Não Convencional (PNC) foi capturada da seguinte fórmula¹⁵

$$PNC = \text{petição} + \text{protesto}$$

Logo, verifica-se que no índice de participação convencional foram inseridas como formas de participação o comparecimento eleitoral e a associação a partidos e sindicatos. Na

¹⁴ Foram avaliados apenas partidos e sindicatos, pois eram as únicas modalidades presentes em ambos os bancos.

¹⁵ Foram avaliados apenas petições (abaixo-assinados) e protestos, pois eram as formas de participação mensuradas nos questionários do WVS e LatinoBarômetro.

composição do índice participação não-convencional, por sua vez, foram incluídas as petições (abaixo-assinados) e ações de protesto. Outras modalidades de ativismo não foram citadas nas bases de dados aplicadas ao Brasil no período estudado e, conseqüentemente, não foram agregadas na pesquisa empírica.

As modalidades de participação política que compõem estes índices também serão testadas individualmente, a fim de comparar os resultados e o comportamento das variáveis das gerações políticas. A tabela abaixo resume as decisões metodológicas adotadas quanto à elaboração das variáveis dependentes, apoio à democracia e participação política.

Tabela 1 - Informações sobre as variáveis dependentes

Atitudes políticas	Variáveis dependentes	Operacionalização	Base de dados e ondas
Apoio à democracia	Apoio à democracia procedimental	Pergunta direta (Hipótese de Churchill) + Respostas negativas às perguntas sobre defesa de golpe e apoio a um líder autoritário	Latinobarômetro - 20 ondas - 2000 a 2020
Participação política	Participação convencional	Índice PC E isoladamente: voto, sindicatos e partidos.	WVS - 3 ondas - (WV5 - 2005/2009, WV6 2010/2014 e WV7 2017/2022) Latino - 3 ondas - (2005, 2007, 2008)
	Participação não-convencional	Índice PNC E isoladamente petição e protesto.	WVS - 3 ondas - WV5 - 2005/2009, WV6 2010/2014 e WV7 2017/2022 Latino - 3 ondas - (2005, 2007, 2008)

Fonte: elaborado pela autora.

As gerações políticas brasileiras são as variáveis independentes desta pesquisa, que serão apresentadas na próxima seção. No momento, vale destacar o motivo da inserção das

gerações políticas nos modelos de regressão. Do ponto de vista estatístico, o contexto não costuma ser considerado como uma variável relevante e há trabalhos que não inserem as gerações políticas no modelo, tais como o de Claassen e Magalhães (2023). O argumento defendido é que é mais útil verificar se há ou não efeito geracional, mesmo que não se saiba, de forma específica, qual geração foi significativa. Neste trabalho, no entanto, preferiu-se por não seguir esta forma de mensuração, e foi adotada a estratégia corroborada por renomados trabalhos recentes (Grasso, 2014; Grasso *et al.*, 2019) que delimitam as gerações e as inserem nos modelos matemáticos. Acredita-se que este mecanismo de mensuração seja mais adequado, uma vez que não é possível, do ponto de vista teórico, pensar em gerações sem considerar o contexto e a socialização a eles inerentes. No modelo estatístico, a delimitação e a inserção das gerações políticas podem auxiliar a interpretar os resultados.

Para fins de verificação do efeito de período, serão observadas se as atitudes democráticas e participativas sofreram alguma alteração significativa no momento de alguns eventos relevantes da historiografia nacional, tais como Ditadura Vargas (Ditadura do Estado Novo), República Populista, início da Ditadura Militar (anos 1960), abertura democrática e instauração da Nova República (1985), entre outros.

De forma operacional, foi construída a variável “ano da pesquisa” que capta o ano de aplicação dos questionários das bases de dados escolhidas. Os anos dos *surveys* não foram inseridos individualmente nos modelos de regressão, pois em modelos estatísticos que testam os efeitos APC, recomenda-se que a regressão seja “enxuta”, com a menor quantidade de variáveis possíveis. Por causa disso, os anos dos *surveys* foram agregados na variável “ano da pesquisa”. Assim, é possível sinalizar quando há efeito de período, mas o ano, em específico, não é apontado para não prejudicar o modelo e a mensuração do efeito geracional. Além disso, os trabalhos recentes que utilizaram a GAM também testaram o efeito de período em uma única variável: ano do *survey*/pesquisa (Grasso, 2014; Neundorf, 2013; Grasso *et al.*, 2019).

As variáveis socioeconômicas sexo, escolaridade e renda foram incluídas como controles. A categoria de referência da variável sexo é ser homem; a escolaridade foi medida como variável contínua, por anos de estudo; e foi construída uma variável índice para representar a renda, por meio do quantitativo de bens e móveis que os respondentes dos *surveys* informaram ter. Os enunciados das questões que embasaram a criação de todas as variáveis desta pesquisa estão no apêndice.

4.2 - Delimitando as gerações políticas brasileiras

Quanto à categorização da variável geração, não há um consenso na literatura se o intervalo entre o início e o fim de uma geração seria cinco, dez ou quinze anos. No entanto, optou-se por classificar o intervalo de uma geração política em quinze anos pelo fato de esta categorização ter sido adotada majoritariamente nos trabalhos recentes. Em relação à verificação se há efeito de ciclo de vida, foram criadas variáveis que englobam faixas etárias contendo aproximadamente dez anos de diferença (Bartels; Jackman, 2014; Grasso, 2014; Grasso *et al.*, 2019; Claassen; Magalhães, 2023).

Para delimitar as gerações políticas brasileiras, foi observado não apenas o ano de nascimento dos indivíduos, mas também os “anos impressionáveis”, isto é, o período dos anos formativos em que o processo de socialização e assimilação de atitudes políticas se dá de maneira mais intensa, conforme citado na seção teórica. Portanto, foram incluídas em cada coorte política os indivíduos que vivenciaram nela os seus anos formativos, ou seja, continham aproximadamente quinze anos no momento de realização dos fatos ou regimes políticos relevantes da história brasileira.

Esforços similares já foram empregados, como no trabalho de Fuks e seus colaboradores (2018). Conforme exposto na seção teórica, os autores dividiram as gerações políticas em dois grandes blocos: um grupo formado por indivíduos que foram socializados em dois regimes - autoritário e democrático - e um segundo bloco composto apenas pelos que viveram os anos formativos na era democrática, no contexto da América Latina.

Recorda-se aqui, entretanto, a preocupação em delimitar as gerações em intervalos de anos menores, prática recomendada pela literatura, a fim de facilitar a observação do comportamento das gerações e a existência de possíveis efeitos geracionais. Por isso, foram criadas, neste trabalho, quatro coortes políticas. Ademais, essa investigação detalhada das gerações políticas brasileiras traz nova luz para o debate desta agenda em termos teórico-metodológicos.

As quatro gerações políticas são: Ditadura Vargas, República Populista, Ditadura Militar e Nova República. A escolha destas gerações se inspira no trabalho realizado por Melo (2022), acrescido de alguns ajustes¹⁶. O objetivo da autora era avaliar a existência do efeito geracional no interesse por política no Brasil e, para alcançar este fim, investigou as gerações

¹⁶ Com o objetivo de especificar ainda mais, houve a criação de mais coortes políticas do que às mencionadas na robusta investigação de Melo (2022).

políticas, ao invés das demográficas ou ciclo de vida, conforme tendência verificada na maioria dos trabalhos nacionais existentes.

Dito isso, a tabela 2 detalha as gerações a serem testadas e os respectivos períodos formativos de seus membros. Foram considerados os períodos históricos nos quais ocorreram eventos políticos importantes no Brasil.

Tabela 2 - Gerações políticas e anos formativos

	Ditadura Vargas	República Populista	Ditadura Militar	Nova República
Período Formativo	1930 - 1945	1946 - 1963	1964 - 1985	1986 - 2023
Ano de Nascimento	1915 - 1930	1931 - 1945	1946 - 1967	1968 - 2020
Frequência	243	1.276	5.160	10.600
%	1.41	7.38	29.9	61.3

Fonte: elaborado pela autora.

A coorte política mais antiga, nomeada de Ditadura Vargas, engloba os anos de 1930 a 1945. Nesse período histórico, conhecido como Era Vargas, o Brasil vivenciou um regime predominantemente autoritário, com pequenos intervalos (anos) democráticos, nos quais houve a criação de uma nova Constituição (1934) e a convocação de eleições. A fase mais dura do regime ocorreu entre 1937 e 1945, na chamada Ditadura do Estado Novo, nos quais o Congresso e os partidos foram dissolvidos (Schwarcz; Starling, 2015).

Paradoxalmente, durante o governo de Getúlio Vargas, houve a consolidação dos direitos trabalhistas, a promulgação do voto feminino (na fase democrática da Era Vargas), incentivo à industrialização e criação de empresas estatais. Deste modo, os indivíduos socializados nesse momento histórico conheceram um líder político nacionalista, querido pela população e chamado de “pai dos pobres”. Entretanto, o mesmo governo agia com força ao prender opositores, suspender as eleições e impor censura à imprensa. Portanto, os indivíduos que viveram os anos formativos na Ditadura Vargas, foram socializados em um governo autoritário, contudo, podem, eventualmente, enxergar um governo ditatorial de uma forma

menos rígida, ou até positiva, tendo em vista as conquistas sociais obtidas com Vargas. Logo, esse contexto de governo autoritário somado à presença de um líder populista, torna propícia a formação de uma geração política, com atitudes particulares (Schwarcz; Starling, 2015).

Em seguida, a segunda geração política mais antiga trata-se da República Populista. Após a queda de Getúlio Vargas, o Brasil vivenciou um período democrático nos anos 1946 até 1964. Nesse período, houve a retomada das eleições e da representação partidária. Foi elaborada uma nova Constituição (1946), de cunho liberal, que trouxe avanços ao permitir que homens e mulheres maiores de 18 anos pudessem votar. Ocorreram quatro eleições presidenciais e o voto foi regulamentado como secreto pela Justiça Federal. Também houve nessa fase investimento em industrialização e urbanização, sendo um desses marcos a construção da capital federal Brasília, no governo de Juscelino Kubitschek (Schwarcz; Starling, 2015).

Logo, aqueles que experimentaram os anos formativos nesse período vivenciaram duas vezes a alternância de regimes: autoritário e democrático - Ditadura do Estado Novo e República Populista, no ano de 1946, e presenciaram também a implantação de um novo governo autoritário com o golpe de 1964 dado pelos militares. Quem era criança no início da República populista presenciou, nos seus anos formativos, pelo menos, uma alternância de regime político. Os indivíduos também experienciaram a proibição (Ditadura Vargas) e a reconquista dos direitos eleitorais (participação política) durante a República Populista.

O que havia em comum nas gerações Ditadura Vargas, República populista e Ditadura militar era o medo da “ameaça comunista” no Brasil e no mundo, no contexto de pós-Segunda Guerra Mundial, ameaça usada para legitimar a necessidade de um governo autoritário que garantisse a ordem e a segurança nacional.

Dando continuidade, outro importante momento político foram os quase 30 anos de Ditadura militar no Brasil, iniciado após o golpe de 1964, no qual houve o fechamento do Congresso Nacional e foram impostas restrições aos direitos civis e políticos. Houve uma rígida censura aos opositores e aos meios de comunicação. Implantaram nas escolas a disciplina “Educação Moral e Cívica” com o objetivo de influenciar a formação de comportamentos favoráveis ao regime. Durante esses anos, o Brasil vivenciou o período do “milagre econômico” no qual houve elevado crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), mais investimentos em obras de infraestrutura e industrialização. Contudo, paradoxalmente, houve o aumento da dívida externa e das desigualdades sociais (Schwarcz; Starling, 2015).

Deste modo, a Ditadura Militar marcou o crescimento de indivíduos que provavelmente internalizaram atitudes políticas de apoio ou oposição a um governo autoritário. Os indivíduos

socializados nesse período podem ter considerado a ditadura como algo benéfico para o Brasil ao considerar aspectos econômicos, mas também podem ter desenvolvido aversão ao regime por causa da repressão aos opositores e às privações de direitos. Portanto, esse período provavelmente forjou uma coorte específica com características bem definidas ou várias unidades geracionais no interior desta geração.

Por fim, a quarta geração política, e a mais recente, é chamada de Nova República e compreende os anos de redemocratização e consolidação do regime democrático no Brasil. A partir de 1985, ocorre o movimento de abertura política e a primeira eleição direta, pós-ditadura, ocorreu em 1989. Houve a elaboração da Constituição de 1988, chamada de Constituição Cidadã, pois além de restabelecer os direitos sociais e políticos, também fomentou mecanismos de participação popular. Os primeiros anos da Nova República foram agitados: houve crise econômica; manifestações nas ruas; impeachment do Presidente Fernando Collor (1992); e inauguração do Plano Real (1994) para estabilizar a economia. Em 2002, houve a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cujo governo, até 2010, foi marcado pelo investimento em políticas sociais e de combate à pobreza. O mandato de Dilma Rousseff foi marcado pela crise econômica, polarização política e manifestações nas ruas, que culminaram com seu impeachment no segundo mandato (Schwarcz; Starling, 2015). Na última década se intensificou o sentimento antipetista e a adesão dos brasileiros à direita e à extrema-direita no espectro ideológico, culminando com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, que propôs agendas conservadoras, neoliberais e proferiu também discursos antidemocráticos, além de reavivar o “fantasma” da ameaça comunista no imaginário dos eleitores (Schwarcz; Starling, 2015).

Além da perspectiva dos fatos históricos e políticos, no âmbito da participação, os brasileiros foram às ruas para manifestar o descontentamento com os políticos e para solicitar demandas diversas. Foram realizadas eleições diretas e 100% livres desde 1989. Foi implantada a urna eletrônica e, desde os anos 2000, as eleições no país são totalmente informatizadas.

Os indivíduos que foram socializados na Nova República cresceram em um regime democrático, que permite a participação popular, mas também presenciaram um regime que é alvo de muitas críticas por causa dos constantes casos de corrupção, má gestão dos políticos e não-resolução de problemas sociais como a violência, desemprego e pobreza. Deste modo, os indivíduos podem enxergar a democracia atual como positiva (garantia de direitos) ou negativa por causa da insatisfação com a atuação dos políticos.

Em suma, a história política brasileira, marcada pela complexidade, oferece um terreno fértil para a realização deste estudo. Ao longo de menos de um século, o país vivenciou diversas

alternâncias de poder, a promulgação de várias constituições e mudanças significativas na dinâmica social e política, elementos que contribuíram para a formação de gerações políticas distintas.

Cada geração política internalizou valores, atitudes e comportamentos moldados pelo contexto histórico, social e político de seus anos formativos. Experienciar a Ditadura Militar ou a transição para a Nova República, por exemplo, pode ter influenciado de maneira decisiva a forma como essas atitudes e características geracionais foram assimiladas. É importante destacar que a intensidade dessa internalização varia conforme a faixa etária: enquanto crianças vivenciaram esses eventos políticos de maneira mais periférica, jovens de 15 a 20 anos, no auge do processo de socialização, absorveram de forma mais profunda os padrões atitudinais e culturais desses períodos.

Portanto, considerando a relevância dos acontecimentos que alteraram as formas de governo (democracia e ditadura) e o direito à participação política, bem como tendo em vista os anos dos *surveys* aos quais se teve acesso, essas quatro gerações políticas foram escolhidas e são propostas como objeto de análise.

No próximo capítulo, serão expostos os resultados encontrados e a sua discussão, com o objetivo de avaliar se estes foram semelhantes ou diferentes das expectativas teóricas e hipóteses apresentadas.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 - Há efeito geracional no apoio à democracia entre os brasileiros?

A tabela 3 mostra uma primeira visão de como os dados utilizados nesta análise se dispersam. Considerando as ondas de 2000 a 2020 do Latinobarômetro, foram analisadas o total de 17.279 pessoas. Originalmente, se contava com mais de 20.000, mas a exclusão dos NA's fez a quantidade analisada diminuir significativamente.

Tabela 3 - Dados exploratórios ¹⁷

Variável	Média (Min-Max)	%
Idade	36 (25, 50)	
Anos de Escolaridade	10.0 (6.0, 13.0)	
Apoio à Democracia	7,019 (41%)	
Ano de Nascimento	1973 (1960, 1984)	
Ano da Pesquisa	2009 (2005, 2015)	
Sexo		
Feminino		8,668 (50%)
Masculino		8,611 (50%)
Classe		
A		3,597 (21%)
B-C		7,178 (42%)
D-E		6,504 (38%)
Geração Política		
Ditadura Militar		5,160 (30%)
Nova República		10,600 (61%)
República Populista		1,276 (7.4%)
Ditadura Vargas		243 (1.4%)
Faixa de Idade		
15-20		2,218 (13%)
21-29		3,807 (22%)
30-39		3,781 (22%)

¹⁷ Mean (IQR); n (%)

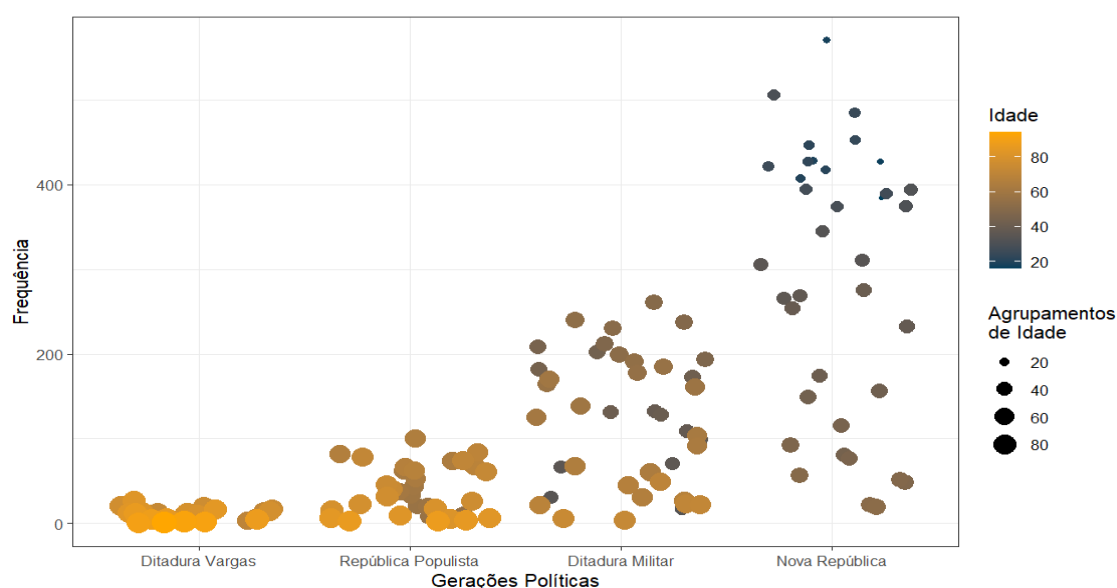
Variável	Média (Min-Max)	%
40-49		3,055 (18%)
50-59		2,144 (12%)
60-70		1,531 (8.9%)
71-80		603 (3.5%)
81-.		140 (0.8%)

Fonte: elaborado pela autora.

Verifica-se, pela tabela, que mais da metade dos indivíduos que compõem a base de dados analisada pertencem à Nova República (60%), enquanto aqueles que vivenciaram a Ditadura Vargas, em seus anos de formação, são a minoria (1,4%). No que diz respeito ao apoio à democracia, apenas 41% demonstraram suporte ao regime.

Um aspecto relevante a ser analisado é a constituição das gerações políticas, conforme ilustrado no Gráfico 1, que apresenta a distribuição etária de cada geração. Observa-se que há uma coerência entre a faixa etária esperada e a geração à qual os sujeitos pertencem: indivíduos mais velhos estão concentrados nas coortes Ditadura Vargas e República Populista, enquanto os mais jovens se situam na Nova República.

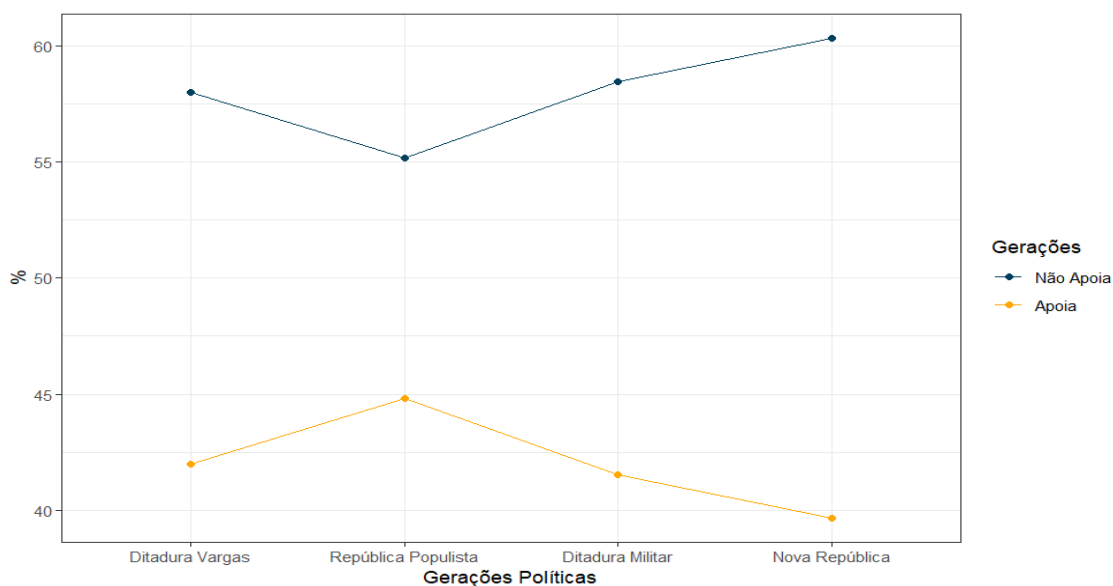
Gráfico 1 - Idade e Gerações Políticas



Fonte: Elaborado pela autora.

Em uma análise exploratória dos dados, vide gráfico 2, nota-se que a geração política República Populista apresentou maior percentual (45%) de adesão à democracia, seguida pela geração Ditadura Vargas. As duas gerações mais recentes, Ditadura Militar e Nova República demonstraram percentuais mais baixos de apoio ao regime, principalmente a última delas.

Gráfico 2 – Apoio à Democracia e gerações políticas



Fonte: Elaborado pela autora.

Esse resultado, caso seja confirmado no modelo de regressão e na GAM, seria congruente com a tese da fadiga democrática (Foa; Mounk, 2016), segundo a qual estaria ocorrendo menor apoio ao regime democrático, sobretudo entre os cidadãos mais jovens (Grasso *et al.*, 2019; Claassen; Magalhães, 2023).

A Tabela 4 apresenta os resultados da regressão que utiliza o "apoio à democracia" como variável dependente. Entre os fatores sociodemográficos analisados, ser mulher e possuir maior escolaridade tiveram efeitos positivos e significativos no apoio ao regime democrático. As razões de chance (*odds ratio*) indicam que, a cada ano adicional de estudo, a probabilidade de um indivíduo apoiar a democracia aumenta em um, especialmente se ele for do sexo feminino. Por outro lado, as demais classes sociais (B a E) também foram significativas, mas com efeitos negativos, sugerindo uma menor tendência de apoio ao regime destas em comparação à classe A, que serviu como referência. Além disso, a variável ano da pesquisa apresentou sinal positivo e significativo indicando que há efeito de período.

A escolaridade e a renda são variáveis preditoras do apoio à democracia em inúmeras pesquisas, principalmente a escolaridade, e nesta análise essa tendência se mantém (Magalhães, 2018, Botelho *et al.*, 2020). Contudo, o impacto positivo de ser do sexo feminino, até onde se tem conhecimento, não é um preditor comumente indicado, sendo, pois, este um achado interessante, e alinhado ao contexto brasileiro, pois as mulheres adeririam menos, nas últimas eleições presidenciais, a candidaturas que apresentaram discursos antidemocráticos¹⁸ e que não priorizaram as demandas das mulheres e das demais minorias sociais.

Observando a associação entre a variável dependente “apoio à democracia” com as gerações políticas, percebe-se que os indivíduos que foram socializados na segunda geração mais antiga, a República Populista, apresentaram efeito significativo positivo, isto é, maior disposição em apoiar o regime democrático, em comparação com a geração mais jovem (Nova República), cujo índice é negativo, apesar da ausência de significância. Além disso, a geração Ditadura Militar foi negativamente significativa (vide intercepto).

Tabela 4 - Apoio à Democracia

Coeficientes	Beta	Odds Ratio	Std. Error	T-value	P-value
(Intercept)	-10.8500	0.00	1.4885	-7.2892	< 0.0000 ***
Anos de Escolaridade	0.0050	1.02	0.0008	6.4358	< 0.0000 ***
Sexo Feminino	0.0413	1.19	0.0074	5.5650	< 0.0000 ***
Ano da Pesquisa	0.0056	1.02	0.0007	7.5543	< 0.0000 ***
Gerações Políticas (Ref. Ditadura Militar)					
Nova República	-0.0023	0.99	0.0152	-0.1540	0.8776
República Populista	0.0474	1.22	0.0224	2.1112	0.0348 *
Ditadura Vargas	0.0266	1.13	0.0476	0.5595	0.5758
Classes (Ref. Classe A)					
Classe B-C	-0.0673	0.76	0.0101	-6.6958	< 0.0000 ***
Classe D-E	-0.0878	0.69	0.0106	-8.2837	< 0.0000 ***
Faixas de Idade (Ref. 40 - 49)					
Idade - 15-20	-0.0692	0.75	0.0166	-4.1803	< 0.0000 ***
Idade - 21-29	-0.0482	0.82	0.0151	-3.1846	0.0015 **
Idade - 30-39	-0.0386	0.85	0.0138	-2.7943	0.0052 **

¹⁸ Disponível em: [Análise | Voto feminino puxa Bolsonaro para baixo](#). Acesso em: 20 nov. 2024.

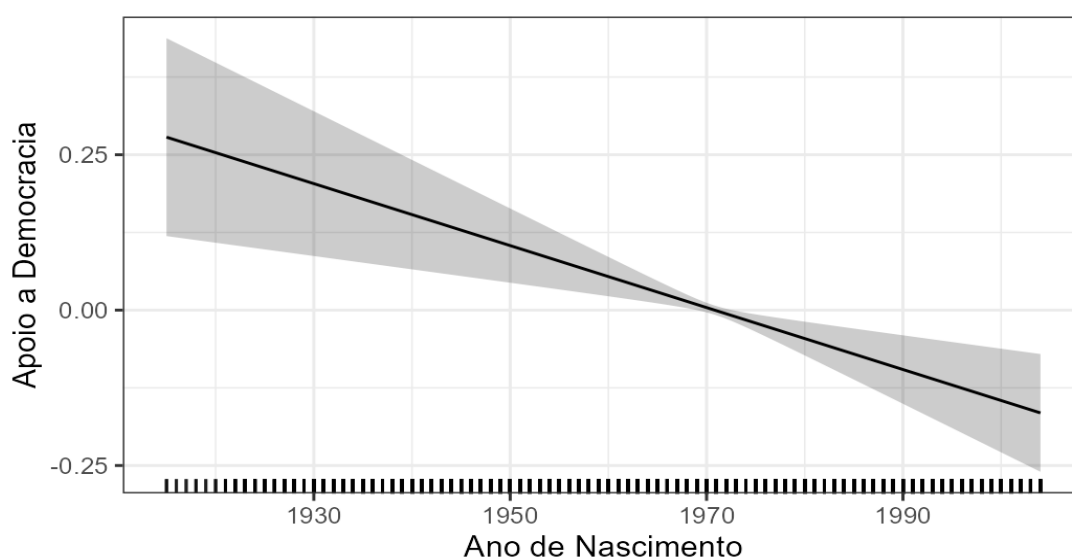
Idade - 50-59	-0.0145	0.94	0.0150	-0.9711	0.3315
Idade - 60-70	-0.0116	0.95	0.0203	-0.5737	0.5662
Idade - 71-80	0.0099	1.03	0.0326	0.3048	0.7605
Idade - 81-.	0.0096	1.03	0.0579	0.1651	0.8689

Fonte: Elaborado pela autora.

Em contrapartida, obtiveram efeito negativo e significativo as faixas de idade de 15 até 39, que são os cidadãos jovens e adultos no ciclo de vida, sendo ainda mais forte esse efeito dos 15 aos 20 anos. Logo, foi identificada uma menor tendência entre os jovens, no ciclo de vida, de apoiar o regime democrático.

Seguindo a abordagem de estudos recentes sobre APC, foi elaborado um modelo aditivo generalizado (GAM) para a regressão que testou o apoio à democracia, exposta na Tabela 4. No gráfico 3, o ano de nascimento foi suavizado para uma análise mais precisa.

Gráfico 3 - Ano de nascimento suavizado e Apoio à Democracia (GAM)



Fonte: elaborado pela autora.

Como dito anteriormente, a GAM tem a função de acrescentar robustez aos resultados, visando confirmar os achados ou mostrá-los sobre uma nova luz. As tendências que apareceram na regressão logística (tabela 4) são confirmadas no Gráfico da GAM.

Percebe-se pela curva que o apoio à democracia tende a diminuir ao longo das décadas, assim como apontou a regressão inicial, sendo que o apoio se manteve acima de 0 entre os anos de 1930 e final dos anos 1960, tendo uma redução a partir dos anos 1970 e se mantendo decrescente desde então. O leitor pode se questionar se a linha decrescente, que demonstra a idade, por meio dos anos de nascimento, se refere ao efeito de ciclo de vida ou de geração. Para interpretarmos corretamente o gráfico da GAM, precisamos analisá-lo de forma conjunta com os resultados da regressão. E esta indicou que essa linha decrescente que aparece no gráfico das GAM entre os mais jovens refere-se ao ciclo de vida (faixa de idade com significância negativa na regressão). Similarmente, a linha que indica o apoio à democracia ser superior a zero nos anos de 1930 a 1960 sugere que há uma maior predisposição dos indivíduos mais velhos, em termos geracionais, de apoiarem a democracia, conforme exposto na regressão.

Portanto, a GAM confirma as tendências observadas na regressão em relação às coortes. O apoio à democracia mostra-se mais proeminente entre as décadas de 1930 e 1970, período formativo das gerações mais antigas, sendo estatisticamente significativa a geração República Populista. A partir da década de 1970, observa-se uma queda no apoio, que coincide com os anos formativos da geração que vivenciou a Ditadura Militar e, após 1986, representa a geração socializada na Nova República; porém, somente a geração Ditadura Militar apresentou significância estatística negativa.

Este resultado corrobora parcialmente com o encontrado por Fuks e coautores (2018) e Moreno e Lagos (2016), ao analisarem a América Latina, na qual a geração mais velha, que experienciou mais de um regime político (ditadura e democracia), apresentou maior adesão ao regime democrático do que a geração mais nova, que vivenciou somente a democracia como forma de governo. O fato de a República Populista ter tido significância positiva está em sintonia com este argumento teórico, porém a geração Ditadura Militar não seguiu esse parâmetro e demonstrou apoiar menos a democracia.

A expectativa seria que a geração da Ditadura Militar também manifestasse “aversão ao governo autoritário” devido às privações de direitos e as experiências negativas com o regime (Fuks *et al.*, 2018). Contudo, para entender este resultado, é preciso retomar a especificidade do contexto brasileiro e as teorias geracionais.

A combinação de fatos sociais e políticos, podem explicar por que o ano de 1970 foi um “divisor de águas”, dando início à tendência de queda no apoio à democracia nas coortes. É importante recordar que no início da década de 1970, o Brasil experienciou os últimos anos do milagre econômico, mas também presenciou a fase mais rígida do governo militar, os chamados

“anos de chumbo”, nos quais houve maior quantidade de prisões e torturas aos opositores do regime. Entretanto, em torno de 1975, iniciou-se o processo de abertura política que culmina com o encerramento do regime militar em 1985 (Schwarcz; Starling, 2015).

Como vimos, estar na fase adulta (socialização direta) ou ser criança (socialização indireta) durante fatos histórico-sociais marcantes podem alterar a intensidade e a forma de como os padrões culturais e as características geracionais são internalizadas (Jennings e Niemi, 1981; Delli Carpini, 1989). Deste modo, quem era criança nos anos mais duros do regime, pode ter desenvolvido uma atitude política diferente de quem era já adulto, por exemplo, e ter adotado uma percepção do governo diferente. Além disso, pessoas que foram mais impactadas pelo crescimento econômico, podem ter desenvolvido uma visão positiva do regime. E uma terceira explicação possível seria que, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, inicia-se o processo de liberalização política, e as pessoas socializadas nos anos finais da Ditadura Militar podem ter desenvolvido uma percepção ambivalente ou positiva do regime.

A geração República Populista foi significativa, e com sinal positivo, em relação às demais coortes. Em outras palavras, ser da segunda geração mais antiga, teve impacto positivo na variável apoio à democracia. Contudo, ser idoso no ciclo de vida, não apresentou significância estatística. Apesar da ausência de significância, o sinal positivo nas faixas de idade mais velhas indica uma leve inclinação dos idosos a apoiarem à democracia.

Constata-se também pelo resultado da regressão (tabela 4) que existe também efeito de ciclo de vida, pois as faixas mais jovens e adultas foram negativamente significativas. Porém, nota-se que o nível de significância foi maior nas faixas entre 15 e 29 anos. Esse dado corrobora com o que a literatura internacional vem destacando nas últimas décadas sobre os jovens manifestarem menor adesão ao regime democrático e apoiarem opções autoritárias (Foa; Mounk, 2016; Botelho *et al.*, 2020).

Em suma, considerando a variável dependente apoio à democracia foram encontradas evidências de efeito geracional, efeito de ciclo de vida e efeito de período. Dessa forma, os dados indicam que o apoio à democracia é mais forte entre uma das gerações políticas mais velhas, a República Populista, bem como sinalizam que há menor tendência da geração Ditadura Militar e dos jovens no ciclo de vida de apoiarem o regime, tendo em vista os resultados encontrados na regressão e confirmados na GAM.

5.2 - Há efeito geracional na participação política entre os brasileiros?

Nesta seção o foco estará na variável dependente participação política. Para isso, serão avaliados dois tipos de ativismo: o convencional (composto pelo voto, participação em partidos e sindicatos) e o não-convencional (a combinação de petições e protestos). Cada modalidade de participação também foi analisada de modo individual. Para além das variáveis comuns a uma análise APC, foram utilizadas como controle: sexo, anos de escolaridade e classe social.

A tabela 5 apresenta informações gerais, como média e percentual das variáveis. Foram analisadas 5.750 pessoas. Isso se deu, principalmente, pela quantidade de anos/ondas que possuíam os dados das principais variáveis desta pesquisa. Deste modo, considerando o intervalo de 2000 a 2020, apenas três ondas do WVS (WV5 - 2005/2009, WV6 - 2010/2014 e WV7 - 2017/2022) e três anos do Latino (2005, 2007, 2008) puderam ser utilizadas.

Tabela 5 - Banco Latino + WVS - Informações gerais

Características	Média (Min - Max)	%
Anos de Escolaridade	10.0 (6.0, 12.0)	
Sexo		
Masculino		3,066 (53%)
Feminino		2,684 (47%)
Ano da Pesquisa		
2005		828 (14%)
2006		1,209 (21%)
2007		654 (11%)
2008		931 (16%)
2014		1,108 (19%)
2018		1,020 (18%)
Participação Convencional		
Não		907 (16%)
Sim		4,843 (84%)
Participação Não Convencional		
Não		3,483 (61%)
Sim		2,267 (39%)
Modos de Participação		
Voto		4,769 (83%)
Partido		243 (4.2%)

Protesto	1,026 (18%)
Petições (abaixo assinado)	1,893 (33%)
Sindicato	386 (6.7%)
Classe	
A	1,099 (19%)
B-C	2,554 (44%)
D-E	2,097 (36%)
Ano de Nascimento	1,972 (1,959, 1,983)
Gerações Políticas	
Ditadura Militar	1,860 (32%)
Ditadura Vargas	76 (1.3%)
Nova República	3,385 (59%)
República Populista	429 (7.5%)
Faixas de Idade	
16-17	149 (2.6%)
18-24	1,037 (18%)
25-29	652 (11%)
30-39	1,251 (22%)
40-49	1,066 (19%)
50-59	771 (13%)
60-70	583 (10%)
71-.	241 (4.2%)

¹Mean (IQR); n (%)

Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados revelam que a participação convencional é amplamente praticada (84%), mas a participação não convencional é menos comum (39%). Entre as modalidades convencionais, há maior engajamento no voto, que alcança 93%. Já nas modalidades não convencionais, as petições lideram com 33% de adesão. Ao se analisar as gerações políticas, observa-se que a Nova República e a Ditadura Militar possuem os maiores percentuais de participantes, com 59% e 32%, respectivamente. Em relação aos dados sociodemográficos, os respondentes apresentam, em média, 10 anos de estudo, indicando que a maioria cursou ao menos uma parte do Ensino Médio. Além disso, há uma leve predominância de homens na amostra, com uma diferença de 5% em relação às mulheres.

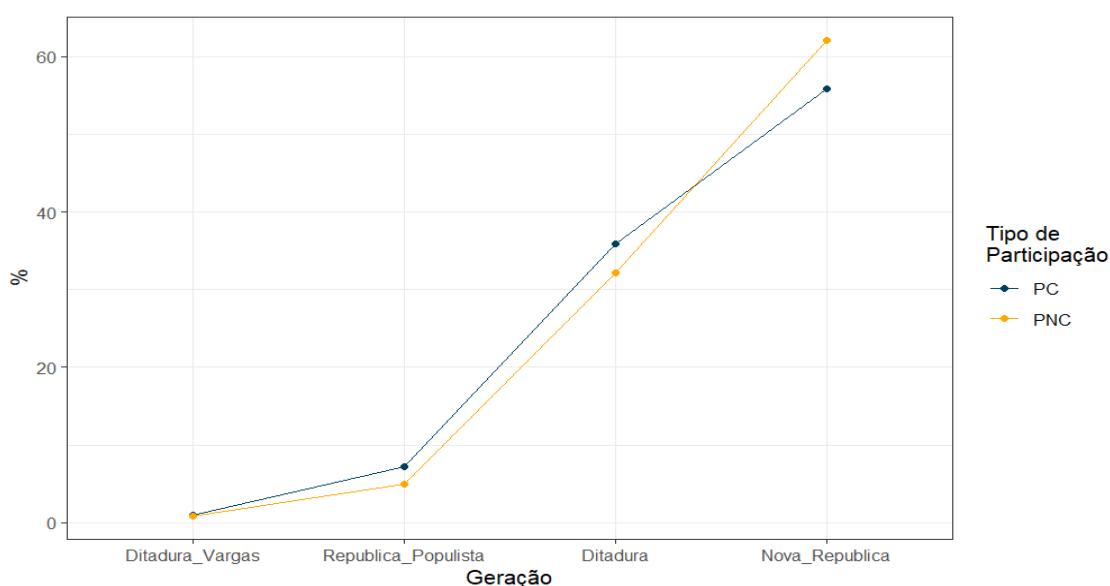
Vale destacar que a definição das faixas de idade, para fins de verificação do efeito de ciclo de vida, foi operacionalizada aqui de modo diferente de como foi empregada nos modelos

estatísticos com a variável dependente apoio à democracia. Para analisar a existência de efeito geracional na participação política, especialmente considerando o voto como uma das principais dimensões, tendo em vista seu caráter institucional por ser obrigatório no Brasil, optou-se por separar os indivíduos de 16 e 17 anos, e acima de 71 anos, fases em que o voto é facultativo. Essa abordagem visa proporcionar ganhos analíticos mais precisos, comparando os resultados com os demais grupos etários obrigados por lei a votar.

No gráfico 4, há uma primeira visão, exploratória, de como se dá a relação entre as modalidades de ativismo e as gerações políticas. A geração Ditadura Vargas, é composta por indivíduos que estão em idade avançada no ciclo de vida, e por isso, é esperado que as taxas de participação sejam próximas de zero. A coorte Nova República é a que apresenta maior percentual de adesão na participação convencional (PC) e nas formas não convencionais (PNC), no entanto, é mais alto o engajamento no índice PNC. E as gerações República Populista e Ditadura Militar apresentaram maior percentual no ativismo convencional, PC.

Esses dados são exploratórios, porém, caso sejam confirmados nas regressões e na GAM, demonstram congruência com os achados da literatura internacional acerca do ciclo de vida. Os mais jovens tenderiam a preferir as modalidades não institucionais de participação, e os indivíduos mais velhos, também no ciclo de vida, seriam mais adeptos às modalidades tradicionais (Norris, 2002; Norris; Inglehart, 2019; Borowski, 2020).

Gráfico 4 - Tipos de Participação e Gerações Políticas



Fonte: Elaborado pela autora.

Na tabela 6, é testado o efeito geracional na variável índice PC - Participação convencional. Os resultados apontam que sexo não foi significativo, mas a escolaridade sim, como era esperado teoricamente, apresentando efeito positivo (Nie; Verba; Kim, 1974; Barnes et al., 1979). Dentre as classes sociais, apenas a D-E apresentou, em menor nível, significância. O sinal sugere que, em relação a classe A, ela possui uma tendência maior em participar de forma convencional. Ao ver as razões de chance, percebe-se que pertencer a este grupo aumenta em 1.31 as chances de participar em formas tradicionais de ativismo político. Ademais, observa-se o efeito de período a partir da alta significância do ano da pesquisa¹⁹.

Tabela 6 - Participação Convencional (PC)

Coeficientes	Beta	Odds Ratio	Std. Error	t-value	p-value
(Intercept)	119.6533	9.23	18.0325	6.6354	< 0.0000 ***
Sexo Feminino	0.0530	1.05	0.0768	0.6903	0.4900
Ano do Survey	-0.0587	0.94	0.0090	-6.5235	< 0.0000 ***
Anos de Escolaridade	0.0504	1.05	0.0116	4.3345	< 0.0000 ***
Gerações Políticas (Ref. Ditadura Militar)					
Ditadura Vargas	-1.3289	0.26	0.4041	-3.2883	0.0010 ***
Nova República	-0.2656	0.77	0.1981	-1.3405	0.1801
República Populista	-0.5237	0.59	0.2663	-1.9665	0.0492 *
Classes (Ref. A)					
B-C	0.00577	1.06	0.1047	0.5509	0.5817
D-E	0.2677	1.31	0.1135	2.3580	0.0184 *

¹⁹ Recordar-se que os anos de execução das pesquisas não foram inseridos individualmente nas regressões para se seguir a recomendação metodológica de manter um modelo estatístico com poucas variáveis. Essa prática é comum em pesquisas que analisam os efeitos APC e que também utilizaram modelos aditivos generalizados (Grasso, 2014; Grasso et al., 2019).

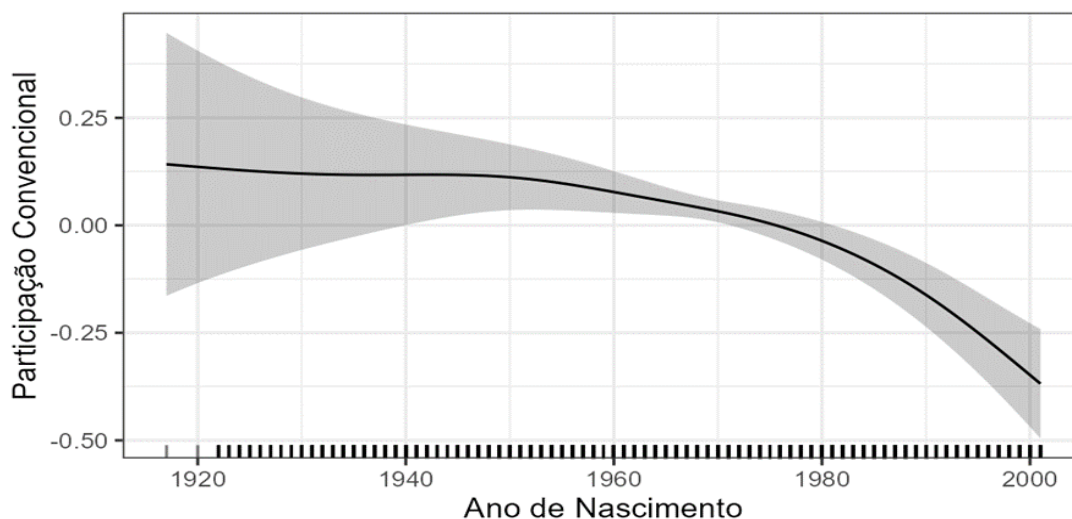
Coeficientes	Beta	Odds Ratio	Std. Error	t-value	p-value
Faixas de Idade (Ref. 40 - 49)					
16-17	-3.1819	0.04	0.2444	-13.0178	< 0.0000 ***
18-24	-0.9338	0.39	0.1702	-5.4870	< 0.0000 ***
25-29	-0.2658	0.77	0.1892	-1.4044	0.1602
30-39	-0.0755	0,93	0.1689	-0.4470	0.6549
50-59	-0.0443	0.95	0.1814	-0.2442	0.8071
60-70	0.1680	1.18	0.2360	0.7119	0.4765
71-.	-0.4823	0.62	0.3527	-1.3674	0.1715

Fonte: Elaborado pela autora.

Tendo em vista as gerações políticas, a Ditadura Vargas e a República Populista, as duas mais antigas, foram significativas com sinal negativo para participação convencional. As significâncias estatísticas foram mais intensas na Ditadura Vargas (negativo). Logo, gerações políticas mais velhas apresentaram efeito negativo, porém este aspecto não se repetiu entre os idosos, no ciclo de vida. A geração Ditadura Militar apresentou significância positiva. E a geração Nova República, por sua vez, teve sinal negativo, contudo sem significância estatística.

Os mais jovens, no ciclo de vida, 16 a 24 anos, foram significativos negativamente, ou seja, tendem a participar menos do ativismo convencional, sendo o efeito maior entre os adolescentes de 16 e 17 anos, o que era esperado dada a ausência da obrigatoriedade do voto. Contudo, o índice PC também engloba a filiação em sindicatos e partidos. Desse modo, os dados indicam a tendência de baixa adesão dos jovens nas arenas tradicionais de participação.

Gráfico 5 - Ano de Nascimento Suavizado e índice de PC(GAM)



Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico 5 ilustra a suavização da regressão para a Participação Convencional anos de nascimento dos entrevistados. Nota-se uma relativa estabilidade entre os nascidos de 1920 a 1950, com valores mantidos no eixo positivo. Entretanto, a partir dos nascidos na década de 1960, observa-se uma queda acentuada, sugerindo uma diminuição progressiva no engajamento convencional nas décadas subsequentes, sobretudo entre os que nasceram após 1980.

É preciso interpretar o gráfico da GAM à luz dos resultados da regressão. Na tabela 6, vimos que houve efeito negativo e significativo nas duas gerações mais antigas, a Ditadura Vargas e a República Populista, e que a geração Ditadura Militar apresentou significância positiva. Logo, o movimento da curva é coerente ao indicar um efeito positivo nos anos de nascimento relativos à geração da Ditadura Militar. A estabilidade da curva entre os anos de 1930 até 1960, fazem alusão aos idosos no ciclo de vida, os quais, não apresentaram significância estatística. Neste caso, não se refere aos idosos em termos geracionais, pois, se fosse este o caso, a curva apontaria para baixo nos anos de 1930 a 1960, tendo em vista o efeito negativo encontrado nas gerações mais senis. Por fim, a significância negativa no ciclo de vida entre os jovens de 16 a 24 anos também se reflete no gráfico da GAM.

Sinteticamente, estes resultados estão em sintonia com o argumento de que os jovens, no ciclo de vida, seriam menos adeptos a formas convencionais de ativismo (Norris, 2002; Norris; Inglehart, 2019). A novidade encontrada nesta pesquisa é a atitude das gerações mais velhas. Não houve significância positiva entre as pessoas adultas ou de meia-idade, no ciclo de

vida, como esperado pelas teorias, mas a geração política socializada na Ditadura Militar apresentou efeito positivo. Esse movimento pode ser explicado por fatores contextuais e históricos. É provável que os indivíduos socializados nesse período, por terem experienciado a privação de participar em associações, sindicatos e de votar para os cargos do Executivo, podem ter desenvolvido a atitude de valorizar mais o ativismo e as arenas institucionais de participação, que eram práticas mais comuns naquele período histórico.

O efeito negativo encontrado nas gerações Ditadura Vargas e República Populista pode ser explicado por uma influência dos efeitos de ciclo de vida, mesmo que este não tenha sido significativo, uma vez que estes cidadãos possuem idade avançada e surgem, naturalmente, empecilhos físicos para o engajamento em associações (Kinder, 2006). Ademais, a tendência positiva de engajamento da geração Ditadura Militar no ativismo tradicional corrobora o argumento da literatura internacional acerca da preferência pelos repertórios tradicionais entre as gerações maduras (Norris, 2002; Norris; Inglehart, 2019)

Verifica-se, portanto, que: há efeito de período; efeito geracional positivo na geração Ditadura Militar e negativo nas coortes Ditadura Vargas e República Populista; e encontrou-se também efeito de ciclo de vida, pois os jovens dos 16 aos 24 anos apresentaram menor propensão a participar nas arenas convencionais. Este dado, assim como o efeito positivo da escolaridade corroboram com a literatura internacional (Norris, 2002; Norris; Inglehart, 2019).

A Tabela 7 apresenta os resultados do teste do efeito geracional sobre a variável dependente índice PNC – participação não convencional. Entre as variáveis sociodemográficas, a escolaridade foi a única estatisticamente significativa, indicando que cada ano adicional de educação aumenta em 1,13 vezes as chances de engajamento nesse tipo de participação. A classe A, vide intercepto, demonstrou significância negativa. E novamente, encontrou-se efeito de período, no qual a variável ano da pesquisa mostrou significância estatisticamente positiva.

Somente a geração Ditadura Militar, que está no intercepto, apresentou significância estatística, com sinal negativo, sugerindo que os cidadãos socializados nessa coortes possuem menor disposição para engajar-se em formas não-convencionais. As demais gerações, mesmo que sem significância, apresentaram coeficientes positivos, o que pode sinalizar uma predisposição geral ao engajamento que não atinge níveis de significância, possivelmente devido a outros fatores contextuais, de ciclo de vida ou individuais.

Por outro lado, as faixas etárias dos 16 aos 24 anos e dos 71 anos ou mais apresentaram significância negativa, indicando a presença do efeito de ciclo de vida. Jovens podem ser menos engajados devido à menor exposição às experiências de mobilização política ou ao foco em

outras prioridades, como estudo e trabalho. Já entre os mais idosos, a participação não convencional pode ser limitada por questões de saúde, menor acesso às tecnologias que facilitam o engajamento ou menor interesse em participar de protestos e petições.

Tabela 7 - Participação não convencional (PNC)

<i>Coeficientes</i>	<i>Beta</i>	<i>Odds Ratio</i>	<i>Std. Error</i>	<i>t-value</i>	<i>p-value</i>
(Intercept)	-202.5325	0.00	13.7758	-14.7732	< 0.0000 ***
Sexo	0.0823	1.09	0.0577	1.4257	0.1540
Ano da Pesquisa	0.1001	1.11	0.0069	14.5688	< 0.0000 ***
Anos de Escolaridade	0.1211	1.13	0.0087	13.8710	< 0.0000 ***
Gerações Políticas (Ref. Ditadura Militar)					
Ditadura Vargas	0.6864	1.99	0.3834	1.7905	0.0734
Nova República	0.0969	1.10	0.1340	0.7233	0.4695
República Populista	0.1447	1.16	0.1899	0.7618	0.4462
Classes (Ref. A)					
B-C	-0.1452	0.86	0.0780	-1.8613	0.0627
D-E	-0.0599	0.94	0.0837	-0.7155	0.4743
Faixas de Idade (Ref. 40 - 49)					
16-17	-1.2347	0.29	0.2489	-4.9611	< 0.0000***
18-24	-0.4182	0.66	0.1303	-3.2096	0.0013 *
25-29	-0.2552	0.77	0.1391	-1.8352	0.3764
30-39	- 0.0873	0.92	0.1217	-0.7173	0.7639
50-59	-0.1661	0.85	0.1132	-1.4678	0.5382
60-70	-0.1586	0.85	0.1509	-1.0512	0.8833
71-.	-0.7998	0.45	0.2821	-2.8352	0.0000 **

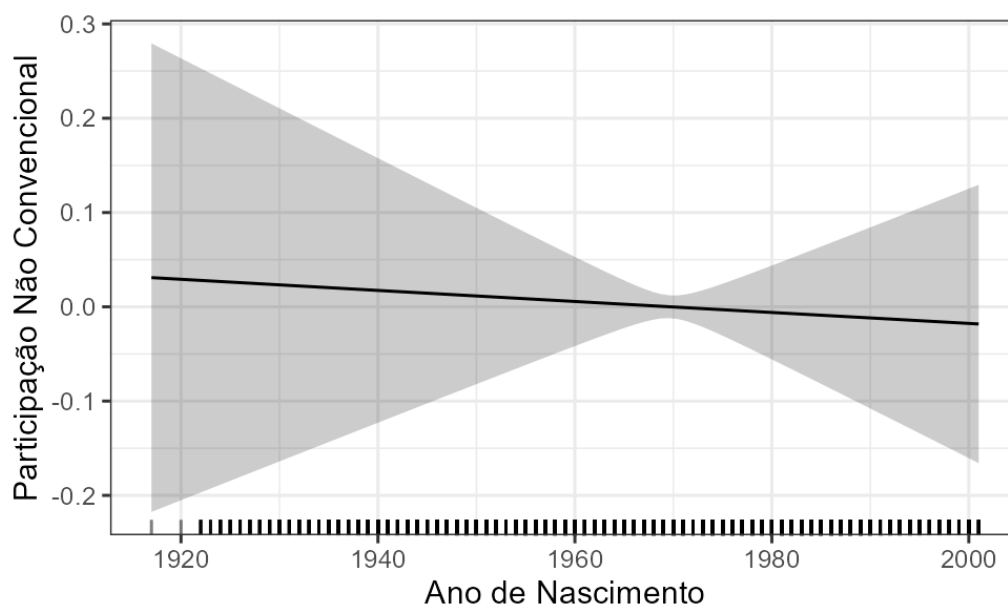
Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico 6 ilustra a suavização da participação não convencional, considerando os anos de nascimento dos entrevistados. Observa-se que os valores permanecem praticamente constantes ao longo das décadas, com a curva se aproximando de uma linha reta. No entanto, uma leve queda é perceptível entre os indivíduos nascidos após a década de 1980, o que sugere o efeito de ciclo de vida, que se mostrou negativo na regressão entre os mais jovens.

Apesar de a geração Ditadura Militar ter apresentado significância negativa na regressão, a estabilidade da curva sugere que o efeito geracional não é o principal condicionante do engajamento em ações de protesto. A GAM não exclui o efeito geracional encontrado na regressão, mas revela que o índice PNC é mais influenciado pelo ciclo de vida ou por fatores contextuais (efeito de período) do que por tendências geracionais.

A adesão às modalidades não-convencionais ter sido negativa entre as pessoas mais idosas, acima de 70 anos, e ser positiva para as pessoas mais escolarizadas, está em consonância com os postulados da literatura internacional. A escolaridade é o principal condicionante de todas as formas de ativismo, e a velhice, no ciclo de vida, é um fator que diminui a participação, seja ela convencional ou não-convencional (Barnes *et al.*, 1979; Cantoni, 2016).

Gráfico 6 - Participação não convencional e Ano de Nascimento Suavizado



Fonte: Elaborado pela autora.

Contudo, no caso brasileiro, os jovens, no ciclo de vida, manifestaram menor tendência de engajamento na participação não-tradicional, resultado este que é oposto ao defendido por

trabalhos seminais, que argumentam que os jovens seriam mais atuantes neste tipo de ativismo (Barnes *et al.*, 1979; Norris, 2002; Norris; Inglehart, 2019).

A geração Ditadura Militar apresentou efeito negativo no índice PNC, mas teve significância positiva nas modalidades convencionais. Os sujeitos socializados nesse período tendem a engajarem-se menos nos repertórios não-tradicionais. As ações de protesto, por exemplo, podem ser vistas de forma negativa, como algo a ser evitado, considerando o histórico de repressão e violência aos opositores no governo militar. Também é possível que acreditem menos na eficácia política dessas ações não vinculadas às arenas institucionais.

Em seguida, observemos se há efeito geracional considerando as formas de participação políticas isoladas, sem estarem agregadas nos índices PC e PNC. Será verificado se há efeito geracional no ato de votar e no engajamento em partidos, sindicatos, protestos e petições (abaixo-assinados).

A tabela 8²⁰ expõe a regressão com a variável dependente comparecimento eleitoral e constatou-se que a escolaridade e a classe A (vide intercepto) manifestaram impacto significativo e positivo. A geração socializada durante a Ditadura Vargas, mais idosa, apresentou um efeito negativo e significativo. A geração Ditadura Militar, situada no intercepto, teve significância positiva. Ademais, identificou-se uma tendência de menor comparecimento eleitoral entre os mais jovens e os mais idosos, caracterizando um efeito de ciclo de vida. Esse efeito negativo e significativo foi observado nas faixas etárias de 16 a 29 anos e acima de 71 anos. Cidadãos de 16 e 17 anos, bem como aqueles com 70 anos ou mais, estão isentos por lei da obrigatoriedade do voto, o que pode explicar parcialmente esse resultado. No entanto, também foi verificado que indivíduos de 18 a 29 anos, que estão na fase do voto compulsório, tiveram um impacto negativo no comparecimento. Por fim, o efeito de período foi indicado pela significância negativa da variável ano da pesquisa.

Tabela 8 – Variável Dependente: Voto

<i>Coeficiente</i>	<i>Beta</i>	<i>Odds</i>	<i>Std. Error</i>	<i>t-value</i>	<i>p-value</i>
		<i>Ratio</i>			
(Intercept)	42.7798	3.79	11.2406	3.8058	< 0.0001 ***
Sexo Feminino	-0.0331	1.07	0.0500	-0.6626	0.5076

²⁰ Os gráficos da GAM (modelos aditivos generalizados) desta regressão e das seguintes encontram-se na seção Apêndice.

<i>Coeficiente</i>	<i>Beta</i>	<i>Odds</i>	<i>Std. Error</i>	<i>t-value</i>	<i>p-value</i>
		<i>Ratio</i>			
Ano da Pesquisa	-0.0206	0.99	0.0056	-3.6751	< 0.0002 ***
Anos de Escolaridade	0.0403	1.06	0.0075	5.3863	< 0.0000***
Gerações Políticas (Ref. Ditadura Militar)					
Ditadura Vargas	-0.8345	0.74	0.2710	-3.0796	0.0021 ***
Nova República	-0.1785	1.05	0.1174	-1.5198	0.1286
República Populista	-0.0537	1.30	0.1617	-0.3323	0.7396
Classe (Ref. A)					
B-C	-0.0018	1.14	0.0684	-0.0267	0.9787
D-E	0.1087	1.29	0.0739	1.4721	0.1410
Faixas de Idade (Ref. 40 - 49)					
16-17	-2.5504	0.10	0.1483	-17.6261	< 0.0000 ***
18-24	-0.5729	0.70	0.1071	-5.3490	< 0.0000 **
25-29	-0.2463	0.98	0.1167	-2.1110	0.0348 *
30-39	-0.0895	1.12	0.1022	-0.8759	0.3811
50-59	-0.0307	1.20	0.1097	-0.2800	0.7795
60-70	-0.0828	1.21	0.1400	-0.5915	0.5542
71-.	-0.8457	0.66	0.2157	-3.9199	< 0.0001 ***

Fonte: Elaborado pela autora.

Verifica-se o efeito de ciclo de vida com menor engajamento eleitoral nos jovens entre 18 e 29 anos e idosos acima de 71 anos. Vimos que os empecilhos relativos ao ciclo de vida foram amplamente discutidos em trabalhos anteriores e aqui essa tendência se manteve. Os efeitos de ciclo de vida, para os jovens, desestimulam a participação como os custos de tempo e dinheiro, somado a uma menor quantidade de experiências políticas (Sears; Valentino, 1997. Para os idosos, os custos referem-se às condições de saúde e barreiras físicas (Kinder, 2006; Okado; Ribeiro, 2015)

Além disso, os fatores contextuais como a desilusão com os políticos e o não atendimento das demandas essenciais da sociedade pelo Estado, podem ter influenciado esse resultado, uma vez que as últimas eleições alcançaram recordes de abstenção²¹. O efeito de período apresentou significância negativa, o que favorece o argumento de que eventos sociais e políticos que ocorreram no país desestimularam o comparecimento eleitoral.

O resultado esperado seria que as gerações políticas mais idosas valorizassem mais o ato de votar e apresentassem significância positiva. Entretanto, somente a geração da Ditadura Militar apresentou significância positiva. É provável que a coorte Ditadura Vargas tenha gerado efeito negativo devido à influência do ciclo de vida (idade avançada), somado ao fato de o voto ser facultativo acima dos 70 anos no Brasil.

A geração Ditadura Militar teve seus anos formativos em um período no qual não havia eleições livres e competitivas, e as existentes eram controladas pelos militares. Estes indivíduos podem ter desenvolvido uma maior valorização do ato de votar por enxergá-lo com um dever cívico (Marques, 2018), assim como manifestaram apreço (significância positiva) em participar das modalidades convencionais (índice PC). Esse dado também está em consonância com a literatura internacional acerca da preferência pelos repertórios tradicionais entre as pessoas maduras, no ciclo de vida (Norris, 2002; Norris; Inglehart, 2019).

Dando continuidade à discussão, a tabela 9 apresenta a análise do efeito geracional na participação em partidos, sindicatos, petições e ações de protesto. Os resultados das regressões logísticas indicam alguns padrões com variações significativas entre as gerações, classes sociais, sexo, escolaridade e faixas etárias.

Tabela 9 - Regressão - Modalidades de Participação Isoladas

	Dependent variable:			
	Partido	Sindicato	Petições	Protesto
	(1)	(2)	(3)	(4)
Ditadura Vargas	-1.087	-0.594	0.939**	0.269
	(-2.565, 0.391)	(-1.852, 0.665)	(0.132, 1.746)	(-0.716, 1.254)

²¹ Fonte: [TSE: abstenção fica perto do total de eleitores ausentes na pandemia | Agência Brasil](#). Acesso em 02 nov. 2024.

República Populista	-0.907** (-1.708, -0.107)	-0.812** (-1.456, -0.168)	0.169 (-0.221, 0.558)	0.098 (-0.369, 0.565)
Nova República	-0.309 (-0.955, 0.338)	0.253 (-0.217, 0.723)	0.019 (-0.251, 0.288)	-0.084 (-0.406, 0.239)
Classe B-C	-0.062 (-0.408, 0.285)	-0.361*** (-0.632, -0.089)	-0.051 (-0.211, 0.109)	-0.198** (-0.378, -0.018)
Classe D-E	0.020 (-0.350, 0.390)	-0.234 (-0.523, 0.055)	0.017 (-0.155, 0.189)	-0.135 (-0.332, 0.063)
Sexo (Feminino)	0.264** (0.005, 0.523)	0.442*** (0.232, 0.652)	0.018 (-0.101, 0.136)	0.198*** (0.058, 0.337)
Anos de Escolaridade	0.050*** (0.013, 0.088)	0.039** (0.009, 0.069)	0.111*** (0.093, 0.129)	0.153*** (0.131, 0.176)
16-17	-0.719 (-2.018, 0.579)	-2.838*** (-4.848, -0.828)	-1.708*** (-2.331, -1.085)	-0.247 (-0.810, 0.317)
18-24	-0.234 (-0.929, 0.461)	-1.138*** (-1.656, -0.620)	-0.408*** (-0.667, -0.149)	-0.147 (-0.456, 0.161)
25-29	0.281 (-0.412, 0.974)	-0.658** (-1.177, -0.138)	-0.273* (-0.551, 0.004)	0.147 (-0.175, 0.468)
30-39	-0.008 (-0.633, 0.617)	-0.394* (-0.831, 0.043)	-0.014 (-0.255, 0.227)	0.125 (-0.159, 0.409)
50-59	-0.087 (-0.557, 0.384)	0.267 (-0.091, 0.625)	-0.062 (-0.294, 0.170)	-0.120 (-0.406, 0.165)
60-70	0.588* (0.111, 1.065)	0.526** (0.049, 0.999)	-0.141 (-0.418, 0.136)	0.124 (-0.199, 0.447)

	(-0.022, 1.198)	(0.037, 1.016)	(-0.444, 0.163)	(-0.236, 0.484)
71.-	1.154**	0.624	-1.046***	-0.209
	(0.031, 2.277)	(-0.350, 1.598)	(-1.639, -0.453)	(-0.912, 0.494)
Ano da Pesquisa	-0.071***	-0.044***	0.123***	0.042***
	(-0.106, -0.037)	(-0.071, -0.017)	(0.109, 0.136)	(0.026, 0.058)
Intercepto	140.053***	84.972***	-247.976***	-86.540***
	(70.314, 209.791)	(31.091, 138.852)	(-275.898, -220.053)	(-118.729, -54.351)
Observations	5,750	5,750	5,750	5,750
Akaike Inf. Crit.	2,001.921	2,768.209	6,549.665	5,106.521
Note:	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01			

Fonte: Elaborado pela autora.

A escolaridade mostrou um efeito positivo e significativo para todas as formas de participação testadas, o que reforça a literatura que aponta a educação como um fator-chave para o engajamento político (Barnes *et al.*, 1979; Norris, 2007; Riberio; Borba, 2010; Ribeiro; Borba; Silva, 2015). A maior escolaridade provavelmente está associada ao maior acesso à informação e à conscientização sobre questões políticas, bem como a um maior entendimento sobre o funcionamento das instituições democráticas. Indivíduos com maior nível educacional tendem a se engajar mais em partidos, sindicatos, petições e protestos, uma vez que a educação facilita o entendimento das suas potencialidades de ação política.

Entre as classes B e C, observou-se um efeito negativo para a participação em sindicatos e protestos. Este padrão pode refletir um distanciamento crescente das classes intermediárias em relação ao ativismo tradicional, talvez devido ao aumento das demandas individuais e à possível desconfiança ou insatisfação com a efetividade dos sindicatos na representação de seus interesses. A falta de significância nas classes D e E pode indicar que os indivíduos dedicam seu tempo e energia para o trabalho, sobrevivência e questões pessoais, bem como podem sugerir dificuldades de mobilização ou acesso a canais de expressão política.

As mulheres apresentam um efeito positivo significativo em relação à participação em partidos, sindicatos e protestos. Esse resultado é oposto ao encontrado em pesquisa na América

Latina (Rennó, 2001) e em diversos trabalhos (Barnes et al., 1979; Kinder, 2006; Okado; Ribeiro, 2015) que indicavam que as pessoas do sexo masculino seriam as mais participativas.

Esse dado pode ser explicado pela crescente conscientização e empoderamento das mulheres nos últimos anos, refletindo o engajamento político crescente de grupos femininos e movimentos sociais, que têm se intensificado principalmente nas áreas de direitos trabalhistas, igualdade de gênero e questões sociais (Berth, 2018).

Houve ausência de significância na geração Nova República. Já a geração socializada durante a Ditadura Vargas apresenta um efeito positivo em relação às petições, o que pode estar relacionado à memória de um período em que a mobilização popular era limitada por causa do governo autoritário. Além disso, assinar um abaixo-assinado demanda poucos custos, pois o cidadão não precisa, obrigatoriamente, sair de casa para participar e isso pode beneficiar o engajamento de pessoas idosas em termos geracionais e no ciclo de vida.

A coorte República Populista apresenta um efeito significativamente negativo para as formas de associação partidária e sindical, seguindo a mesma tendência encontrada em relação ao índice de participação convencional, PC.

Considerando os efeitos de ciclo de vida, por fim, observa-se que os mais jovens, especialmente na faixa de 16 a 29 anos, tendem a não participar em sindicatos e petições. As indicações da literatura permaneceram de modo parcial, pois o jovem aderir menos a formas tradicionais é esperado, contudo a expectativa seria que nas modalidades não-convencionais, e assinar abaixo-assinados é uma delas, houvesse um efeito positivo entre os jovens, mas verificou-se a tendência contrária (Norris; Inglehart, 2019). A faixa etária de 60-70 anos, por sua vez, detém efeito significativo e positivo para partidos e sindicatos, o que é congruente com as expectativas teóricas para os indivíduos mais velhos que tendem a se engajar mais nas modalidades convencionais. Para os cidadãos acima de 71 anos, observa-se um padrão misto: positivo para partidos, mas negativo para petições e protestos (Norris; Inglehart, 2019).

Ainda tendo em vista as regressões da tabela 9, o efeito de período foi negativo e significativo nas associações em partidos e sindicatos e apresentou efeito positivo e significativo no engajamento em petições e ações de protesto.

Por fim, foi realizada uma análise adicional no qual testamos o efeito geracional na variável ativismo digital. Essa modalidade não foi inserida no índice de participação não-convencional (PNC), pois ela foi mensurada somente no ano de 2018, no World Values Survey. Por causa da ausência de questões que captassem esse repertório nas outras ondas, a participação online foi avaliada de forma separada. E como se trata de apenas um ano de

pesquisa, neste caso não será possível avaliar o efeito de período, mas somente os geracionais e de ciclo de vida.

A Tabela 10 apresenta os resultados da regressão tendo como variável dependente o ativismo digital. Os resultados indicam a presença do efeito de ciclo de vida, evidenciado pela leve, mas significativa, influência positiva entre os respondentes na faixa etária de 30 a 49 anos. Os jovens, no ciclo de vida, não apresentaram significância estatística positiva na participação online, semelhante a outros achados da literatura nacional (Mitozo; Massuchin, 2020; Ribeiro; Borba; Hansen, 2016). A geração Ditadura Militar teve leve significância negativa, como demonstra o intercepto.

Ser mulher e possuir mais anos de escolaridade demonstraram efeitos positivos e significativos, aumentando em 1,28 cada as chances de engajar neste tipo de participação. O impacto da escolaridade sobre o ativismo online está em conformidade com os resultados das pesquisas anteriores (Mitozo; Massuchin, 2020; Ribeiro; Borba; Hansen, 2016). O efeito positivo da participação feminina, no contexto brasileiro, é provável que seja impulsionada pela maior escolarização das mulheres no país, comparado aos homens, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²². Outros trabalhos também indicam o crescimento da mobilização na esfera digital entre grupos feministas no Brasil (Facioli; Gomes, 2024).

Tabela 10 - Ativismo Digital (WVS - 2018)

<i>Coeficientes</i>	<i>Beta</i>	<i>Odds Ratio</i>	<i>Std. Error</i>	<i>t-value</i>	<i>p-value</i>
(Intercept)	-2.6412	0.07	1.1769	-2.2441	0.0248 *
Sexo Feminino	0.2499	1.28	0.1301	1.9204	0.0548 *
Anos de Escolaridade	0.2460	1.28	0.0296	8.3101	< 0.0000***
Gerações Políticas (Ref. Ditadura Militar)					
Ditadura Vargas	0.7454	2.11	1.4339	0.5199	0.6032
Nova República	-1.3465	0.26	1.1083	-1.2149	0.2244
República Populista	-0.2184	0.80	0.9128	-0.2393	0.8109
Classes (Ref. A)					
B-C	-0.0065	0.99	0.1862	-0.0347	0.9723

²² Fonte: [Indicadores sociais das mulheres no Brasil | Educa | Jovens - IBGE](#). Acesso em: 20 nov. 2024.

<i>Coeficientes</i>	<i>Beta</i>	<i>Odds Ratio</i>	<i>Std. Error</i>	<i>t-value</i>	<i>p-value</i>
D-E	0.1487	1.16	0.2079	0.7150	0.4746
Faixas de Idade (Ref. 40 - 49)					
18-24	0.1369	1.15	0.3862	0.3544	0.7230
25-29	0.3340	1.40	0.2271	1.4710	0.1413
30-39	0.5569	1.75	0.2457	2.2666	0.0234 *
40-49	0.3932	1.48	0.2059	1.9097	0.0562 *
50-59	-0.9908	0.37	1.1054	-0.8964	0.3700
60-70	-1.3888	0.25	1.1350	-1.2236	0.2211
71-.	-1.6430	0.19	1.3716	-1.1979	0.2310

Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, o quadro 1 expõe um resumo dos resultados encontrados nos modelos estatísticos nas variáveis dependentes investigadas. Nota-se uma variedade de efeitos geracionais, de ciclo de vida e de período, e que estes se manifestam de modos diferentes a depender da atitude política analisada.

Os resultados indicaram a existência do efeito de período, sendo este impacto positivo nas variáveis adesão à democracia e nos índices de participação convencional (PC) e não-convencional (PC). Contudo, o efeito de período foi negativo nos repertórios de participação desmembrados dos índices, o que sugere a existência de fatos sociais e políticos que desestimularam o ativismo. Considerando o contexto da sociedade brasileira, é provável que escândalos de corrupção e o atendimento ineficaz das demandas sociais possam desmotivar o engajamento e gerar descrença e apatia política entre os cidadãos.

A geração Ditadura Vargas, a mais idosa enquanto coorte e como ciclo de vida, apresentou impacto negativo em formas tradicionais de ativismo, inclusive no voto. Esse resultado é contrário ao argumento de que as pessoas mais idosas prefeririam as formas institucionais de participação, contudo está alinhado com a expectativa de que a participação diminuiria com a chegada da velhice, também no âmbito do ciclo de vida (Norris; Inglehart, 2019; Nie; Verba; Kim, 1974).

Ademais, a geração República Vargas possui tendência negativa de engajamento nas modalidades não-convencionais de participação, o que confirma a hipótese 2. A exceção foi o impacto positivo desta coorte na participação em abaixo-assinados, o que representa um relevante achado.

Quadro 1 - Síntese dos resultados

VARIÁVEL DEPENDENTE	EFEITO GERACIONAL		CICLO DE VIDA		PERÍODO
	Há efeito?	Qual?	Há efeito?	Qual?	Há efeito?
<i>Apoio à Democracia</i>	Sim	República Populista (+) Ditadura Militar (-)	Sim	Jovens (-) Adultos (-) 15 aos 39 anos	Sim (+)
<i>Índice Participação Convencional</i>	Sim	Ditadura Vargas (-) República Populista (-) Ditadura Militar (+)	Sim	Jovens (-) 16 -24 anos	Sim (+)
<i>Índice Participação Não- convencional</i>	Sim	Ditadura Militar (-)	Sim	Jovens (-) 16 -24 anos Idosos (-) 71 anos ou mais	Sim (+)
<i>Voto</i>	Sim	Ditadura Vargas (-) Ditadura Militar (+)	Sim	Jovens (-) Adultos (-) 15 aos 29 anos	Sim (-)
<i>Partidos</i>	Sim	Ditadura Vargas (-) República Populista (-) Ditadura Militar (+)	Sim	Idosos (+) 71 anos ou mais	Sim (-)
<i>Sindicatos</i>	Sim	Ditadura Vargas (-) República Populista (-) Ditadura Militar (+)	Sim	Jovens (-) Adultos (-) 16 aos 29 anos	Sim (-)
<i>Petições</i>	Sim	Ditadura Vargas (+) Ditadura Militar (-)	Sim	Jovens (-) Adultos (-) 16 aos 29 anos Idosos (-)	Sim (-)

VARIÁVEL DEPENDENTE	EFEITO GERACIONAL		CICLO DE VIDA		PERÍODO
	Há efeito?	Qual?	Há efeito?	Qual?	Há efeito?
				71 anos ou mais	
<i>Protesto</i>	Sim	Ditadura Militar (-)	Não	-	Sim (-)
<i>Ativismo Digital</i>	Sim	Ditadura Militar (-)	Sim	Adultos (-) 30 aos 49 anos	Não se aplica

Fonte: Elaborado pela autora.

A geração República Populista apresentou maior tendência de apoio à democracia. A geração política Nova República, a mais jovem, não foi significativa. Como a República Populista é a segunda geração mais senil, a hipótese 1 (*As gerações políticas mais idosas manifestam maior apoio à democracia*) - parece ter sido confirmada, ao menos parcialmente, e este dado corrobora com os achados da literatura internacional acerca da redução da adesão à democracia entre as gerações mais jovens (Claassen; Magalhães, 2023) e haver maior apoio nas gerações mais velhas. Os jovens no ciclo de vida também apresentaram menor apoio ao regime, o que está em sintonia com esta discussão (Foa; Mounk, 2016).

A geração Ditadura Militar apresentou efeito em todas as regressões, seja positivo ou negativo. É possível notar um paradoxo: esta coorte apresentou efeito negativo sobre o apoio à democracia, mas manifestou impacto positivo nas formas de ativismo institucional. A preferência desta coorte, que é mais madura, pelas modalidades de participação convencionais, está em congruência com os postulados da literatura internacional (Norris, 2002; Norris; Inglehart, 2019).

Quanto à variável apoio à democracia, o esperado seria que a coorte Ditadura Militar manifestasse maior suporte ao regime democrático por ter experienciado dois regimes e a repressão de um governo autoritário. Esse dado contraria a tendência encontrada na América Latina, no trabalho de Fuks e coautores (2018), de que haveria maior suporte democrático entre os cidadãos socializados em dois regimes (ditadura e democracia). Entretanto, se considerarmos a geração República Populista, o comportamento desta está em sintonia esse argumento teórico,

pois apresentou adesão significativa à democracia. Os indivíduos socializados na República Populista já eram adultos quando ocorreu o golpe militar. Como vimos, a socialização política não finda nos anos formativos (Kinder, 2006) e pode continuar no decorrer da vida dos indivíduos, mesmo que com menor intensidade. É possível conjecturar que os cidadãos desta coorte foram impactados de modo mais forte pela transição do regime e ter desenvolvido maior conscientização dos malefícios de um governo autoritário.

Nessa mesma ótica, também é provável que os indivíduos da geração Ditadura Militar, por terem crescido nesse regime, podem ter naturalizado essa forma de governo ou, caso tenham sido socializados na fase mais “branda” da Ditadura (Schwarcz; Starling, 2015), nos anos de abertura política (1975 – 1985), podem não ter associado o governo militar a elementos negativos, mas tê-lo enxergado como um regime semelhante aos outros, sem grandes diferenças, comparado à democracia atual. Além disso, considerando o efeito de período, o milagre econômico ocorrido nos anos 1970, é outro elemento que pode auxiliar a criação de uma visão positiva sobre o regime ditatorial.

É importante enfatizar que os brasileiros adquiriram percepções distintas sobre a Ditadura Militar conforme a classe social, a escolaridade e região do país em que moravam. Em pesquisa qualitativa e quantitativa realizada com as mulheres idosas na cidade de Fortaleza, Ceará, Marques (2018) esclareceu que as idosas com maior escolaridade, e que moraram na capital, apresentaram uma visão negativa do regime militar, enfatizando a perda da liberdade de expressão. Por outro lado, as idosas com menor escolaridade, em sua maioria, ou que residiam no interior do estado, afirmaram não saber o que era o regime militar ou disseram que não se lembravam bem do “governo dos militares”, pois não houve alterações significativas no cotidiano delas durante os quase trinta anos de governo autoritário (Marques, 2018). Deste modo, idosos que residiram no Rio de Janeiro, por exemplo, ou que foram universitários no período, também podem ter desenvolvido uma percepção mais negativa do regime comparado a outros grupos. Por isso, os marcadores sociais (classe social, gênero, raça etc.) e o contexto modificam o processo de socialização e engendram diferenciações nas atitudes no interior de uma mesma geração (Mannheim, 1982), o que resulta, conseqüentemente em avaliações diferentes sobre os governos.

Assim como os brasileiros (e as gerações) possuem visões distintas sobre o regime militar, estes também apresentam noções diversas sobre o que é democracia (Borba *et al.*, 2023). Considerando o caráter ambivalente dos democratas brasileiros (Moisés, 2008), que defendem simultaneamente atitudes e valores democráticos e autoritários; tendo em vista as

atitudes políticas internalizadas no contexto social particular de cada geração (Mannheim, 1982), e tendo em mente a influência dos acontecimentos históricos ocorridos na política brasileira, que também colaboraram com a formação de processos socializadores e coortes distintas; é possível compreender o porquê as duas gerações que vivenciaram um governo autoritário (coorte República Populista e coorte Ditadura Militar) e também uma democracia, apresentaram atitudes políticas diferentes: a República Populista com tendência positiva e a coorte Ditadura Militar com tendência negativa de apoiar o regime democrático.

Os resultados demonstram que as hipóteses 1 e 2 foram confirmadas, no mínimo parcialmente, ao ser encontrado efeito geracional e maior apoio à democracia entre a geração política República Populista (não é a coorte mais velha, mas é a segunda mais senil) e por ter sido evidenciado efeito geracional e negativo da coorte política mais antiga, a Ditadura Vargas, nos repertórios não-convencionais de participação. A hipótese 3 (*“As gerações políticas brasileiras mais idosas apresentam maior engajamento no ato de votar e nas demais modalidades de participação convencional”*), por sua vez, foi refutada, pois as gerações políticas mais antigas não apresentaram maior adesão ao comparecimento eleitoral e nas outras formas tradicionais de participação.

Tendo em vista a participação política, os jovens, no ciclo de vida, manifestaram efeito negativo em quase todas as modalidades de participação investigadas, com exceção da participação em partidos na qual houve ausência de significância. Quer seja por meio dos índices PC e PNC, participação convencional e não-convencional, quer seja pelo teste dos repertórios individualmente, os jovens demonstraram menor disposição para o ativismo.

A geração Nova República não apresentou significância estatística nos modelos estatísticos de análise da variável apoio à democracia e na participação política (variáveis índices e modalidades isoladas). A ausência de significância da coorte mais jovem, socializada no regime democrático, é congruente com a tese da fadiga democrática (Foa; Mounk, 2016; Claassen; Magalhães, 2023). Por outro lado, o efeito negativo do ciclo de vida na juventude também na participação política e no suporte ao regime é oposto ao indicado pela literatura internacional, que sugere que os jovens, seriam cidadãos mais críticos (Norris, 2002), dotados de valores pós-materialistas (Inglehart; Welzel, 2009), socializados em regimes democráticos, adotariam uma postura mais crítica em relação às instituições políticas e prefeririam o engajamento em modalidades inovadoras e não-convencionais. No entanto, os jovens brasileiros, no ciclo de vida e na coorte política Nova República, apresentaram tendência negativa de engajamento político e de suporte ao regime democrático.

Vimos que, devido ao processo de envelhecimento da população e maior expectativa de vida, o número de eleitores idosos vem crescendo nas últimas eleições²³, representando aproximadamente 21% do eleitorado, sendo superior, portanto, ao número de eleitores jovens, que somam em torno de 13,7%. É pertinente entender o quanto apoiam à democracia e o quanto estão dispostos a participar politicamente jovens e idosos, indivíduos de diferentes gerações, e sobretudo apreender o comportamento dos mais jovens que serão eleitores por mais tempo e ditarão os rumos da democracia brasileira.

O fato de os jovens brasileiros em termos geracionais (coorte Nova República) e no ciclo de vida não manifestarem suporte significativo ao regime democrático e disposição ao ativismo político, inclusive nas modalidades de contestação e online, são dados preocupantes para a estabilidade da democracia brasileira, caso essa tendência permaneça a longo prazo.

A geração Nova República, como vimos, foi socializada em um governo democrático que, apesar dos avanços sociais e econômicos, não conseguiu solucionar diversos problemas sociais. Tendo em mente que a descrença política e a desconfiança nas instituições democráticas são elementos da cultura política brasileira (Moisés, 2008), é possível supor que os recorrentes casos de corrupção entre os políticos, somado ao não atendimento das demandas sociais despertaram ou agravaram nos jovens (e nos adultos também) a apatia ou descrença política. Esses fatos podem ter levado a geração mais jovem a considerar que é inútil: lutar por direitos (ativismo), confiar na eficiência das instituições, ou acreditar que o voto pode fazer a diferença, ao se eleger novos líderes políticos. A experiência negativa com o desempenho do regime democrático, combinada com os problemas sociais como violência e corrupção (Fuks *et al.*, 2016; Borba; Cardoso, 2021), podem explicar esse processo de mudança geracional (Mannheim, 1982) que parece estar conduzindo os jovens brasileiros a menor adesão ao regime democrático e menor interesse em participar politicamente.

Verifica-se no contexto brasileiro, alguns elementos que são apontados pela literatura como riscos à democracia como a presença de líderes populistas e antissistema, e a polarização e a intolerância ideológica e afetiva (Fuks; Marques, 2022). Observa-se também, nos últimos anos, o crescimento do antipetismo, a ascensão da extrema direita que retoma com o discurso de impedir que o “fantasma do comunismo” ou da esquerda prevaleçam no país (Schwarcz; Starling, 2015). Deste modo, os atuais jovens, em termos geracionais e de ciclo de vida, que ainda estão no auge do processo formativo, podem assimilar que outra forma de é melhor

²³ Disponível em: < <https://portaldoenvelhecimento.com.br/voto-grisalha-e-eleicoes-2024/> >. Acesso em: 20 nov. 2024.

(autoritário) ou podem defender uma versão de democracia ambivalente, cada vez mais frágil, sob a chefia de um líder centralizador. O elemento personalista na cultura brasileira, oriunda da herança histórica de diversos governos autoritários, também é mais um elemento que impulsiona a simpatia por governos ditatoriais (Moisés, 2008).

Em suma, constatou-se a existência de efeito geracional, de ciclo de vida e de período, todavia é importante ressaltar que estes efeitos podem interagir simultaneamente e que além do efeito geracional, outros fatores impactam o suporte ao regime e o ativismo político tais como o contexto social e institucional e características individuais, tais como a religião (Ferreira, 2022) e a personalidade dos indivíduos (Ribeiro; Borba, 2016).

6. CONCLUSÕES

Na sociedade brasileira, assim como em todas as demais, não há uma replicação perfeita do código de regras sociais e da cultura existente entre a geração mais antiga para a geração mais jovem, por meio do processo de socialização. As falhas que ocorrem nesta dinâmica de transmissão cultural engendram a formação das gerações, com características específicas, assimiladas no contexto histórico, social e político em que vivem. Além da cultura, as coortes internalizam também atitudes políticas que contêm uma lente particular de perceber e se relacionar com a política.

Entendendo a pertinência da geração enquanto variável explicativa das atitudes políticas, esta pesquisa investigou a existência do efeito geracional no apoio à democracia e na participação política no Brasil, nos anos de 2000 a 2020, compreendendo as gerações políticas socializadas na Era Vargas até a Nova República (dias atuais). Sinteticamente, os dados indicam a continuidade de alguns pressupostos da literatura internacional, somado a novos achados, relacionados a especificidade e a riqueza do contexto histórico e político brasileiro.

Os resultados demonstraram que há efeito geracional no apoio ao regime democrático: uma das gerações políticas mais velhas, que viveram seus anos formativos na República Populista (1946 a 1964) manifestaram maior apoio à democracia do que às gerações políticas mais jovens (coorte Ditadura Militar com tendência negativa e coorte Nova República com ausência de significância). Essa evidência corrobora com o argumento teórico da “fadiga democrática” e de mudança geracional debatido na literatura internacional (Mannheim, 1982; Claassen; Magalhães, 2023; Grasso *et al.*, 2019; Foa; Mounk, 2016). Além disso, verificou-se efeito de período que atuou de forma positiva e negativa a depender da atitude política testada (apoio à democracia, participação convencional e ativismo não-convencional).

Foi encontrado efeito de ciclo de vida por meio da tendência de desengajamento dos jovens na maioria das modalidades de participação política e a menor propensão destes em apoiarem à democracia. Isso contraria a tese dos valores pós-materialistas, onde o esperado, ao menos nas antigas democracias, seria que as gerações mais jovens fossem mais democráticas, devido aos efeitos do desenvolvimento econômico e dos valores de autoexpressão (Inglehart; Welzel, 2009). Ademais, esse dado também é oposto ao argumento de que os jovens seriam mais atuantes em modalidades não-convencionais (Norris, 2002; Norris; Inglehart, 2019).

Os resultados indicam que há efeito geracional sobre a participação política. A geração política Ditadura Vargas, a mais idosa, manifestou menor propensão ao ativismo. Como vimos,

essa tendência está em consonância com a literatura internacional acerca dos efeitos de ciclo de vida (Norris, 2002; Norris; Inglehart, 2019). Esse fato também pode ser explicado pela especificidade do contexto brasileiro, tais como o voto facultativo a partir de 70 anos (contexto institucional) que pode desestimular o comparecimento eleitoral, por exemplo.

A geração República Populista apresentou efeito negativo em formas convencionais de participação e, surpreendentemente, manifestou impacto positivo no engajamento em petições. Essas evidências são inovadoras, e não foram encontradas, até onde se tem conhecimento, em outros trabalhos.

A geração política Ditadura Militar apresentou efeito positivo nas modalidades convencionais e negativo nas formas não-tradicionais. Constatou-se paradoxos na geração política Ditadura Militar. Esta é uma coorte intermediária, composta por pessoas maduras, e apresentou maior disposição para atuar em formas convencionais de participação política e menor engajamento no ativismo não-convencional. Apesar desta disposição em participar dos meios institucionais, essa geração demonstrou menor suporte ao regime democrático.

Como as gerações são categorias complexas e heterogêneas, é possível que no interior de uma mesma coorte haja subunidades com características comportamentais distintas, como por exemplo maior ou menor preferência pelo regime autoritário, a depender do tipo de socialização recebida – direta ou indireta e do contexto sociopolítico. É provável que haja diferentes visões do que é uma democracia, entre os cidadãos dessa coorte, que sejam favoráveis a um governo mais centralizador, mas que também permita a participação popular. A percepção e a adesão a essa modalidade ambivalente de democracia (Moisés, 2005), que combina elementos autoritários e democráticos, pode ser uma explicação para esse paradoxo encontrado na geração Ditadura Militar.

Percebe-se uma dicotomia entre escolarização e as atitudes políticas investigadas. A escolaridade apresentou efeito positivo sobre a participação política e o apoio à democracia. Contudo, os mais idosos possuem menor escolaridade e apresentaram apoio à democracia, ao passo que os atuais jovens possuem mais anos de estudo e tiveram efeito negativo no apoio à democracia e na participação política. A explicação deste fenômeno demanda maior investigação e reflexão sobre a sociedade brasileira.

A geração política mais recente, a Nova República, não apresentou efeito significativo sobre o suporte à democracia e sobre as modalidades de participação. Ser no jovem no ciclo de vida demonstrou tendência negativa no engajamento e na adesão ao regime. É provável que uma elevada insatisfação ou descrença política, somada a ascensão de propostas populistas e

autoritárias (Fuks *et al.*, 2016; Borba; Cardoso, 2021; Tamaki, 2021) estejam influenciando esse comportamento nos mais jovens, que ainda estão em processo de socialização e consolidação das atitudes políticas. A parcela dos jovens, na coorte ou no ciclo de vida, que hoje são participativos e defensores da democracia pode ser impactada por outros condicionantes, tais como a escolaridade ou o efeito de período.

Atualmente, verifica-se, na sociedade brasileira a presença de polarização política (Fuks; Marques, 2022), extremismo ideológico (Borba, Ribeiro; Fuks, 2024), maior apelo de líderes religiosos nas campanhas eleitorais (Barba; Massuchin, 2024), somado a presença de políticos populistas que externalizam publicamente discursos antidemocráticos (Tamaki, 2021). Esses fatores podem influenciar as atitudes políticas aqui testadas e a forma como as gerações agem e se remodelam nesse processo contínuo de socialização política. Considerar estes elementos, não diminui a força da variável geração, pois as coortes políticas, assim como a sociedade, estão em constante movimento.

Nesse sentido, deve-se pensar como os efeitos observados hoje na geração mais jovem, em estudo nesta tese, podem se expressar no longo prazo, visto que serão eleitores nas próximas décadas, assim como pensar novas agendas de pesquisa, inserindo novas variáveis como as apresentadas acima, para estudar as gerações vindouras.

A força do efeito geracional reside no poder da socialização política e do contexto político-social. Desconsiderar o poder da categoria “geração” é o mesmo que minimizar os efeitos da socialização política e do processo de mudança cultural da sociedade, que está em constante movimento e que pode recalcular suas preferências participativas e apoiar alternativas autoritárias em detrimento das formas democráticas de governo, que foram conquistadas a duras penas com a luta política das gerações políticas mais velhas.

Desse modo, a tese aqui apresentada é apenas uma das abordagens possíveis para compreender a atitude política dos brasileiros e pode contribuir para o desenho de novas pesquisas, por meio de uma observação mais ampla acerca do que permanece, muda ou se renova na socialização política das gerações, uma vez que estas engendram consequências na base dos regimes políticos (suporte dos cidadãos), mas também na forma como estes interagem com os governos, nas diversas expressões de participação política.

Novas pesquisas podem ajudar a compreender se os dados negativos encontrados acerca da geração política mais jovem, Nova República, são uma tendência passageira ou representam um movimento de mudança/substituição geracional, o que parece imprescindível para o entendimento acerca dos rumos da democracia no país.

Uma agenda de pesquisa instigante é dedicar um olhar mais aprofundado sobre a geração política Nova República e, eventualmente, dividi-la em duas coortes distintas a fim de comparar as tendências de apoio à democracia e participação política entre os mais jovens em termos geracionais e de ciclo de vida. Além disso, investigações futuras também podem analisar se o efeito geracional é diferenciado, e de que maneira, conforme a classe social, o gênero, a escolaridade e a região do Brasil.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Brasília, 28 out.2024. Disponível em: [TSE: abstenção fica perto do total de eleitores ausentes na pandemia | Agência Brasil](#). Acesso em 02 nov. 2024.

AGÊNCIA IBGE. **Censo 2022**: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em: 04 set. 2024.

AGÊNCIA GOV. **Projeção do IBGE mostra que população do país vai parar de crescer em 2041**. Portal da Agência Gov. Brasília, 22 ago. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202408/populacao-do-pais-vai-parar-de-crescer-em-2041>. Acesso em: 04 set. 2024.

ALMOND, G. A.; VERBA, S. **The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations**. Princeton university press, 1963.

ALMOND, G. A.; POWELL, G. B. **Comparative Politics: A Developmental Approach**. Boston, Little, Brown e CIA, 1966.

AVRITZER, L.; RENNÓ, L. The Pandemic and the Crisis of Democracy in Brazil. **Journal of Politics in Latin America**, v. 13, n. 3, p. 442–457, 2021.

BARBA, M.; MASSUCHIN, M. Atravessamentos religiosos nas campanhas eleitorais brasileiras: discursos, apelos e acenos na comunicação on-line de candidatos pastores e não pastores em 2020. **Opinião Pública**, v. 30, p. e3015, 2024.

BARROS, M.M.L. Trajetórias dos estudos de velhice no Brasil. **Revista Sociologia, problemas e práticas**, Lisboa, n. 52, p. 109-132, jul./dez. 2006.

BARNES, S.H; Kaase ,M. et al. **Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies**. Sage Publications, Beverly Hills, 640 p

BARTELS, L. M.; JACKMAN, S. A generational model of political learning. **Electoral Studies**, v. 33, p. 7–18, mar. 2014.

BAPTISTA, Rodrigo. **Cresce o apoio à democracia, aponta DataSenado**. Agência Senado. Brasília, 14 fev 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/02/14/cresce-o-apoio-a-democracia-aponta-datasenado>. Acesso em 18 set 2023.

BELL, A. Age period cohort analysis: a review of what we should and shouldn't do. **Annals of Human Biology**, v. 47, n. 2, p. 208–217, 17 fev. 2020.

BELL, A.; JONES, K. Age, Period and Cohort Processes in Longitudinal and Life Course Analysis: A Multilevel Perspective. Em: BURTON-JEANGROS, C. *et al.* (Eds.). **A Life Course Perspective on Health Trajectories and Transitions**. Cham (CH): Springer, 2015.

BERELSON, Bernard. **Voting: A study of opinion formation in a presidential campaign**. University of Chicago Press, 1954.

BERTH, Joice. **O que é Empoderamento?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018

BLAIS, A; KOSTELKA, F. The decision to vote or abstain in the 2014 European elections. **Revue européenne des Sciences Sociales**. n.53, p. 79-94, 2015.

BLAIS, A; RUBENSON, D. T. The Source of Turnout Decline New Values or New Contexts? **Comparative Political Studies**, January, 2013.

BOOTH, J. e SELIGSON, M. A. The legitimacy puzzle in Latin America: political support and democracy in eight nations. New York: **Cambridge University Press**, 2009.

BORBA, J. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 27, n.2, p.263-288, mai./ago. 2012.

BORBA, J. et al. Views of democracy among brazilians: evolution and determinant factors. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 38, p. e3811040, 2023.

BORBA, J.; CARDOSO, G. R. Legitimidade democrática e apoio político: inovações recentes no debate internacional. **Opinião Pública**, v. 27, n. 2, p. 333–359, ago. 2021.

BOROWSKI, E. M. Eleições 2020: o paradoxo da participação. O impacto da pandemia do COVID-19 no aumento da abstenção nas eleições de 2020. **Revista do TRE-RS**, Porto Alegre, 2021.

BOTELHO, J.C.A. *et. al.* O declínio da democracia na América Latina: diagnóstico e fatores explicativos. **Revista de Estudios Sociales** 74: 41-57, 2020

BRAUNGART, R. G.; BRAUNGART, M. M. Political career patterns of radical activists in the 1960s and 1970s: some historical comparisons. **Sociological Focus**, v. 13, p. 237-254, 1980.

BRITTO DA MOTTA, Alda. As idades da mulher. **Revista Feminismos**, Salvador, v.1, n. 3, p. 1- 20, set./dez. 2013.

CLAASSEN, C.; MAGALHÃES, P. C. Public Support for Democracy in the United States Has Declined Generationally. **Public Opinion Quarterly**, 2023

CAMPBELL, Angus. Politics Through the Life Cycle. In: **The First Netherlandish Congress of Gerontology**, Utrecht, set. 1971. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.1026.5921erep=rep1etype=pdf>. Acesso em: 22 out.2018.

CAMPBELL, A. et al. **The American Voter**. [s.l.] University of Chicago Press, 1980.

CANTONI, S. L. Participação política não eleitoral na Argentina e no Brasil: (O que) mudou nas últimas décadas? **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, 2016.

CASALECCHI, Gabriel Ávila. Legado Democrático e Atitudes Democráticas na América Latina: Efeitos Diretos, Indiretos e Condicionais. 2016. 278 f. **Tese** (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CARPINI, M. X. D. **Age and history: Generations and sociopolitical change**. Age, 1989.

COMTE, Auguste. **Cours de philosophie positive** (1830-1842). Paris: Hermann, v. 2, 1998.

CONGRESSO em foco. Exclusivo: Bolsonaro só ganha de Lula entre evangélicos e eleitores com maior renda. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/exclusivo-bolsonaro-so-ganha-de-lula-entre-evangelicos-e-eleitores-com-maior-renda/>>. Acesso em: 19 set. 2023.

COSTA, Homero. Mais da metade dos brasileiros estão insatisfeitos com a democracia. Nossa Ciência. Disponível em: <https://www.vanderbilt.edu/lapop/news/061019-brazil-nossaciencia.pdf>. Acesso em: 04 set. 2024.

DALTON, R. J.; KLINGEMANN, H. **Citizens and Political Behavior**. Em: DALTON, R. J.; KLINGEMANN, H. (Eds.). The Oxford Handbook of Political Behavior. 1. ed. [s.l.] Oxford University Press, p. 3–26, 2009.

DELFINO, G.I; ZUBIETA, E.M. **Participación Política: concepto y modalidades**. **Anuario de Investigaciones**, Buenos Aires, v.17, p.211 -220, 2010.

DEL PORTO, F.B. **“Jovens da democracia?”: valores políticos das coortes da juventude brasileira no período democrático recente (1989-2006)**. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, 2012.

DE SOUZA, Cíntia Pinheiro Ribeiro *et al.* Envolvimento dos brasileiros com as eleições: votos brancos e nulos nas eleições presidenciais e proporcionais no Brasil (1994 e 2014). **Estudos de sociologia**, v. 26, n. 50, 2021.

DILTHEY, Wilhelm. **Introduction to the human sciences**. Princeton University Press, 1989.

EASTON, D. **A Systems Analysis of Political Life**. New York: John Willey e Sons. Inc. Search in, 1965.

EASTON, D.; DENNIS, J.; **Children in the political system: Origins of political legitimacy**. Nova York: McGraw Hill, 1969.

FACIOLI, L. R.; GOMES, S. S. R. O ativismo feminista online no Brasil: aportes para uma agenda em construção. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 22, p. e40496, 2022.

FEIXA, C. LECCARDI, C. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Revista Sociedade e Estado**, v.25. n.2, ago. 2010.

FERNANDES, M. F. M. **Desigualdades e efeitos desiguais [manuscrito]: uma análise da influência das condições socioeconômicas e dos backgrounds familiares sobre a experiência socializadora do Parlamento Jovem de Minas Gerais (2008)**. 153 f.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2021.

FERREIRA, M. G. Religião, Sexo e Cor/Raça: nuances do efeito da identidade evangélica sobre o voto em Bolsonaro em 2018. **Revista Agenda Política**, v. 10, n. 3, p. 165-191, 2022.

FOA, R. S.; MOUNK, Y. The democratic disconnect. **J. Democracy**, v. 27, p. 5, 2016.

FOA, R. S.; MOUNK, Y. The signs of deconsolidation. **J. Democracy**, v. 28, p. 5, 2017.

FOSSE, E.; WINSHIP, C. Analyzing Age-Period-Cohort Data: A Review and Critique. *Annual Review of Sociology*, v. 45, n. 1, p. 467–492, 2019.

FUKS, M. Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetórias da transmissão intergeracional da participação política. **Lua Nova**, Campinas, v. 83, p.145 -178, 2011.

FUKS, M. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n.1, p.88-108, jun. 2012.

FUKS *et al.* Qualificando a adesão à democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.19. Brasília, 2016.

FUKS, M; *et. al.* Socialization and Political Regimes: The Impact of Generation on Support for Democracy in Latin America. **Brazilian Political Science Review**, v. 12, n1, 2018.

FUKS, M.; CASALECCHI, G. A.; RIBEIRO, E. A. Determinantes contextuais da coesão do sistema de crenças democrático: evidências a partir da América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 28, p. 7–32, 2019.

FUKS, M.; RIBEIRO, E.; BORBA, J. Antipartisanship and political tolerance in Brazil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, n. 76, p. e009, 2020.

FUKS, M.; MARQUES, P. H. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. **Opinião Pública**, v. 28, n. 3, p. 560-593, 2022.

GHITZA, Y.; GELMAN, A.; AUERBACH, J. The Great Society, Reagan’s Revolution, and Generations of Presidential Voting. **American Journal of Political Science**, v. 67, n. 3, p. 520–537, jul. 2023.

GOMES, M, L; AQUINO, J, A. Violência e satisfação com a democracia no Brasil. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v.24, n.1, p. 209-238, jan.-abr., 2018.

GONZÁLEZ, R. S.; BAQUERO, M.; GROHMANN, L. G. M. Nova direita ou vinho velho em novos odres? A trajetória conservadora no Brasil do último século. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, pp. 9-44. 2021.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**—vol. 6. Editora José Olympio, 2018.

GRASSO, Maria Teresa *et al.* Thatcher's children, Blair's babies, political socialization and trickle-down value change: An age, period and cohort analysis. **British Journal of Political Science**, v. 49, n. 1, p. 17-36, 2019.

GRASSO, M. T. Age, period and cohort analysis in a comparative context: Political generations and political participation repertoires in Western Europe. **Electoral Studies**, v. 33, p. 63–76, mar. 2014.

GREENSTEIN, F. I. Political Socialization. In: SILLS, David L. (ed.). **International Encyclopedia of the Social Sciences**, v. 14. New York: The Macmillan Company e The Free Press, 1968, p. 551-555.

HYMAN, H. H. **Political Socialization: A Study in the Psychology of Political Behavior**. Glencoe, Illinois: The Free Press, 1959.

IBGE. **População por idade e sexo**. Censo Demográfico 2010/2022, Portal do IBGE, Brasília. Disponível em: [https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/36065#:~:text=Portanto%2C%20quanto%20maior%20o%20valor,%2C8%20\(Gr%C3%A1fico%203\).etext=Fonte%3A%20IBGE%2C%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%202010%2F2022](https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/36065#:~:text=Portanto%2C%20quanto%20maior%20o%20valor,%2C8%20(Gr%C3%A1fico%203).etext=Fonte%3A%20IBGE%2C%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%202010%2F2022). Acesso em: 04 set. 2024.

IBGE. **Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Brasília. Disponível em: [Indicadores sociais das mulheres no Brasil | Educa | Jovens - IBGE](#). Acesso em: 20 nov. 2024.

INGLEHART, R. Trust, Well-Being and Democracy. In: WARREN, M. **Democracy and Trust**, Cambridge University Press, Cambridge, p. 88-120, 1999.

INGLEHART, R; WEZEL, C. **Modernização, mudança cultura e democracia**: a sequência do desenvolvimento humano. Brasília: Editora Francis, 2009.

INGLEHART, R. **The silent revolution: Changing values and political styles among Western publics**. Princeton University Press, 2015.

JENNINGS, M. K.; MARKUS, G. B. Partisan orientations over the long haul: Results from the three-wave political socialization panel study. **American Political Science Review**, v. 78, n. 4, p. 1000-1018, 1984.

JENNINGS, M. K.; NIEMI, R. G. The Transmission of Political Values from Parent to Child. **The American Political Science Review**, v. 62, n. 1, p. 169-184, 1968.

KAGAN, J.; MUSSEN, P. H. Personality Development. In: SILLS, David L. (ed.). **International Encyclopedia of the Social Sciences**, v. 11. New York: The Macmillan Company e The Free Press, 1968, p. 606-614.

KINDER, D. R. Politics and the life cycle. **Science**, v. 312, n. 5782, p. 1905-1908, 2006.

KOSTELKA, F; BLAIS, A. The Generational and Institutional Sources of the Global Decline in Voter Turnout. **World Politics**, 2021.

KOSTELKA, F; BLAIS, A. The Chicken and Egg Question: Satisfaction with Democracy and Voter Turnout, **Political Science and Politics**, abr. 2018.

KROSNICK, J; PETTY, R. **Attitude Strength: an Overview**, in Krosnick, Jon e Petty, Richard (orgs). *Attitude Strength: Antecedents and Consequences*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1995.

LACKEY, S.C. **The impact of age on political attitudes: a comparative analysis of the baby boomer, generation X, and Millennial generation**. Thesis. Department of Government and Justice Studies; Appalachian State University, 2015.

LINS, C; NUNES, V. Voto feminino puxa Bolsonaro para baixo. Poder 360. Brasília, 30 ago. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/analise/voto-feminino-puxa-bolsonaro-para-baixo/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MACCOBY, E. E. Historical overview of socialization research and theory. **Handbook of socialization: Theory and research**, v. 1, p. 13-41, 2007.

MARQUES, C. B. R. **"Eu voto, porque eu gosto": análise do comportamento eleitoral de idosos em Fortaleza-CE**. 2018. 140f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza, 2018.

MAGALHÃES, Pedro C. Regime support. In: **The Routledge handbook of elections, voting behavior and public opinion**. Routledge, 2017

MANNHEIM, K. The problem of generations. In: ALTBACH, P. G.; LAUFER, R. S. (Ed.). **The New Pilgrims**. New York: David McKay, 1972.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1982.

MELO, D. A. Isabel. **Geração e interesse por política: há efeito de coorte no interesse por política dos brasileiros?** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais, 2022.

MILBRATH, L.W. Political Participation. How and why do people get involved in politics? Rand McNally e Company, Chicago, 1965.

MILBRATH, L.W. Political Participation. The handbook of Political Behavior. Plenum Press, New York, 1981.

MITOZO, I.; MASSUCHIN, M. Engajamento público e Democracia: uma análise da Participação Política institucional e não-institucional na cidade de São Paulo. **Teoria e Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 29, n. 2, 2020.

MOISÉS, J. A. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 33-65, mar. 2005.

MOISÉS, J. Á.; CARNEIRO, G. P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 1-42, jun. 2008.

MORENO, Alejandro;LAGOS, Marta. **Latin America: the modest dividend of growing up democratic**. In: Denemark, David; Mattes, Robert; Niemi, Richard G. Growing up democratic: does it make a difference? Boulder: Lynne Rienner, 2016. pp. 26-63.

NEUNDORF, K.S. The hierarchies of age-period-cohort research: Political context and the development of generational turnout patterns. **Electoral Studies**, p. 1-11, 2013.

NEUNDORF, A.; NIEMI, R. G. Beyond political socialization: New approaches to age, period, cohort analysis. **Electoral Studies**, v. 33, p. 1–6, mar. 2014.

NICOLAU, Jairo Marconi. Votos nulos e brancos nas eleições presidenciais brasileiras. In: FIGUEIREDO, A.; Borba, F. (org.). 25 anos de eleições presidenciais no Brasil. Curitiba: Appris Editora, 2018.

NIE, N.H.; *et al.* Political Participation and the Life Cycle. **Comparative Politics**, New York, v.6, n.3, p. 319-340, abr.1974.

NORTHMORE-BALL, K.; TERTYTCHNAYA, K. The long-term effects of voting for autocracy: Evidence from Russia. **Electoral Studies**, v. 83, p. 102618, jun. 2023.

NORRIS, P. **Democratic phoenix**: reinventing political activism. Cambridge University Press, New York, p.1-27, 2002.

NORRIS, P. **Democratic deficit**: critical citizens revisited. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

NORRIS, P; INGLEHART, R. **Cultural Backlash**: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism. New York: Cambridge University Press, 2019.

OKADO, L.T.A; RIBEIRO, E.A. Condição juvenil e a participação política. **Paraná Eleitoral**, Curitiba, v. 4, n.1, p.53-78, 2015.

PAULINO, R. **Gerações e atitudes políticas**: uma análise da adesão à democracia na América Latina. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

PERRETT, S.; BALDASSARRI, D. A generational shift: how partisan alignment and the rise of social issues have produced a generation of Democrats. **Journal of Elections, Public Opinion and Parties**, p. 1-26, 2024.

PHILLIPS, D. L.; CLANCY, K. J. Some effects of ‘social desirability’ in survey studies. **American Journal of Sociology**, vol. 77, nº 5, p. 921-940, 1972.

PORTAL DO ENVELHECIMENTO E LONGIVER. Voto grisalho e eleições 2024. São Paulo, 24 mai. 2024. Disponível em:< <https://portaldoenvelhecimento.com.br/voto-grisalho-e-eleicoes-2024/>>. Acesso em: 20 nov. 2024.

PODER 360. Bolsonaristas radicais rompem barreira e invadem o Congresso. Brasília, 8 jan. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/bolsonaristas-radicaais-rompem-barreira-e-sobem-no-congresso/>. Acesso em: 18 set. 2023.

QUINTELIER, Ellen. Differences in political participation between young and old people. *Contemporary Politics*, Londres, v.15, n.2, p. 165- 180, jun.2007. Disponível em:<<https://core.ac.uk/download/pdf/34387865.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

RIBEIRO, E.A; AYRES, C.S. Democracia, participação e mudança geracional no Brasil. **Revista Século XXI**, Santa Maria - RS, v.1, n.2, p.62-78, jul./dez. 2011.

RIBEIRO, E.A; BORBA, J. Participação e pós-materialismo na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, v.16, n.1, p.28-63, 2010.

RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. Personalidade e protesto político na América Latina: bases psicossociais da contestação. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 02, p. 373-402, 2016.

RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. Personality, political attitudes and participation in protests: The direct and mediated effects of psychological factors on political activism. **Brazilian political science review**, v. 10, p. e0003, 2016.

RIBEIRO, E.A; BORBA, J; HANSEN, J. R. Participação on-line e off-line no Brasil: relações e condicionantes. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 67, n 4, p. 498- 523, 2016. Disponível em:< <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/1262>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. Personalidade e comparecimento eleitoral na América latina: efeitos de características psicológicas individuais em contextos de obrigatoriedade. **Dados**, v. 62, n. 4, p. e20170048, 2019.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; BORBA, Julian; SILVA, Rafael da. Participação Política na América Latina. 2015. In: **Revista Latinoamericana de Opinião Pública**, v. 55, n. 1, p. 55-77.

RYDER, Norman B. Cohort Analysis. In: SILLS, David L. (ed.). **International Encyclopedia of the Social Sciences**, v. 2. New York: The Macmillan Company e The Free Press, 1968.

SAPIRO, G. Elementos para uma história do processo de autonomização. **Tempo Social**, v. 16, p. 93-105, 2004.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SCHWARCZ, L.M; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Recurso digital, 1946.

SEARS, D. O. Long-term psychological consequences of political events. In: MONROE, K. (Ed.). **Political Psychology**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2002. p. 249-269.

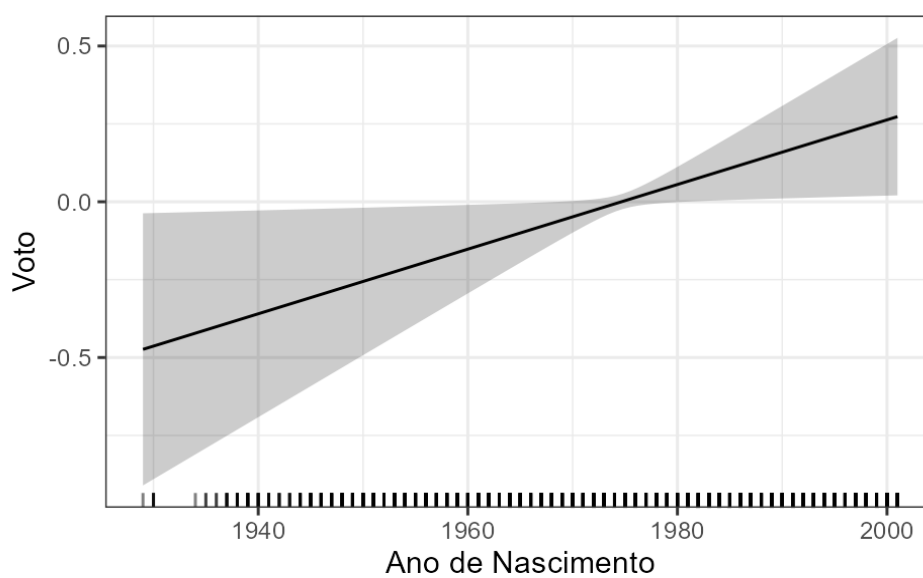
SEARS, D. O.; VALENTINO, N. A. Politics Matters: Political Events as Catalysts for Preadult Socialization. **The American Political Science Review**, v. 91, n. 1, p. 45-65, 1997.

TILLEY, J. Political Generations and Partisanship in the UK, 1964-1997. **Journal of the Royal Statistical Society**. Series A (Statistics in Society), v. 165, n. 1, p. 121–135, 2002.

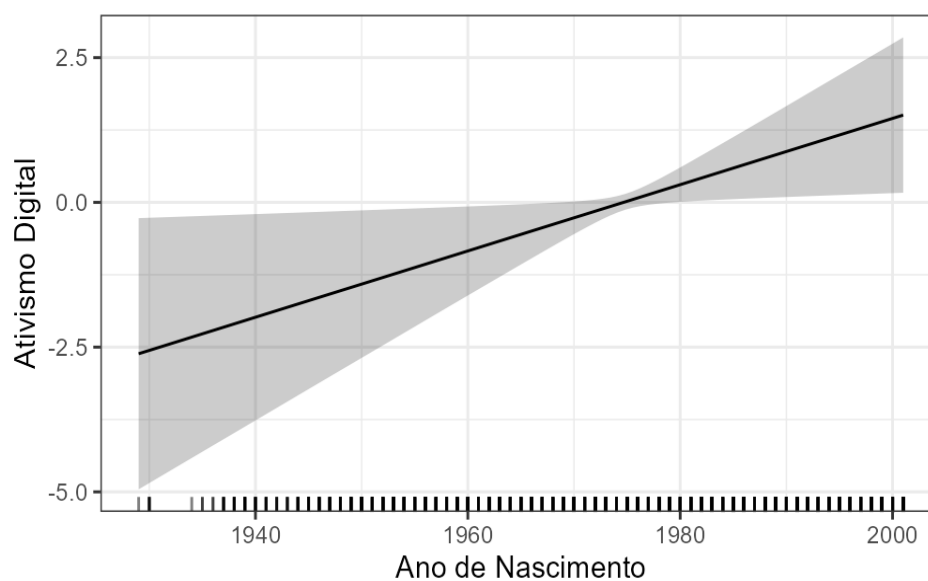
VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E. **Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics**. [s.l.] Harvard University Press, 1995.

VERBA Sidney; NIE, Norman H. **Participation in America: Political Democracy and Social Equality**. New York: Harper and Row, 1972.

WUTTKE, A.; GAVRAS, K.; SCHOEN, H. Have Europeans grown tired of democracy? New evidence from eighteen consolidated democracies, 1981–2018. **British Journal of Political Science**, v. 52, n. 1, p. 416-428, 2022.

APÊNDICE A – GRÁFICOS COMPLEMENTARES**Gráfico 7 - Voto e Ano de Nascimento Suavizado**

Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 8 - Ano de Nascimento Suavizado e Ativismo digital

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE B – PERGUNTAS E CONSTRUÇÃO DE VARIÁVEIS

Tabela 11 – Enunciados das perguntas e construção das variáveis

Regressão – Apoio à Democracia		
Banco	Variável	Enunciado
Latinobarômetro	Ano da Pesquisa	-
Latinobarômetro	Idade do Respondente	-
Latinobarômetro	Sexo dos Respondentes	-
Latinobarômetro	Anos de Escolaridade	Qual é o seu nível de escolaridade? Qual foi o último ano que você concluiu?
Latinobarômetro	Apoio Formal (Hip. Churchill)	A democracia é preferível a qualquer outro tipo de governo.
Latinobarômetro	Preferência por Líder Forte	Em caso de dificuldades, é aceitável que o presidente controle a mídia.
Latinobarômetro	Preferência por governo militar/ditatorial	Você apoiaria um governo militar para substituir o governo democrático se as coisas ficarem muito difíceis, ou sob nenhuma circunstância você apoiaria um governo militar?
Latinobarômetro	Classe Social do Respondente	ACP das variáveis: Número de Quartos, Casa Própria, Máquina de Lavar, Telefone Fixo, Telefone Móvel, Smartphone, Carro, Água Quente, Esgoto, Acesso a Refeição diária, Água quente, Internet e Ar condicionado

Regressão – Participação Convencional e Não Convencional			
Banco		Variável	Enunciado
Latinobarômetro WVS	+	Ano da Pesquisa	-
Latinobarômetro WVS	+	Idade do Respondente	-
Latinobarômetro WVS	+	Anos de Escolaridade	Qual é o seu nível de escolaridade? Qual foi o último ano que você concluiu?
Latinobarômetro WVS	+	Classe Social do Respondente	PCA das variáveis: Número de Quartos, Casa Própria, Máquina de Lavar, Telefone Fixo, Telefone Móvel, Smartphone, Carro, Água Quente, Esgoto, Acesso a Refeição diária, Água quente, Internet e Ar condicionado
Latinobarômetro WVS	+	Sexo do Respondente	-
Latinobarômetro WVS	+	Voto	Você votou na última eleição presidencial?
Latinobarômetro WVS	+	Petição	Assinar uma petição.
Latinobarômetro WVS	+	Protestos	Participar de manifestações autorizadas.
Latinobarômetro WVS	+	Sindicatos	De quais das seguintes organizações/grupos/associações você participa, ou você não participa de nenhuma delas: Sindical?
Latinobarômetro WVS	+	Partidos	De quais das seguintes organizações/grupos/associações

		você participa, ou você não participa de nenhuma delas: Partidos?
Regressão – Voto		
Banco	Variável	Enunciado
Latinobarômetro	Ano da Pesquisa	-
Latinobarômetro	Idade do Respondente	-
Latinobarômetro	Sexo dos Respondentes	-
Latinobarômetro	Anos de Escolaridade	Qual é o seu nível de escolaridade? Qual foi o último ano que você concluiu?
Latinobarômetro	Classe Social do Respondente	ACP das variáveis: Número de Quartos, Casa Própria, Máquina de Lavar, Telefone Fixo, Telefone Móvel, Smartphone, Carro, Água Quente, Esgoto, Acesso a Refeição diária, Água quente, Internet e Ar condicionado
Latinobarômetro	Voto	Você votou na última eleição presidencial?
Regressão – Ativismo Digital		
Banco	Variável	Enunciado
WVS	Ano da Pesquisa	-
WVS	Idade do Respondente	-
WVS	Sexo dos Respondentes	-
WVS	Anos de Escolaridade	Qual é o seu nível de escolaridade? Qual foi o último ano que você concluiu?

WVS	Classe Social do Respondente	ACP das variáveis: Número de Quartos, Casa Própria, Máquina de Lavar, Telefone Fixo, Telefone Móvel, Smartphone, Carro, Água Quente, Esgoto, Acesso a Refeição diária, Água quente, Internet e Ar condicionado
WVS	Digital	Procurar informações sobre política e eventos políticos online.

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE C – ELABORAÇÃO DA ANÁLISE - SCRIPT

GAM_- Variável dependente Apoio à democracia -----

```
## ref (fx_idade)
bd$fx_idade <- factor(bd$fx_idade)
bd$fx_idade <- relevel(bd$fx_idade, ref = "40-49")

## GAM + GLM
reg_ga <- glm (anti_golpe ~ gera_pol + classe +
              sexo + educ_anos + ano +
              fx_idade , data = bd, family = binomial(link='logit'))

reg_gab <- bam (anti_golpe ~ gera_pol + classe +
               classe + sexo + educ_anos +
               fx_idade + ano + s(ano_nasc), data = bd,
               method = "REML"))
```

GAM_- Variável dependente índice PC (Participação Convencional) -----

```
LATINO_WVS_PCrob_PNC$fx_idade <- factor(LATINO_WVS_PCrob_PNC$fx_idade)
LATINO_WVS_PCrob_PNC$fx_idade <- relevel(LATINO_WVS_PCrob_PNC$fx_idade,
ref = "40-49")
LATINO_WVS_PCrob_PNC$gera_pol <- factor(LATINO_WVS_PCrob_PNC$gera_pol)
LATINO_WVS_PCrob_PNC$gera_pol <- relevel(LATINO_WVS_PCrob_PNC$gera_pol,
ref = "Ditadura")

LATINO_WVS_PCrob_PNC <- LATINO_WVS_PCrob_PNC %>%
  mutate (PC = if_else(PC == 0, 0, 1))

reg_gc <- glm (PC ~ gera_pol +
              sexo + educ_anos + classe +
              fx_idade + ano,
              data = LATINO_WVS_PCrob_PNC,
              family = binomial(link='logit'))

reg_gcb <- bam (PC ~ gera_pol +
               sexo + educ_anos + classe +
               fx_idade + s(ano_nasc),
               data = LATINO_WVS_PCrob_PNC,
               method = "REML"))
```

GAM_- Variável dependente índice PNC (Participação não-convencional) -----

```
LATINO_WVS_PCrOb_PNC <- LATINO_WVS_PCrOb_PNC %>%
  mutate (PnC = if_else(PNC == 0, 0, 1))
```

```
reg_gd <- glm (PnC ~ gera_pol +
  sexo + educ_anos + classe +
  fx_idade + ano,
  data = LATINO_WVS_PCrOb_PNC,
  family = binomial(link='logit'))
```

```
reg_gdb <- bam (PnC ~ gera_pol +
  sexo + educ_anos + classe +
  fx_idade + ano + s(ano_nasc),
  data = LATINO_WVS_PCrOb_PNC,
  method = "REML")
```

GAM_- Variável dependente Ativismo Digital -----

```
wvs_digital$fx_idade <- factor(wvs_digital$fx_idade)
wvs_digital$fx_idade <- relevel(wvs_digital$fx_idade, ref = "40-49")
```

```
## GLM
```

```
reg_ga <- glm (digital ~ gera_pol +
  sexo + anos_educ +
  fx_idade + ano,
  data = wvs_digital,
  family = binomial(link='logit'))
```

GAM_- Variável dependente Voto (Comparecimento eleitoral) -----

```
## ref fx_idade
```

```
LATINO_WVS_PC_PNC$fx_idade <- factor(LATINO_WVS_PC_PNC$fx_idade)
LATINO_WVS_PC_PNC$fx_idade <- relevel(LATINO_WVS_PC_PNC$fx_idade, ref =
"40-49")
```

```
## GAM principal (sem ano)
```

```
reg_gf <- glm (voto ~ gera_pol +
  classe + sexo + anos_educ +
  fx_idade + ano,
  data = LATINO_WVS_PC_PNC,
  family = binomial(link='logit'))
```